



REVISTA DA ACADEMIA
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS



REVISTA DA ACADEMIA
NORTE-RIO-GRANDENSE
DE LETRAS



Nº 48

Natal, Julho /Setembro – 2016

REVISTA DA ACADEMIA NORTE-RIO-GRANDENSE DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Manoel Onofre Jr.

Editor: Thiago Gonzaga

Diagramação e capa: Diolene Machado / CJA Edições

Catálogo na Fonte: Ana Cláudia Carvalho de Miranda – CRB15/261

R454

Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras / ANL. – n.48
(mar. 1951 -). - Natal: Offset Editora, 1951 - .

Irregular.

Número atual: 48, jun./set.2016.

ISSN: 0567-5995

1. Literatura - Periódico. I. Academia Norte-Rio-Grandense de
Letras. II. Título

CDU: 8(05)(813.2)

Offset Editora

Rua General Gustavo Cordeiro de Faria, 160 - Ribeira - Natal/RN - 59012-570

(84) 3344.3990 - editora@offsetgrafica.com.br

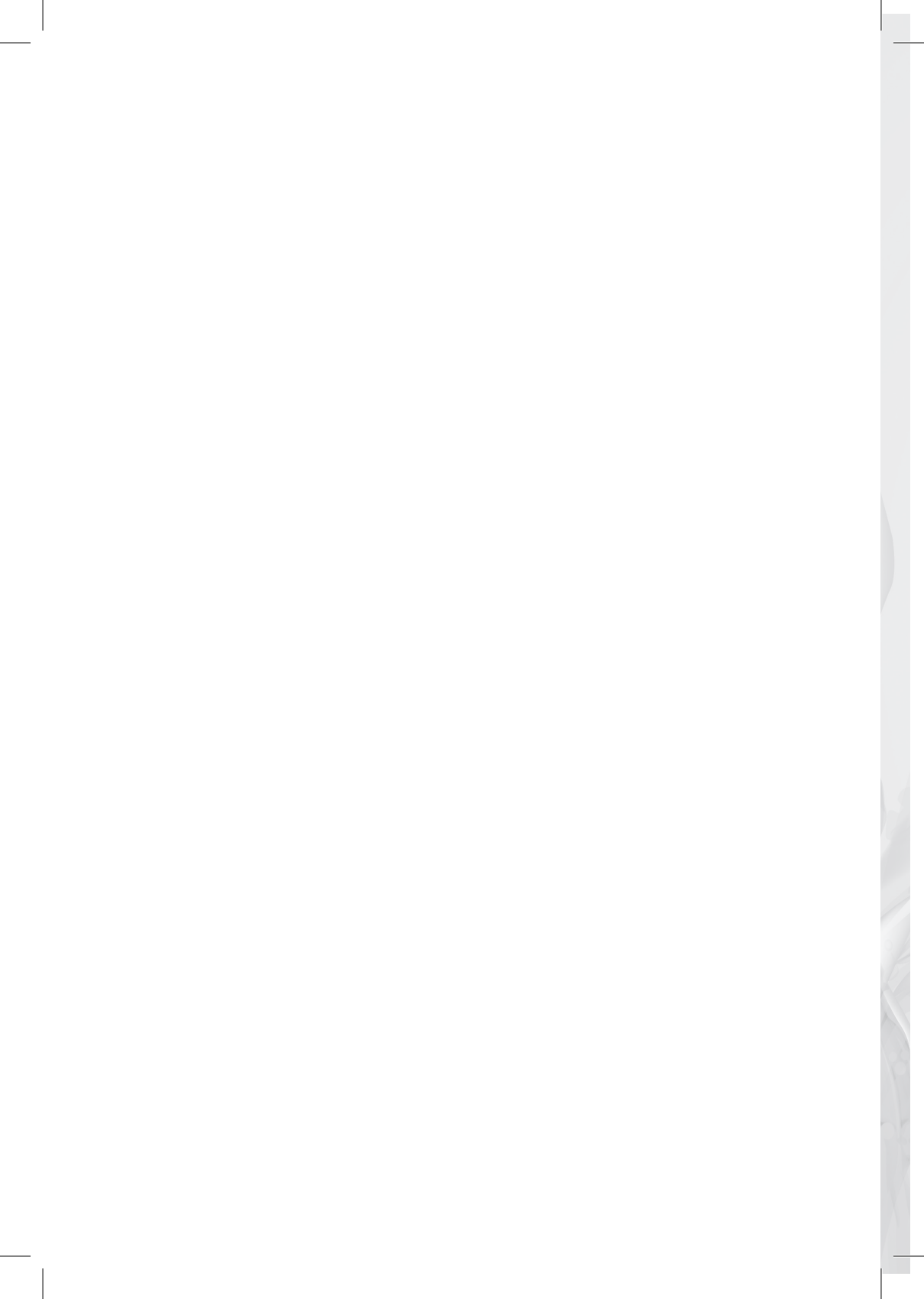
Sumário

ARTIGOS E ENSAIOS.....	7
HÉLIO GALVÃO - CENTENÁRIO.....	9
O menino e o tempo - Andreia Clara Galvão.....	11
A biografia de um intelectual - Helio Galvão: o saber como herança - Gilmara Benevides C. S. Damasceno.....	28
Hélio Galvão: registros forenses - Perpétua Wanderley.....	40
O pensamento cristão de Hélio Galvão - Padre João Medeiros Filho.....	62
Hélio, o ensaísta - Vicente Serejo.....	66
Recordando Hélio Galvão - Jurandyr Navarro.....	68
O destino da casa de pedra de Pium no caminho de Hélio Galvão - Carlos Roberto de Miranda Gomes.....	70
Hélio Galvão e o folclore - Iaperi Araujo.....	78
Nísia e Henrique - Hélio Galvão.....	82
OUTROS ENSAIOS E ARTIGOS.....	105
A paixão segundo Raduan Nassar - Nelson Patriota.....	107
Das palavras ao mundo: brevíssimo (des)ensaio sobre Graciliano Ramos e Vidas secas - Guilherme Henrique Cavalcante.....	111
Um sertão em silêncio - Oswaldo Lamartine - Ângela Almeida.....	116
Alex Nascimento, 35 anos de literatura - Thiago Gonzaga.....	122
Francisco Fausto: ensaísta e memorialista - Francisco Martins.....	126

CRÔNICAS.....	129
O bobo é sábio - Diogenes da Cunha Lima.....	131
Fausto - Vicente Serejo.....	133
O jargão jurídico - Armando Negreiros.....	135
Valeu a pena, a alma não foi pequena - Valério Mesquita.....	138
31 de março - Paulo Caldas Neto.....	140
Devaneios de um anotador de poemas - Lívio Oliveira.....	145
Um inesperado envolvimento - Elder Heronildes.....	147
POEMAS.....	151
Memorial das secas - a cesta básica - Iaperi Araújo.....	153
Poema - Sônia Faustino.....	154
NOVOS ACADÊMICOS.....	155
Saudação ao Jornalista Cassiano Arruda Câmara pelo acadêmico Vicente Serejo	157
Discurso de posse do escritor - Cassiano Arruda Câmara.....	165
Saudação ao escritor Jarbas Martins pelo acadêmico Manoel Onofre Jr.	169
Discurso de posse do poeta e escritor - Jarbas Martins.....	175



ARTIGOS E ENSAIOS



HÉLIO GALVÃO

CENTENÁRIO

“Galvão foi um grande defensor dos direitos dos pescadores e um arguto observador da vida da gente simples. A historiadora Gilmara Benevides assim o definiu: “Um intelectual que, em busca do próprio passado, acabou descobrindo a nossa história”.

Tomara o volume Cartas da Praia, reunindo colaboração de Hélio com os jornais, fosse distribuído aqui pelo Sul, chegasse aos críticos, historiadores, professores. Neste volume, tem a altura dos grandes cronistas brasileiros, de Lima Barreto a Rubem Braga, Fernando Sabino, Raquel de Queiroz. Sua prosa é objetiva, poética, tem estilo, humor e refinamento. E muito ensinamento.”

Ignácio de Loyola Brandão



O menino e o tempo

Andreia Clara Galvão



Parte I – Na manhã dos tempos

Nas margens de uma lagoa grande, azul e salgada, andava o Menino. Era a manhã dos tempos. Tempo largo e pulsante. A esmo ele andava. A esmo, mas procurando. Procurar parece com viver. Procurar parece com desejar. A gente pode estar a procura, sem pressensamente o estar. Pode se estar à procura sem nenhuma intensão de se estar. Sem nem saber que se está. Ou ainda, pode-se estar buscando o instante, seu mistério e suas presenças. À que vier. Gente, bicho, planta, coisa. Brisas e ventos, que regem. Que mudem o rumo da vida. É que há em nós um saber que não se sabe. Saber do inconsciente, como lembra a psicanálise.

Há em nós um impulso para a vida, para o que é vivo. Impulso para conhecer. Impulso para a palavra e para o sem palavras. O indizível das horas. O inenarrável do dizer. Temos o infinito gosto da descoberta e do contar. Inclusive sobre o mistério e o silêncio.

Pode-se estar buscando sem mesmo querer encontrar... Ou sem pressa do que achar. Como se estivesse deixando um espaço para o mistério onde descansam todas as sementes da curiosidade.

Um certo Menino sabia disso. Os Meninos sabem muito. Os meninos sabem além. Sabem até que o ócio, o nada a fazer pode ser celeiro para a potência criativa que nos habita. Por causa disso, em meio a uma agenda lotada de atividades, uma criancinha de agora

pediu: “Mãe, não quero sair. Por favor, deixa eu ficar quietinho para eu poder imaginar”

Em outros tempos em que também eram diferentes as ocupações das crianças, lá na manhã dos tempos, andava, pois, o Menino pelos campos. Livre para imaginar, pesquisar, falar sozinho. Era franzino, trigueiro e cantante. Andava a procura de tudo, a procura de nada. A procura da poiesis, da substância pulsante que mora no mundo. A procura da poesia de viver. Poesia dormindo, em germe, nas criaturas e objetos que compõem o cotidiano de cada um de nós. Poesia esperando um bom encontro para acordar. Esperando quem desse germe, da pulsação silenciosa, aproxime-se e permita o seu desabrochar. Poesia-fazer, poesia-atitude, poesia-dizer, poesia-gesto. Fazer entremeado com a criação e a invenção.

“ Andava o Menino_ o menino que eu fui, que todos fomos_ assim meio à toa, caçando. Caçando, sim, porque procurar é palavra que pouco se usa. Andava o Menino caçando pelo campos. Caçando o que? Caçando tudo. Caçando nada. Caçando o que achasse: um ninho de rolinha pé-dé-anjo que nem sequer procura galho, fazendo seu ninho descuidado em qualquer depressão do terreno. Caçando ninho de canário no topo de uma estaca rachada. Ou ninho de nambu, também no chão, depois daquele susto do voo estrepitoso, bem nos pés do menino. Caçando araçá, caçando cumati, caçando genipapo.”

Era a areia ora fofa ora o chão batido dos tabuleiros, o céu pleno de luz, azulíssimo. Calangos corriam nas locas. Siris azulavam na água. Marimbondos teciam suas casas. Os xexéus, muito amarelos e pretos, faziam ninhos bem do lado dos marimbondos, vizinhos. As cobras nem acordaram ainda. Os timbus andavam coqueiros acima. Os guaxinins comiam algum descuidado caranguejo. E as raposas, ruivíssimas, dormiam sob alguma sombra larga em um lugar não se sabe qual. Por aí. O Menino, então, andava beirando a lagoa e o inusitado e também as repetições. É que conhecer pede isso. As distinções. O novo e velho, o diferente e o igual, as constância e as



variações. O comum e o extraordinário. Incluso, também o extraordinário no comum.

Mas o extraordinário não tem nenhuma relação com ser grande. É importante lembrar. Nem poderoso. Nem rico. O extraordinário pode brotar de um feliz afeto. De um bom encontro. O extraordinário é o que sai da repetição e subverte. Faz surgir uma nova série. Um ordenamento outro. Andava o menino a procura do que salta aos olhos, agalma, objeto brilhante do desejo. Ou a procura da constatação do mesmo, do familiar. Do que sustentasse suas antigas conclusões advindas de outras andanças.

“Ia o Menino andando e falando só. Depois ele lembrava horrorizado: quem fala só fala com o cão. E se calava. Ou cantava baixinho aquelas canções tolas de todos os meninos...Mas outro dia, numa dessas andanças sem destino, num desses dias que andava à toa, o Menino caçou apenas um côco, escondido na moita de malícia de boi. Só menino entra naquele mofumbo, expondo a pele a espinhos retorcidos. O côco já espontava, impulsionado pela força vital, com a pouca umidade absorvida pela superfície de contato com a terra.

E o Menino, calças curtas, sem camisa, braços e pernas arranhados, foi levar o côco à mãe.

A mãe do menino era minha mãe. E minha mãe me mandou:

_ Vá planta-lo para você.”

... Era o Meu Coqueiro. E ficou sendo. Veio a Maré e separou o Lourenço do resto das terras. Vejo de longe o Meu coqueiro. Nunca mais fui vê-lo de perto. Mas ele hoje me entrou lembrança adentro, como se me sabendo doente viesse me visitar...Tem que ser escrito assim, com letra maiúscula. Plantei depois três, quatro, cinco mil outros. Mas só aquele é meu coqueiro”.

E por que gostava de andar e de procurar, o Menino saiu por aí fazendo das suas. Pescou caranguejo com linha, andou pelos morros das cacimbinhas, bebeu água vindo das pedras das falésias de lá, viu assombrações, trabalhou nas lavoura com os pais, pastorou ovelhas, apaixonou-se. Cresceu. O sol dos tempos ia calmamente alteando. As claridades, as luminescências acontecendo no caminho.

O Menino de que falo é Helio Galvão. E esse modo de chamá-lo tomei emprestado dele mesmo, numa de suas Cartas da Praia. Numa dessas que foi editada no volume póstumo, cujo título é *Derreadeiras Cartas da Praia*.

Nascido e criado às margens da Lagoa das Guaraíras, essa que um dia emendou-se com o mar do Atlântico. Era 1916 quando ele nasceu. Sua mãe fazia renda, cuidava dos filhos e da casa, ajudava na lavoura e criava ovelhas. Isabel Genuína. Muito genuína, pelo que dela contam. O pai era professor, homeopata sem título de médico, como no romance *Inocência de Visconde de Taunay*, e fazia vinho de caju. Chamava-se José Mamede Galvão de Freitas.

Helio aprendeu a ler com o seu pai. Naqueles idos tempos Tibau pertencia a Goianinha. Por iniciativa de Alberto Maranhão, quando governador do estado, deveria existir pelo menos um grupo escolar em cada município mais populoso do Rio Grande do Norte. Em Goianinha foi criado o grupo escolar do Solar Moreira Brandão de ensino público e em Tibau, pequena aldeia, o pedagogo ambulante José Mamede Galvão de Freitas, ensinaria nessa pequena escola, onde estudavam meninos e meninas de diferentes idades, juntos. (Benevides, 2007). O inspetor geral, professor Saturnino Paiva, passava periodicamente para avaliar os alunos e conferir o grau de instrução alcançado.

Foi por orientação desse tal inspetor, que o Menino Helio, então crescido, foi aconselhado a vir estudar em Natal. Tinha, desde cedo, no coração a procura. Deveria ir mais além. Seus olhos se beneficiariam de outras paisagens.

Parte II – Sol do Meio Dia

O Menino-rapaz veio, então, para Natal, onde cursou a Esco-



la Normal. Sua mãe vendeu algumas ovelhas. Para ajudar nos custos do começo. Um primo seu, Monsenhor Antonio Barros, ordenava-se padre, e Helio ia ao Seminário para visita-lo e fazer refeições. Depois dava aula de português e literatura para os jovens internos. Lá amadureceu cristianismo que o acompanhou por toda a vida (Lamartine, 1998)

“ Uma planta deslumbrava meus olhos de menino. As flores rubras emergindo da folhagem verde, a árvore alta, vista de longe. Era em frente à casa do velho Gorgonio, perto da nossa, em Pernambuco. Sambaã era o nome. Só havia ela em toda a localidade... Quando cheguei a Natal em 1933, vi a planta enobrecida, morando na cidade, adornando praças e residências. Flamboyant, era o nome. Sambaã em Pernambuco. Flamboyant em Natal.”

Helio Galvão, Novas Cartas da Praia. Carta de 01/02/1968

Desde aí sua vida transcorreu entre essas duas cidades. A de nascença e a de adoção. Em Natal, pois, sol do meio dia, o Menino fazendo-se homem, calças compridas, portanto, estudou na Escola Normal. Lá teve Câmara Cascudo, como professor. Era uma escola de formação de professores como ele pretendia ser. Lá também fez amizades que continuaram pela vida afora como Antonio Soares Sobrinho e Aluizio Alves. Fundou o Grêmio literário Gothardo Neto, presidiu e ensinou na Associação de Normalistas de Natal.

“ Essa Escola Normal que foi criada na primeira metade do século – 1908- diplomou logo de início uma turma de professores que iriam influir decisivamente na formação de várias gerações de potiguares.”

Helio Galvão, Diário de Natal, 14/08/1948

O Menino cresceu. Saiu de casa mas de suas origens não se desligou. Tinha o amor das raízes. Escreveu seu primeiro livro aos dezenove anos. “Goianinha” era um estudo monográfico sobre o

Município. Uma longa saga, muita promessa e a publicação que nunca se fez. Escreveu Cascudo:

“Helio Galvão credenciou-se à gratidão de sua terra, do Estado, de todos os estudiosos da história. Conquistou o posto com a serenidade e o sofrimento, a esperança e as forças irresistíveis do trabalho. Saudando-o em sua mocidade, inteligência e perseverança auspício que este seja o passo inicial para outros volumes, vencendo a Morte e propagando a Vida dos homens e da História do Rio Grande do Norte.”

Aos vinte anos casou com Iliria, sua prima em segundo grau e veio morar numa pensão na praça treze de Maio. Com ela viveu até seus últimos dias. Tiveram juntos quatorze filhos. Com ela viveu uma longa história com direito a poemas falando de alegria, de saudade e de dor. Inevitáveis temas da vida e do amor.

*“Dei-te uma rosa vermelha no dia de Pentecostes
Uma Rosa vermelha que encontrei
Sim. Hoje é a grande festa da natureza
A festa de amor que não cessa de amar
Amor incessante”*

“A Rosa de Pentecostes”,
Helio Galvão, Poemas da tarde

Na claridade desse sol a pino seus horizontes se abriram. Foram as cidades e suas luzes, a Fortaleza, o mar e o rio Potengi. “Será que tudo me interessa? / Cada coisa é demais e tanta./Quais eram



minhas esperanças/ O que é ameaça e o que é promessa?” (“ O Nome da Cidade” de Caetano Veloso).

Suas áreas de interesse ampliaram-se e ele desde então, passou a dedicar-se a Antropologia, a Sociologia, a Cultura Popular, a História, a Literatura. Publicou depois, livros e artigos em todas elas.

Foi pai, saiu de Natal, morou de novo em Tibau, depois em Pedro Velho, trabalhou em cartório, foi militante político. Viveu tragédias como a situação em que um homem foi assassinado em sua casa, aos pés de sua esposa grávida que cuidava de uma filha pequena. Como consequência, o bebê que nasceu prematuramente e morreu poucos dias depois.

É nessa época que inicia suas pesquisas sobre o Romanceiro Potiguar. Nelas, afirmou que os versos e romances populares que colheu e registrou junto à sua gente em Tibau, traduzem acontecimentos históricos e culturais de um tempo e por isso constituem documentos autênticos, vividos na memória popular, e que justamente encontram na música sua condição de resistência e de sobrevivência. Ele recolheu cantigas do povo e registrou-as. Esse trabalho prossegue em sua vida e ele faz contato com estudiosos do assunto aqui no Brasil, na Espanha e em Portugal, dentre eles Ramon Jimenez Pidal, filólogo, folclorista e historiador espanhol. Nesses estudos fica evidente a ligação e a herança cultural vinda para nós da Península Ibérica e traduzida em cantos por qualquer um, nas várias regiões do Brasil. A voz como potente veículo de transmissão. A música como uma linguagem arcaica, primitiva no homem. O bebê antes de pronunciar palavra, entoa, canta. Justamente para se acalmar. Para aninhar-se.

Terminado o seu tempo em Pedro Velho, Natal se torna em definitivo a sua cidade. É nela que Helio viverá sua vida, que construirá sua casa, que desenvolverá seus laços de amizade, criará seus filhos. É a partir dela que fará suas pontes com os amigos e parceiros de ideia, estudos e pesquisas que desenvolverá ao longo de sua vida.

Parte III – Entardecendo

É no dourado das tardes do seu tempo, que o Menino agora um homem, forma-se em direito. Era a cidade e suas ruas. Jornais, Ribeira, encontros e café. Ele torna-se um advogado dedicado e comprometido com as causas a defender. Formou-se em Alagoas numa faculdade chamada pejorativamente de “ponte da aliança”, onde todo mundo passa. Foi nela que estudou porque a essas alturas já tinha vários filhos, eram muitos os compromissos. Alagoas era o possível. Mas, se adquirir o título não era difícil, Helio nunca furtou-se de causas difíceis com empenho e obstinação. Escreveu que não se tem o direito de ser medíocre. Que cada um, na função que tiver na vida precisa dar o melhor de si. Ele não foi. Medíocre. Usou o melhor de seu pensamento para defender as suas causas, dar sua contribuição a seu tempo.

É nessa época que escreve as suas Cartas da Praia. Literatura em formato epistolar, a princípio em cartas encaminhadas ao Jornal Tribuna do Norte e depois compiladas em três volumes. Dois deles publicados em vida e um último que deixou a publicar.

“ Minha aldeia, minha província, meu Estado.

Minha nação sentimental, meu território proustiano.

Escrevi-lhe a História.”

Numa exposição retrospectiva, ocorrida agora em 2016 em São Paulo, o poeta Augusto de Campos falou dos efeitos provocados pela atitude de rever, de visitar. A exposição justamente chama-se Rever. Exposição retrospectiva, mas que no ato de chamar para olhar os fundamentos e o passado, relança autor e visitantes no futuro, abre espaço para a prospecção, para o novo, o além daqui. Penso que Helio ao visitar a sua gente e sua aldeia, abre-a para outros horizontes, convida outros olhares a visitá-la e também se consolida como um estudioso e pesquisador de hábitos e costumes de uma cultura. E, mais ainda, como poeta em sua prosa. Poesia feita da memória, da concretude do encontro com o vivo, com as gentes, com a paisagem e as horas.



Vejam isso:

“Do recanto em que fico, fecho o livro e os olhos vão passando. Buscam repouso no movimento. A paisagem é tranquila, o sol é claro, o verde das plantas ameniza os excessos de claridade. Lá está o velho coqueiro que é meu amigo... Ele lá, eu aqui, mudos os dois, sem possibilidade de comunicação. Porque não nos falamos mesmo num diálogo sem respostas? ... Porque não posso dizer àquele velho coqueiro que o amo, abrindo para ele o meu coração? “

E ainda:

“ Esta visão inaugural da praia... Sensações contraditórias que se cruzam. O belo mar azul franjado de branco na renda das espumas em que a Pedra do Moleque transforma as ondas que se quebram. A velha lagoa, tornada também azul, com as ilhas verdes de mangues que parecem barcos imóveis flutuando ao embalo da maré enchente. O traço de união lagoa-mar, juntando duas grandezas desproporcionais. É este sol baixando, aqueles tons sanguinolentos do crepúsculo, mesclados a riscos azulados, sobre o fundo ray-ban da lagoa, numa misteriosa mistura que parece preparada no ateliê fauvista de Matisse...” Carta 1 das “Derradeiras Cartas da Praia”

E isso:

“ Mas um caju puxado do ramo no instante mesmo em que as forças da seiva o liberam no processo de maturação, chupado em cima do galho, não tem preço. Vale qualquer galho. Naquele momento, pendurado na ponta do galho, segurando no ramo, balançando ao vento, o Menino não é menino. É pássaro. “ Carta de 19.06.1969

Mais ainda:

“ Que misteriosos itinerários percorrem as pessoas, as coisas e os fatos na nossa memória...As plantas, os animais, as criaturas que esquecemos, irrompem um dia no tumulto das recordações, reacendem os quadros do pensamento, ressurgem da morte ou do esquecimento, e de novo, se apresentam diante de nós. E que forças misteriosas nos recriam, nos ressuscitam, nos reintegram aos nossos olhos às nossas lembranças, vibrando emoções silenciosas e acordando sentimentos adormecidos?

“Que prodigiosa gravação é esta, de sons, de imagens, de paisagens que conduzimos, em regiões ignotas, e, de repente, sem estímulos psicológicos, sem sugestões exteriores, emergem das profundezas da memória e chegam, desesquecidas, vivas, falando e andando?”

Foram diversos o caminhos a que seus interesses o levaram. Da antropologia escreveu o Mutirão no Nordeste, assunto que em tempos de crises e de recursos parcos como os nossos tempos atuais, poderiam muito nos ensinar.

Contra a ideia difundida de que o homem rural brasileiro seria um individualista incurável, a partir de sua própria experiência e de suas pesquisas Helio estuda profundamente o Mutirão, dispositivo em que as pessoas se agrupam para produzir, em que a moeda é a disponibilidade e a força de trabalho de cada um. Acontece espontaneamente na pescaria, na farinhada, nas semeaduras e nas colheitas, na caça e na hospedagem.

“Mutirão é uma instituição informal que acontece em muitos lugares, é universal. Predominam nos grupos primários onde o organizador, necessitando de rápida, larga e eficiente cooperação para um serviço, solicita de seus amigos, familiares e vizinhos, comprometendo-se a retribuí-las nas mesmas circunstâncias, tão logo seja pedida essa retribuição.” (Galvão, Helio, In Mutirão no Nordeste, 1988, p. 56)



Na área de direito, a que guiava o seu cotidiano como advogado, escreveu plaquetes sobre temas de importância de seu campo de atuação e os livros “Calamidade Pública e Responsabilidade Civil”, e “Responsabilidade Penal de Diretores de Sociedade Anônima Criada pelo Estado.” Assumo aqui minha total ignorância no assunto e deixo os comentários aos entendidos dele.

Seu projeto literário mais ambicioso, ao qual mais tempo dedicou foi a “História da Fortaleza do Rio Grande”. Depois de sua visita a Portugal, quando recebeu do diretor do Museu Histórico Ultramarino o micro filme encomendado e a cópia da planta da Fortaleza do Reis Magos, muitos dos nossos sábados e domingos em família aconteciam com um projetor ligado, refletindo na parede branca slides com os textos manuscritos em português arcaico. Os que passavam pela sala ou na biblioteca e se dispunham, iam tentando decifrar o que aquelas letras miúdas haviam registrado e estavam a dizer. Para mim, criança, era um prazer e um desafio, quase um código secreto a decifrar. Assim era ele: pesquisador, dedicado e aglutinador. Falava do que fazia, de sua curiosidade, de sua paixão. E contagiava quem estava por perto.

De minhas memórias, diria que várias de suas horas foram vividas na biblioteca. Mas não sentíamos como se ela o roubasse da família. Antes era lugar de vida, de convite ao conhecimento. Nenhuma sacralização. Livro era para ser lido. Para ser folheado, consultado, aberto. Conhecimento era para ser compartilhado. Havia os livros próprios para mim, por exemplo. Segundo sua orientação. Para as crianças. Eles eram colocados mais baixos. A altura dos olhos. As enciclopédias Mirador, Barsa e Delta-Larrouse estavam lá. Também Ziraldo e Monteiro Lobato. Assim como os primeiros Machados de Assis, José de Alencar, Castro Alves, Cassimiro de Abreu, Visconde de Taunay, Cecília Meirelles, Graciliano Ramos, Fernando Pessoa... Indicava e acompanhava a leitura. Perguntava. Deixava falar.

Havia outros que ficavam bem mais altos. Acontece que cresci rápido, e esses já não ficavam assim tão longe dos olhos e das mãos. Eram Jorge Amado, Dias Gomes, Margueritte Duras, Virginia Woolf... Depois ele terminava sabendo que todos estavam mesmo sendo lidos. E ria o seu sorriso contido e pleno de graça. Relíquia

guardada na minha memória. Sua biblioteca também era a papelaria da casa, ali estavam disponíveis para quem precisasse canetas, lápis, papel, borracha. Podia pegar... E levar também.

E tinha a imprescindível rede, “guardadora de sonhos”, como disse o poeta Jorge Fernandes. Rede pra dormir, rede para acordar, para estudar, para ler. Rede para descansar, refletir, pensar...

Parte IV – A noite, a lua e suas fases e mais o pulsar de (in)contáveis estrelas

Helio Galvão é meu pai. E não é simples escrever sobre o pai. Especialmente quando ele foi e ainda é muito amado, e tendo partido cedo, em torno dele e do afeto que nos liga, mora uma saudade antiga. Antiga e renovada. Saudade não é coisa banal. Saudade tem forças poderosas. Assim com ele, assim com Iliria, minha mãe, sua companheira que não gostou de ficar muito tempo sem ele e também partiu. E outros, vários outros. Alguns de seus filhos, meus irmãos. Chica que alimentava a todos, cotidianamente, com o melhor de seu ofício e também de seu afeto... Uma parte de mim, inevitavelmente, é saudade. Ainda bem que sentimentos são da mesma matéria que a poesia, metaforizam-se. Inventam sentidos novos.

Tendo que escrever sobre ele nessa homenagem pelo centenário de seu nascimento, lembrei de suas várias associações entre as idades da vida e os turnos do dia. Assim, num de seus livros, o primeiro volume das Cartas da Praia, ele escreveu numa dedicatória: “A Andreia Clara, alegria do meu entardecer.” Fui a décima quarta das filhas e vim ao mundo num tempo em que eles, meus pais, já não contavam que ainda teriam filhos. Helio estava por volta dos cinquenta anos quando escreveu esta dedicatória.

Alguns anos mais tarde, precisamente dezoito anos depois, uns três meses antes de partir definitivamente, Helio deu-me de presente um livro “O Rubaiyat” de Omar Kayyan, numa edição de bolso bem bonita, traduzida por Manuel Bandeira e ilustrada lindamente por Eugene Karlin. Eu acabara de entrar na faculdade de Engenharia Civil, num desses caminhos que a gente pega sem saber



onde vai dar e ,ao perceber que não faz muito sentido, a gente muda de rota. Creio que ele me dava um livro de poesia escrito por um matemático poeta para eu não me perder na exatidão dos números. Não pude lhe contar, mas mudei de curso após o primeiro ano de estudos. Formei-me Psicóloga. Assim, então, ele escreveu nesse livrinho: “A Andreia Clara, agora encanto da minha noite”. Era agosto de 1981. Em 20 de outubro Helio Galvão anoiteceu.

É inútil a tua aflição;
nada podes sobre o teu destino.
Se és prudente, toma o que tens à mão.
Amanhã... que sabes do amanhã?

“Além da Terra, pelo Infinito,
procurei, em vão, o Céu e o Inferno.
Depois uma voz me disse:
Céu e Inferno estão em ti.”
Omar Kayyan no Rubaiyat.

Registro as palavras de Geraldo de José Cosme, ágil artesão, tirador de côco de zambê, seresteiro e compositor nascido nas mesmas terras de Helio: “Não tenho pai, não tenho mãe, não tenho nada/ Mas amo o céu, amo a lua e amo as estrelas.”

Parte V – Das estrelas , dos pássaros e das pedras de espera

Do que vi, do que acompanhei, do que li e ouvi dizer, a vida de Helio aconteceu junto com a leitura e a escrita. Estudar, do latim, estudar, é olhar bem de perto uma coisa para compreendê-la melhor. Foi o que ele fez. Acontece que, às vezes, para ver melhor é preciso distanciar-se. Olhá-la de longe para apreendê-la em sua for-

ma total, em sua pulsação mais ampla. Assim com um quadro, uma pintura. Assim com algumas situações da vida.

Olhar de longe é para quem está de fora. Para nós outros, quando na posição de leitores. Livros e escrita são como pássaros no ninho. Precisam alcançar outros horizontes, abrir suas asas. Sendo que os livro-pássaros só abrem suas asas, só se libertam se alguém os abre. Se alguém o lê.

Escrever é registrar. Um fato, uma ideia, um sentimento. Uma invenção, um acontecimento, um (des)conserto. Escrever parece com não deixar morrer. Escrever parece com procurar. Lacan, o psicanalista francês, falou que a palavra é a morte da coisa. Isso no sentido da coisa em carne viva. Donde o convite_ atualizado em cada análise acontecendo nos consultórios mundo afora _ a falar o que vier na livre associação. Com a palavra, “a coisa” em sua crueza, em sua aspereza, cede lugar para a rede infinita das significações de que tão bem se serve a poesia, mas também nossas construções cotidianas, nossas interpretações da vida, nossos sofrimentos psíquicos. E as suas soluções. Assim se falo flor, já prescindindo da flor viva para te-la presente.

Mas agora queria tomar um outro viés dessa questão. A palavra, falada ou escrita, ressuscita a coisa. Concede vida nova à experiência vivida. Desta vez, num outro formato. Assim se falamos em Helio, pelos caminhos da memória e pela vida guardada nas ideias, fazemos com que ele viva e, como vivo, contamine os vivos. Provoque neles curiosidade, desejo de pensar.

Então os textos todos deixados pelos que foram são como estrelas cintilando, alumando e guiando o escuro das ignorâncias nossas. Talvez lê-las ajude-nos a pensar o agora e suas necessidades. A atividade de pensar é fascinante. Essa maravilhosa e transformadora atividade do pensamento, sua “fábrica virtual” não se situa exatamente nem dentro, nem fora de nós. Sua fonte localiza-se no “entre”. Porque é preciso cérebro e também encontros. Encontro entre outros do afeto, outros das ideias, outros dos textos. Encontro com o mundo. Com o mundo fora e dentro de nós.

Diremos ainda que dentro dos textos, estão guardadas infinitas pedras de espera. Espera pelos que vierem depois. Pedras gran-



des e pequenas que, de Michelangelo a Dimas Ferreira, de Acari, trazem consigo todas as esculturas que existiram e as que estão por serem esculpidas. Trazem em si todas as possibilidades de imagem. É preciso apenas lê-las. É preciso senti-las. É preciso traduzi-las. Eis a fonte de todo dizer.

É por isso que os textos, assim como os turnos do dia, começam, terminam... E recomeçam. Cada um que vier a se ocupar de alguma dessas pedras, reinventa e atualiza a vida, a escrita, os textos e a manhã dos tempos.

Deixemos, por fim, registrados aqui alguns escritos, pulsares de estrelas, pássaros no ninho, pedras de espera deixados por Helio que era leitor de Pessoa, por Pessoa que era leitor de Kayyan e por Kayyan que lia mistérios e estrelas, coisa que aliás faziam os três. Quem sabe eles moverão, despertarão algo em que os lê agora.

Acorda... e olha como o sol em seu regress
vai apagando as estrelas do campo da noite;
do mesmo modo ele vai desvanecer
as grandes luzes da soberba torre do Sultão.

Omar Khayyam

“ Que misteriosos itinerários percorrem as pessoas, as coisas e os fatos na nossa memória...As plantas, os animais, as criaturas que esquecemos, irrompem um dia no tumultuo das recordações, reacendem os quadros do pensamento, ressurgem da morte ou do esquecimento, e de novo, se apresentam diante de nós. E que forças misteriosas nos recriam, nos ressuscitam, nos reintegram aos nossos olhos às nossas lembranças, vibrando emoções silenciosas e acordando sentimentos adormecidos?

“Que prodigiosa gravação é esta, de sons, de imagens, de paisagens que conduzimos, em regiões ignotas, e, de repente, sem estímulos psicológicos, sem sugestões exte-

riores, emergem das profundezas da memória e chegam, desesquecidas, vivas, falando e andando?

Foi assim que “Meu Coqueiro”, afastando Apolo 11, Vietnã, Pompidou, Paulo VI em Genebra, assuntos pessoais, o livro que estava por ser lido, chegou esta manhã e disse: _ Cheguei. Você não lembra quando me arrancou debaixo do mofumbo de espinhos? Quando me plantou lá no Lourenço, cavando o buraco com um caco de enxada velha? E ele foi desnovelando as lembranças do Menino. Regressei por sua mão ao território da infância, lírico e sentimental, e recordei o ofertórios do menino à sua mãe. E o gesto da mãe ao Menino: Vá planta-lo para você.

Helio Galvão, In: Derradeiras Cartas da Praia, carta 10, pq 99.

Tomando emprestada a ideia de Helio Galvao, que o Menino, o menino que ele foi, que nós fomos, os pequeninos de hoje e os que vierem amanhã, continuem suas andanças a procura da vida, de sua pulsação mais fina. “Caçando tudo, caçando nada...” Que cultivem-se coqueiros, os cactos, o verde, as pedras, os afetos, os encontros, que cuidem dos bichos. Que cuidem da poesia de viver.

Não basta abrir a janela
Para ver os campos e o rio.
Não é bastante não ser cego
Para ver as árvores e as flores.
É preciso também não ter filosofia nenhuma.
Com filosofia não há árvores: há ideias apenas.
Há só cada um de nós, como uma cave.
Há só uma janela fechada, e todo o mundo lá fora;
E um sonho do que se poderia ver se a janela
se abrisse,
Que nunca é o que se vê quando se abre a janela.
Trago dentro do meu coração,
Como num cofre que se não pode fechar de
cheio,
Todos os lugares onde estive,
Todos os portos a que cheguei,



Todas as paisagens que vi através de janelas ou vigias,
Ou de tombadilhos, sonhando,
E tudo isso, que é tanto, é pouco para o que eu quero.

Alberto Caieiro

ANDREIA CLARA GALVÃO, psicanalista, dra. em Educação. Coordenadora do Instituto Bem Te Vi de Oficinas Terapêuticas. Supervisora Clínica do CRI-RN, Centro de Reabilitação Infantil. Escreve na Coluna Quadrantes do Jornal Tribuna do Norte.

A biografia de um intelectual

Helio Galvão: o saber como herança

Gilmara Benevides C. S. Damasceno

“O historiador busca as chaves das estratégias comunitárias, dos sistemas de valor, das organizações coletivas, isto é, de todas as condutas que constituem uma cultura rural ou urbana, popular ou elitista” (Philippe Ariès).

1. A SAGA DE HISTORIAR

Como diria o historiador britânico Eric Hobsbawn: “deve ser melhor começar essa discussão sobre a sina do historiador com uma experiência concreta”. Dessa forma iniciada, apresento-lhes os fatos: após a conclusão do Mestrado em Antropologia Cultural pela Universidade Federal de Pernambuco, meu primeiro livro foi publicado a partir da dissertação escrita sobre o cantor de emboladas Chico Antônio: *O Canto sedutor de Chico Antônio*.

A construção do estudo biográfico sobre o cantor foi motivada pelo interesse pessoal em preencher uma lacuna bibliográfica sobre a trajetória de vida de Chico Antônio, nascido no distrito de Côrtes, localidade situada na região agreste do estado do Rio Grande do Norte – onde ele viveu a maior parte de sua vida até o seu falecimento em 1993, aos oitenta e nove anos de idade. O início de sua biografia já havia sido escrito pelo escritor paulistano Mário de Andrade no ano de 1929 em *O Turista Aprendiz*.

Seguindo o método biográfico aplicado no meu primeiro livro, escrevi em seguida a biografia *Helio Galvão: o Saber como Herança*, que foi elaborada a partir da abordagem historiográfica. Não poderia ser diferente, pois o ator principal do estudo foi um intelectual que



atuou nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais de modo múltiplo como historiador, professor de Antropologia Cultural, etnógrafo, jornalista, escritor, além de ter participado ativamente das esferas do poder público na função de advogado do ex-Governador Aluizio Alves, entre 1961 e 1965.

Como foi dito no início deste artigo sobre a sina do historiador – no presente caso da historiadora – ao assumir um empreendimento analítico deve-se aceitar a posição exploratória de outras áreas, como no presente momento a literatura e a antropologia. Ao aceitar tal missão, passa-se a observar, a coletar, a interpretar e a elaborar uma crítica construída culturalmente a partir de uma “autoridade cientificamente validada, ao mesmo tempo que baseada numa singular experiência pessoal.

Até fins do século XIX, historiadores eram guardiões dos acontecimentos dos cenários dos reis, dos ministros, dos generais e “daquela classe de homens famosos cujos talentos ou erros, esforços ou intrigas produziram a infelicidade ou a prosperidade do Estado”. A história da sociedade se limitava à medida dos homens de Estado que a representavam e inexistia até ali uma história dos humildes, do camponês ou dos marginalizados.

A partir da Escola francesa dos *Annales*, com a descoberta da história das mentalidades, da história cultural e dos métodos da antropologia histórica, houve um interesse da historiografia pelas narrativas. Houve ainda o abandono do estudo puramente econômico para se deter na perspectiva da cultura popular. Assim como, por exemplo, em *Montaillou*, escrito por Emmanuel Le Roy Ladurie no ano de 1975, que é um estudo histórico de comunidade “no sentido antropológico – não a história de uma aldeia particular, mas o retrato da aldeia nas palavras dos próprios habitantes, e o retrato de uma sociedade mais ampla, que os aldeões representam”.

Ao mesmo tempo surgiu a necessidade de se estudar sobre o universo mental que não estivesse puramente encerrado no âmbito puramente psicológico, “mas numa história das ideias sempre pronta a deduzir os mecanismos mentais de uma época das doutrinas e das grandes construções intelectuais que produziu”. Nesse ponto, o encontro da história com a antropologia favoreceu as expressões da vida cultural: “as crenças populares,

os ritos que impregnam a vida cotidiana ou se prendem à vida religiosa, as culturas minoritárias ou clandestinas, em suma o folclore”.

Ao contrário da história tradicional, rechaçada pela Escola dos *Annales*, passou ao centro do interesse dessa historiadora a biografia daqueles que estão distantes do poder ou daqueles que permaneceriam anônimos à maioria, mas que exerceram um papel político e cultural para a sua própria comunidade local. De tal maneira que não foi à toa ter desenvolvido, a partir do estudo sobre o cantador Chico Antônio, o interesse pela região agreste e seu histórico de pujança no passado colonial, o olhar crítico sobre a memória nacional e a história local, o encontro da literatura com os acontecimentos históricos até chegar a Helio Galvão.

2. O MÉTODO BIOGRÁFICO

A escolha particular pela construção da biografia do artista popular local teve como motivação o elo com o escritor paulistano Mário de Andrade. A partir da descrição do encontro entre o artista popular e o artista erudito, não pretendi resvalar na dicotomia entre esses dois universos. No Rio Grande do Norte, Mário de Andrade criou laços de amizade pessoal e de admiração intelectual sobre expressões da cultura popular com o também escritor Luís da Câmara Cascudo, com a farta troca de correspondência entre 1924 e 1944.

A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiróz afirma que a identidade cultural forma-se via identidade nacional e que a identidade cultural que nos foi imposta “era a branca, educada, reprimida”. O próprio Mário de Andrade “defendeu a brasilidade através da miscigenação – o negro, o índio, o branco – isto é, da multiplicidade das culturas e raças”. Portanto, a opção pela escolha de elaborar a biografia sugere uma discussão no campo ideológico.

O próprio objeto de estudo de uma biografia tem como figura central o indivíduo em sua singularidade, em sua identidade. Importante dizer que a relação entre biografia e história explora dialéticas: indivíduo/sociedade, ação individual/coletiva, liberdade/determinismo, apontando, ligando o indivíduo aos componentes sociais, relativos ao grupo em que ele vive ou de tudo aquilo que está representado em sua memória, internalizada a partir da sociedade.



De modo que a construção da biografia de alguém exige um olhar que se alonga por sobre os fatos estratégicos de uma vida, em momentos que traçam a linha imaginária para o leitor, às vezes para que entenda sobre as motivações implícitas da pessoa biografada, advertindo-se aqui para que a pessoa que a lê não se atenha apenas aos objetivos explícitos daquilo que o biografado muitas vezes tenha deixado escrito ou a ser publicado.

A biografia como literatura, como ficção, também é criada pelas versões sobre a vida de alguém, que ensejam alguma versão particular. Muito embora exista uma expectativa de coerência, de verossimilhança mínima no escrito, dificilmente se pretende explicar o autor. Tanto porque não seria crível que se tratasse sobre a vida de alguém como uma construção puramente ficcional ou por outro lado meramente descritiva dos fatos.

A biografia se sustenta no método cuja abordagem qualitativa utiliza-se das narrativas nas áreas das Ciências Sociais e das Ciências Humanas. O método biográfico está intimamente associado à Sociologia como procedimento investigativo. Reiterando o que já foi dito antes neste artigo, se existe um objeto de estudo do método biográfico este é o próprio indivíduo em seu protagonismo. Há assim a incorporação de elementos da memória, da autobiografia, dos depoimentos, das trajetórias de vida...

O historiador francês Jacques Le Goff indica que o método biográfico associa-se ao demais métodos históricos quando visa produzir uma verossimilhança com a realidade, mesmo que haja a aproximação com o romance literário. Estes estudos revelariam inclusive sobre os interesses daquele que pesquisa e sobre quem pesquisa, isto porque existe uma relação intelectual entre o biografado e a pessoa que pretende escrever sua biografia.

Há inúmeros critérios para a elaboração de um enfoque temático sobre a vida da pessoa biografada a servir de guia durante a escrita de um estudo biográfico. De modo predominante tenta-se trilhar uma linha genealógica – que acredita-se didática – sobre a vida daquela pessoa. Os recortes temporais, porém, nos enganam. Então a pessoa que escreve se vê impelida a editar fatos, reduzindo-os ou ampliando-os, a fim de alcançar um todo verossímil.

Não por acaso são escolhidos certos marcos na vida de biografados, se homens ou mulheres, de acordo com sua trajetória de vida profissional, intelectual, artística, política, cotidiana, ideológica, evidenciando-se aquilo que muitas vezes já é sabido – ou o que desabrocha dos fatos ocultos – de maior ou menor consequência e polêmicas. De certo que, quando existe uma biografia, sua personagem principal ganha dimensões históricas. De forma análoga, famílias tradicionais geralmente costumam recorrer à sua genealogia em busca de tal perpetuação na linha temporal da história.

3. A BIOGRAFIA DE INTELECTUAL

Helio Mamede de Freitas Galvão nasceu em Tibau do Sul, no dia 18 de março de 1916. Ele era profundamente interessado nas expressões poéticas e artísticas do povo, aos quais em vida dedicou-lhes ensaios e estudos etnográficos. Ao mesmo tempo, aplicou-se a muitos anos de estudo e erudição sobre a formação da cidade de Natal. Assim houve a escolha pela construção de uma biografia que retratasse não apenas seus interesses particulares, mas elaborada de modo impessoal, inserida na própria historiografia potiguar.

A história da cidade de Natal desde a sua fundação até a década de 1980 está presente nesta biografia como um testemunho de sua vida dedicada à crônica jornalística. Helio escreveu sobre temas etnográficos, políticos, religiosos e históricos desde a juventude até pouco antes de seu falecimento. A sua própria história de vida esteve dedicada à história de vida de pessoas e lugares sobre os quais escreveu. Em *Helio Galvão: o Saber como Herança* foi possível compilar todos os seus trabalhos escritos, entre crônicas jornalísticas e livros publicados.

Num breve resumo sobre sua vida intelectual, Helio iniciou suas pesquisas em 1933, aos vinte e cinco anos de idade, para escrever seu primeiro livro, *Goianinha*. Ele concluiu o curso de Direito na Faculdade de Alagoas aos trinta e seis anos, no ano de 1952, quando ajudou a fundar a Faculdade de Filosofia. Em 1957 publicou os livros *Revogação de Isenção Tributária* e *Recurso em Mandado de Segurança nº 5.071*.

No ano de 1959, Helio publicou um de seus livros mais conhecidos no meio acadêmico à época: *O Mutirão no Nordeste*. No mesmo



ano ele passou a ocupar a função de Adjunto do Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Numa continuidade temática sociológica de *O Mutirão no Nordeste* ele publicou *Canais de Circulação Vertical na Sociedade Nordestina* e na área do Direito, *O Caso da Jazida Estrondeira*.

No período em que atuou como advogado do então Governador Aluizio Alves, entre 1961 e 1965, Helio publicou livros do Direito Administrativo: *Radiografia de uma Administração* e *Dos Efeitos Patrimoniais em Mandado de Segurança*. Em 1967 ele lançou *Calamidade Pública e Responsabilidade Civil* e nove anos depois ele escreveria o seu derradeiro livro sobre Direito Administrativo, em coautoria com o filho José Arno Galvão: *Responsabilidade Penal de Diretores de Sociedade Anônima criada pelo Estado (caso BDRN)*.

Ainda em 1967, Helio começou a coletar a série de crônicas jornalísticas que caíram no gosto do público pelo seu ineditismo e as transformou em livro: *Cartas da Praia*, que relata a vida social dos pescadores da localidade de Tibau do Sul, amplamente divulgadas no jornal *Tribuna do Norte*, periódico natalense que ajudou a fundar. No ano seguinte suas observações antropológicas que descrevem expressões culturais e artísticas, como a dança do coco de zambê, foram reunidas em *Novas Cartas da Praia*.

Somente aos sessenta e três anos de idade, após três décadas de pesquisas sobre a historiografia colonial do Rio Grande do Norte, Helio Galvão publicou sua obra máxima no ano de 1979: a *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Fatalmente, um ano depois, em 20 de outubro de 1981, Helio faleceu no escritório, vítima de um ataque cardíaco fulminante. Em 1982 foi lançada sua obra póstuma escrita ainda na década de 1950, *Dix-Sept Rosado: uma Biografia Política*.

Em 1989 seus filhos criaram a Fundação Helio Galvão (FHG) – e decidiram abrir a biblioteca particular do pai à visitação pública. Na FGV também foi criada uma pinacoteca, a Galeria Navarro, que ao longo de uma década realizou inúmeras atividades culturais. Naquele mesmo ano foi publicada a coletânea *Derradeiras Cartas da Praia & Outras Notas sobre Tibau do Sul*.

Somente em 1994 outros três livros foram publicados pela FHG: *Pequena História da Fortaleza Reis Magos*, *Poemas da Tarde* e

Romanceiro: Pesquisa e Estudo. A História da Fortaleza da Barra do Rio Grande foi reeditada pela FHG, em 1999. No ano de 2007, o livro *Cartas da Praia* foi lançado novamente incluindo *Novas Cartas da Praia* e *Derradeiras Cartas da Praia*.

4. HELIO GALVÃO: O SABER COMO HERANÇA

O estudo biográfico *Helio Galvão: o Saber como Herança* foi escrito em quatro capítulos, dentre os quais o primeiro intitulado “A Visão Inaugural” que versa sobre o interesse mais longo de Helio Galvão sobre a historiografia colonial do Rio Grande do Norte, assunto que estudou por três décadas para escrever a *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. O capítulo reúne dados referentes a personagens históricos, além de traçar um estudo genealógico da origem da família Galvão no Brasil.

Genealogia que se confunde com o nascimento de Helio Galvão na localidade de Tibau do Sul, no município de Goianinha, a sua inspiração literária e que posteriormente seria descrita em sua primeira obra publicada, *Goianinha*, a qual Câmara Cascudo descreveu: “É o historiador de Goianinha, animado, com o calor de um carinho filial, as velhas fisionomias esvaecidas na Morte e dispersas nas sombras do pretérito”. Este primeiro capítulo da biografia cita desde a sua despedida de Tibau do Sul para estudar em Natal à sua volta breve entre 1939 e 1941, quando já casado e com filhos. Neste período ele deu início aos estudos sobre o romanceiro ibérico no Nordeste do Brasil.

No segundo capítulo do livro, intitulado “Servo de Deus”, estão inseridas informações sobre a vida intelectual de Helio Galvão a partir de sua chegada em Natal para estudar aos dezessete anos. Helio participou assiduamente junto à Congregação Mariana de Moços, movimento da igreja católica. Além do mais, na Ação Integralista Brasileira (AIB), que surgiu após a Revolução de 1930 e trazia uma campanha de cunho moral-religioso, cultural, nacionalista sem defender grupos econômicos nem partidos comunistas ou liberais. A população urbana brasileira não fez resistência ao Integralismo, ao passo em que muitos jovens como Helio se associaram às “hostes do sigma”. Em Natal muitos intelectuais católicos, como Câmara Cascudo, foram arregimentados pelo movimento que durou até 1937.



À mesma época, Helio começou a participar também do Grêmio Literário Gothardo Neto e, posteriormente, houve sua incursão pelo jornalismo, no ano de 1935. O seus escritos versam sobre historiografia colonial, biografias de padres, hagiografias femininas, personagens devotados à igreja católica, passando às crônicas sobre intelectuais potiguares. Quando Helio passou a colaborar com seus escritos para duas revistas nordestinas, *Tradição* e *Nordeste*, em que desenvolveu temas culturais como a sobrevivência do romanceiro ibérico no Nordeste do Brasil.

O terceiro capítulo “O Advogado do Diabo” narra a imbricada teia política que teve início com a Revolução de 1930, com o governo de Getúlio Vargas e algumas de suas consequências partidárias no Rio Grande do Norte, a fim de descrever o cenário a partir de 1945 e a participação de Helio Galvão como correligionário de Aluizio Alves na União Democrática Nacional (UDN) – quando do trágico assassinato de seu amigo Aristides Hortêncio, durante um comício em Pedro Velho, o que fez com que Helio se afastasse da atividade política, para atuar na área do Direito.

Helio Galvão concluiu o curso de Direito em 1952, posteriormente atuando como advogado nas áreas do Direito Civil e do Direito Administrativo. Além da amizade com Aluizio Alves havia o laço de confiança, o que o favoreceu para atuar como advogado do então Governador entre 1961-1965. No capítulo é narrada a polêmica sobre o desfazimento do inventário do Governador no mandato anterior a Aluizio Alves, Dinarte Mariz. O episódio causou um grande desconforto e o estremecimento da amizade entre Helio e Câmara Cascudo. Isto porque Câmara Cascudo teve questionada a sua aposentadoria como Consultor Geral do Estado, concedida anteriormente por Dinarte Mariz. A aposentadoria foi mantida somente após rigorosa e minuciosa revisão dos cálculos.

No último capítulo “O Saber como Herança” o foco é a vivência cultural de Helio após a criação da Fundação José Augusto em 1963, quando sua atuação como pesquisador e escritor voltado à historiografia, à etnografia e antropologia cultural tornou-se mais profícua. A Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras (ANL), a Revista Bando, os jornais potiguares como A Ordem e Tri-

buna do Norte, dentre tantos, sempre foram os principais meios de divulgação de sua literatura.

Assim, estão reunidos nesta última parte da biografia as suas principais obras como *O Mutirão no Nordeste*, *Cartas da Praia*, *A História da Fortaleza da Barra do Rio Grande* e o livro de poesias lançado postumamente, *Coração de Cristal*. É importante destacar que houve o plano de publicar uma história da cidade de Natal cujo título seria *A Pequena História da Cidade do Natal*, um projeto mais ambicioso, do qual se tem notícia na Revista da ANRL e no jornal Tribuna do Norte, mas que ele jamais conseguiu levar adiante, o que, como historiadora, posso reputar como lamentável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **O Turista Aprendiz**. 2.ed. São Paulo/Brasília: Duas Cidades, 1983.

ANDRADE, Mário de. **Os Cocos**. São Paulo/Brasília: Duas Cidades, 1984.

ANDRADE, Mário. **Vida do Cantador**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Villa Rica Editoras, 1993.

BATISTA, Raimunda de Brito. **Ludovic Surjus: história, histórias...** Londrina: Atrito Art, 2005.

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: 1929-1989**. A revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.



CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

COSTA, Gilmara Benevides. **O Canto Sedutor de Chico Antônio**. Natal: EDUFRN, 2004.

_____. **Helio Galvão**: o Saber como Herança. Natal: Moura Ramos, 2007.

GALVÃO, Helio. **Goianinha**. Versão inédita. Prefácio de Luís da Câmara Cascudo, 1941.

_____. **Revogação de Isenção Tributária**. Rio de Janeiro: Memorial Forense do Supremo Tribunal Federal, 1985a.

_____. **Recurso em Mandado de Segurança nº 5.071**. Rio de Janeiro: Memorial Forense do Supremo Tribunal Federal, 1985b.

_____. **O Mutirão no Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço da Informação Agrícola, 1959.

_____. **Canais de Circulação Vertical na Sociedade Nordestina**. Natal: Edições Cactus, 1960a.

_____. **O Caso da Jazida Estrondeira**. Memorial Forense do Supremo Tribunal Federal, 1960b.

_____. **Radiografia de uma Administração**. Natal: Secretaria do Interior e Justiça / Imprensa oficial. 1961.

_____. **Dos Efeitos Patrimoniais em Mandado de Segurança**. Natal: s/editora, 1962.

_____. **Calamidade Pública e Responsabilidade Civil.** Rio de Janeiro: Edições do Val, 1967a.

_____. **Cartas da Praia.** Rio de Janeiro: Edições do Val/ Natal: Prefeitura de Natal, 1967b.

_____. **Novas Cartas da Praia.** Rio de Janeiro: Edições do Val/ Natal: Prefeitura de Natal, 1968.

_____. **Responsabilidade Penal de Diretores de Sociedade Anônima criada pelo Estado (caso BDRN).** Natal: RN Econômico, 1976.

_____. **História da Fortaleza da Barra do Rio Grande.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura (MEC)/Conselho Federal de Cultura (CFC), 1979.

_____. **Dix-Sept Rosado: uma Biografia Política.** Natal: Editora Clima. Escola Superior de Agricultura de Mossoró/ Fundação Guimarães Duque, 1982.

_____. **Derradeiras Cartas da Praia & Outras Notas sobre Tibau do Sul.** Natal: Editora Clima/FSA/Fundação Cultural Helio Galvão, Prefeitura Municipal de Tibau do Sul, 1989.

_____. **Pequena História da Fortaleza dos Reis Magos.** Natal: Departamento Cultural da Secretaria do Estado da Educação e Cultura, s/d.

_____. **Poemas da Tarde.** Natal: Fundação José Augusto, 1994a .



_____. **Romanceiro: Pesquisa e Estudo.** Natal: UFRN/PROEX/PAE: Fundação Sócio-Cultural Santa Maria, Fundação Helio Galvão, Prefeitura Municipal de Tibau do Sul, 1994b.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **São Luís.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

MONTAGNER, Miguel Angelo. **Trajetórias e biografias:** notas para uma análise bourdieusiana. Sociologias, Porto Alegre.

GILMARA BENEVIDES DAMASCENO é professora e escritora, autora do livro “Hélio Galvão o Saber como Herança”.

Hélio Galvão: registros forenses

Perpétua Wanderley

I. INTRODUÇÃO.

Convivi muito pouco com dr. Hélio Galvão para a imensidão da figura de jurista e ser humano que ele é. Ouvi muito sobre ele, desde os idos de Assu, nos anos primeiros de adolescência. Minha lembrança mais forte e que me impregna está no espaço do seu escritório no Edifício Sisal, à rua João Pessoa, nesta Cidade de Natal. Ali, encontrei-o algumas vezes. E mais João Maria Furtado. Cuidavam, os dois, de uma ação que tinha como mote as terras e sua delimitação pelo Rio Pratygy. Ouvi suas observações e, em cada uma delas, aprendi muito. Desde então passei a ver, em doutor Hélio Galvão, a noção de que o saber ilumina as pessoas e lhes dá um sentimento de humanidade muito forte. Eu era uma iniciante do direito e ele, um jurista consagrado. Mesmo assim, perdia seu tempo a dar alguma atenção a mim, às minhas perguntas tímidas, até temerosas de dizer uma tolice diante de tão grande homem. Mais: no biênio 1979-1981, ouvia-o atentamente nas reuniões da OAB - Seccional do Rio Grande do Norte, em que era Conselheiro.

Lembro-me dele nos cartórios: quando entrava, ar miúdo, fala baixa, a cabeça levemente inclinada para um lado, ascendia uma aura de respeito: é dr. Hélio Galvão. Isso ecoa em frases e testemunhos como “*Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito de Alagoas, participante da turma de 1952, notabilizou-se no foro natalense como advogado militante, um dos melhores e mais afamados do Estado.*” E est’outro: “*(...) Logo depois, torna-se bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito de Alagoas, turma de 1952 (...) Advogado, no foro de Natal, Hélio Galvão possui clientela numerosa e escolhida, prova do seu valor como profissional e como jurista.*”

Da vastidão de seus conhecimentos e de sua agilidade mental, testemunha Aluizio Alves, num episódio que envolve a vida política do Estado:

“Conversava com Francisco Seráfico Dantas e Monica, em minha casa, em fins de abril, dando-lhes conhecimento do fato (a desistência de Raimundo Soares), e estudando soluções, quando entra, inesperadamente, o monsenhor Walfredo Gurgel. Chegara na noite da véspera para fazer o casamento de um amigo.

Mônica apontou para ele e me disse baixinho: “Está aí um bom candidato...” Aproveitei a sugestão e disse:

-Monsenhor, o Raimundo Soares renunciou à candidatura. E Mônica está sugerindo o seu nome.

- Acho que a Igreja não autorizará. Se você conseguir, eu posso aceitar...

Telefonei para Hélio Galvão.

- Preciso conhecer as normas da Igreja que permitem candidaturas para cargos executivos. E, brincando: - Monsenhor Walfredo não entende disto. Só confio na sua sabedoria.

- Já entendi. Dentro de meia hora estarei aí com a solução.”

É o mesmo autor que, no capítulo “Uma experiência perdida”, noticia que o Banco do Brasil recebera 16 propriedades da firma algodoeira João Câmara, na sua liquidação, como pagamento parcial de vultoso débito e promovera dispensa de mais de 100 famílias que nelas viviam há 10, 20 e 30 anos, sem pagar qualquer indenização, pois não havia previsão na legislação trabalhista, que, à época, não cobria a área rural. Em seguida, o banco publicou edital de venda em leilão, fixando condições de preço e pagamento a longo prazo. Surgiu o boato da vinda de Julião a Mato Grande, onde ficavam as fazendas, com dezenas de caminhões para apanhar as famílias expul-

sas e leva-las para a porta do Banco do Brasil, cuja agência na Ribeira, seria invadida na hora do leilão, impedindo a sua efetivação. Narra Aluizio Alves:

“Chamei ao palácio o grande advogado do estado, Hélio Galvão, e pedi que examinasse, do ponto de vista jurídico, qual a providência, na alçada do Governo, para evitar o problema.

Dentro de poucas horas, tinha em mãos um projeto de decreto de desapropriação, com objetivo social de distribuir as terras aos antigos moradores, pagando ao Banco do Brasil pelos valores através dos quais era pago o imposto territorial. A Secretaria de Finanças depositou a importância devida na Caixa Econômica e o Diário Oficial devia publicar, na manhã seguinte, o decreto governamental. (pp. 215/216)

Esse é Hélio Galvão como advogado do Estado, o constitucionalista e administrativista de escol — cujas teses, no desfazimento do chamado ‘inventário Dinarte Mariz’ vieram a ser consagradas no Supremo Tribunal Federal. Em razão delas, teve seu nome projetado nacionalmente atingindo o ponto máximo de seu histórico profissional.

Também como advogado cível, arguto e minucioso, de talento ímpar, teve o respeito e consideração de advogados e magistrados. Sobre seus dias iniciais da advocacia, após ter sido Tabelião em Pedro Velho, vindo a se graduar em Direito em 1952, com inscrição nº 70 (setenta) na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio Grande do Norte em 20 de maio de 1955, Hélio Galvão disse, quando entrevistava Djalma Marinho “(...) ele foi o meu mestre de advocacia. Naqueles tempos, noventa por cento dos ilícitos penais eram julgados pelo Júri e Djalma era um homem que brilhava em todos os júris, todos os crimes, furto, sedução, homicídio, lesões corporais: tudo arbitrado pelo Júri. E foi aí que Djalma teve de se mostrar, de se consagrar o grande orador que, depois, continuou ser. Foi ele, então, quem inspirou o meu estilo de advocacia.”



Magnífico estilo, em que se conjugam as virtudes da clareza, precisão e elegância, para melhor chegar ao entendimento jurídico. Além da ironia como um requinte de espírito. Suas petições iniciais começavam “Por seu advogado” o que se tornou marca do trabalho de seu escritório. Nisso, ousou vislumbrar um efeito de estilo, pois abrevia a frase conhecida e repetida: X, por seu advogado; mas, especialmente, a atribuição de relevância ao ofício, ao mandatário judicial, uma identificação forte com o papel do advogado que se apresenta em Juízo em nome de seu cliente.

Daí, o cognome de O Domador de Palavras, que lhe deu Manoel Onofre Júnior, lamentando não ter sido enfatizado, ao lado da perda, para o mundo jurídico, de um grande advogado, que se tratava de um verdadeiro estilista. Não é menos exata e perfeita a observação de Luis Carlos Guimarães: “Hélio Galvão, quando o conheci já era uma lenda nos meios forenses do Rio Grande do Norte. A inteligência privilegiada na defesa de grandes e pequenas causas, imprimindo às petições e arrazoados uma linguagem ágil, leve, objetiva, sem o ranço dos clichês e jargões tão comuns à redação jurídica. Todas, no entanto, para ele, grandes causas, pelo agudo e humano alcance de sua visão.”

Hélio Galvão atuou sob o sentimento do justo nas diferentes áreas. Assim, chamado pelas circunstâncias humanas que moviam sua visão incursionou pela área penal, quando sua atuação jurídica assegurava o direito do réu de ser julgado regularmente. Com suas palavras, ele narrou episódio em que, lá em sua terra encantada, assomara à tribuna em defesa de réus:

“Um filho dele (Mestre Chico de Galdino) e outro rapaz daqui mataram um homem por questões relativas à caça de garças em viveiro. Ficaram mofando na cadeia de Arês, até que eu soube. Eu não faço advocacia criminal, mas não podia consentir ficassem aquelas duas criaturas encarceradas por tempo indeterminado. Lourival Medeiros era juiz da comarca. Procurei-o e disse-lhe que desejava ser nomeado defensor dos réus. Logo ele convocou o júri e lá me vim daí e assumi a cadeira da defesa. O promotor

fez uma acusação veemente e erudita. Abriu Nelson Hungria, Roberto Lira, Magalhães Noronha e falou em Carrara e Lombroso.

Meio encabulado, eu disse aos jurados que não tinha trazido livro nenhum, porque não adiantava falar de uns homens estranhos, para eles desconhecidos. Estamos falando, sim, da vida de três pescadores, um que havia morrido, dois que o mataram. Agora os senhores os vão julgar. E saí contando a história que pude extrair dos autos e da realidade de todos conhecida, inclusive dos jurados, alguns também pescadores. No fim, os homens foram soltos.”

Seabra Fagundes, em depoimento em Memória Viva narra que, pelo final de 1949 fora relator de apelação em processo criminal oriundo de São José de Mipibu, tendo o Tribunal acompanhado o seu voto e, com base nele, fixado a pena do réu, mas, num repassar das coisas, ocorrera-lhe que naquele julgamento se equivocara e levava os seus pares ao mesmo erro na fixação da pena, que resultara maior do que cabível. Prosseguiu:

“Disso convencido, me dirigi ao amigo Hélio Galvão, solicitando-lhe procurar na cadeia de São José de Mipibu o réu do caso (não lhe guardava o nome, porém me recordava de aspectos do processo suficientes para identificá-lo) e lhe sugerisse outorgar procuração (obviamente sem remuneração alguma, o que, aliás, seria escusado dizer, tratando-se de Hélio) para um pedido de revisão. Tudo assim se fez, e o Tribunal, em grau de revisão, corrigiu o equívoco atribuindo ao réu pena menor de que a antes fixada.”

José Arno Galvão, filho e companheiro de escritório, apresenta a forma em que Hélio Galvão reafirmou suas firmes convicções religiosas ao postular numa ação de anulação de casamento :

“15. Por muitas razões, o advogado que assina este Libelo está engajado no problema da indissolubilidade do vínculo matrimonial, seja pelas constatações da Sociologia, de que é estudioso; seja pela formação doutrinária de que é portador; seja por obediência à Igreja, de quem é filho submisso. Isto, porém, não o impede de pesquisar a consistência jurídica desse vínculo nos casos concretos, nem lhe cerceia liberdade de discutir os vícios que infirmam a estrutura do ato de que resultaria a indissolubilidade.”

Delineada a figura do advogado, cabe, agora, examinar alguns de seus escritos jurídicos, memorial e defesas elaboradas em causas de que era patrono.

2. ALGUNS CASOS FORENSES

2.1 O caso da jazida Estrondadeira.

Nesse caso, o advogado Hélio Galvão atuava pelos réus S.A. Mineração Jerônimo Rosado, d. Adalgisa de Souza Rosado e seus filhos menores, em face dos autores, Francisco Varela da Silva e sua mulher, no espólio dos bens de Maria de Oliveira Maresco falecida em 17 de março de 1933, no Município de Assu, onde estava o único imóvel inventariado, o imóvel rural Logradouro e a jazida Estrondadeira, nele compreendida.

À indicação do nome e menção da origem do caso, parece que tudo se encaminha para uma questão de terras ou inventários, de que Hélio Galvão era grande conhecedor, fruto de sua larga vivência entre os livros e cartório de Pedro Velho. O tema passa ao largo desses aspectos, para fixar-se em matéria processual, isto é, a natureza da ação proposta e seu cabimento. Os autores Francisco Varela da Silva e sua mulher propuseram ação anulatória, em razão da licitação determinada e realizada com base no art. 503 do Código de Processo Civil(1939), pois autores e réus, invocando a condição de

credores do espólio, postulavam a adjudicação, para si, do imóvel em referência. Já tinham sido propostas outras ações, sem que os autores, nelas tivessem obtido êxito.

Já nas linhas iniciais do memorial, Hélio Galvão diz

“Muitas vezes a Justiça foi convocada a resolver os conflitos de interesses e de nenhuma delas os atuais promoventes desta saíram vitoriosos. Todas as instâncias foram percorridas e ao fim desta aventura judicial ainda estão eles de mãos vazias, sem mesmo uma vitória eventual a legítimar-lhes mais esta tentativa.”

E se aí, falou o estilista para apresentar a questão, com a mesma elegância, faz o sumário da questão. Valendo-se da anáfora, a repetição da palavra serve à ideia da repetição de procedimentos judiciais promovidos pelos autores até o momento do ingresso com mais uma ação, a anulatória de negócio jurídico:

“14. Resumindo:

- depois que os Autores proclamam que a ação rescisória é o meio próprio para atacar a decisão de 3-8-1944 e o julgado que a manteve (doc. n.5);

- depois que o Tribunal de Justiça se reconheceu incompetente para aquela (doc. n.6);

- depois que o Supremo Tribunal Federal chamou para si o conhecimento do assunto, sem jurisdição concorrente (doc. n.5);

- depois que tais decisões transitaram em julgado e os Autores fracassam na tentativa de ressuscitar o processo arquivado, -

veem eles, servindo-se do mesmo arrazoado anterior, com leves retoques de forma, tentar mais esta aventura judiciária, com evidente abuso de direito.”



Passa, então, a falar o jurista:

“16. Houve um litígio, e foi pelo exercício de seus poderes de jurisdição que o juiz o resolveu. Precisamente porque esse litígio existiu, os Autores embargaram a decisão que o encerrou. E se litígio houve, se uma sentença foi proferida impondo solução não querida por um dos interessados, deixa de haver sentença homologatória, afirmando-se plenamente a jurisdição contenciosa e surgindo a figura da coisa julgada.

(...)

Inegável que na espécie foi a sentença de 3 de agosto que deu causa à pretensão dos Autores e que é a homologação por ele efetivada que se impugna.

17. Por outro lado, a circunstância mesma de haver o juiz ordenado a licitação, traduz o dissídio, o desentendimento, a pretensão contraditória dos candidatos à adjudicação.

Só se recorre à providência da licitação no inventário – diz o Código – “se não for possível acordo entre os interessados”. No nosso caso, foi a sentença homologatória da licitação que fechou a longa série de incidentes verificados no inventário de dona Maria de Oliveira Maresco. Isto é, só se faz licitação para solver o conflito de pretensões. E a palavra *homologar* entre aí como expressão imprópria da técnica processual, *faute de mieux*.”

O advogado expõe, no memorial a questão e sua tramitação, sem se deixar aturdir pelo tumulto processual criado pelas sucessivas e diferentes ações promovidas pela parte adversa. Desvencilha-se das situações armadas. E, de forma límpida, traça a distinção entre a nova ação, uma ação anulatória, e as anteriores notadamente

a ação rescisória, mostrando que, no entanto, em todas há uma e só pretensão em que os autores insistem, de mãos vazias, sem mesmo uma vitória eventual como diz com uma ponta de ironia.

2.2 Caso Henrique Lage

A nota prévia que Hélio Galvão lança nesse opúsculo que reproduz a contestação oferecida em ação ordinária de indenização por ato ilícito cumulada com cominatória para demolição de obra, mostra, ao lado do vigor da convicção do advogado que, vencedor no mérito, mas vencido em duas preliminares, tece a respeito, considerações, o trabalho do estudioso com o aprofundamento feito sobre o conceito de calamidade pública. Principia, o autor, destacando a circular de Amaro Cavalcanti, quando Ministro da Justiça, em que, a partir da Constituição de 1891, fornece esse conceito: *Como calamidade pública só pode ser considerada em tese, além das secas prolongadas e devastadoras, os grandes incêndios e inundações e outros flagelos semelhantes, a invasão súbita do território de um Estado por moléstia contagiosa ou pestilencial, susceptível de grande expansão epidêmica, de disseminação rápida e de alta letalidade, diversa daquelas que só se desenvolvem ao favor da ausência de providências adequadas e do descuido no emprego dos meios conhecidos de profilaxia usual.*”

Então, oferece sua definição: *a calamidade pública visada pelo constituinte é aquele acontecimento, incoercível e inevitável, ainda que previsível, cujas proporções e repercussões sobre a coletividade cheguem a provocar o desequilíbrio econômico, a ruína da fortuna pública e privada, a desordem administrativa, o desabrigo das populações, devastando plantações e rebanhos, destruindo obras públicas e particulares, impedindo o acesso à região atingida com destruição ou obstrução das vias normais de trânsito e comunicação.*”

A questão girou em torno da construção de paredões de defesa entre as salinas dos autores e a salina da empresa ré, situadas entre os leitos dos rios Assu e dos Cavalos e a inundação das salinas com a grande cheia do rio Assu, ocorrida em abril de 1964. Daí, a pretensão indenizatória dos autores, redarguida pelo advogado Hélio Galvão, em favor da ré, com a tese da ocorrência da calamidade pública e exoneração de responsabilidade.



A contestação foi apresentada sob o esquema:

I – PRELIMINARES : Nulidade da vistoria. Nulidade do protesto. Interesse da União federal. Carência de ação. Absolvição de instância.

II – O QUADRO GEOGRÁFICO: O Vale do Açu. A planície. As enchentes. A salina.

III – O QUADRO JURÍDICO. A ação cominatória. A ação de ressarcimento.

IV – CONCLUSÃO.

Chama a atenção o enfoque designado como quadro geográfico. Nele, Hélio Galvão se refere ao trabalho de geógrafos, descreve a área “que serve de cenário ao debate judiciário” apontando a existência de uma planície de 400 hectares e, ao discorrer sobre as enchentes, desenha o vale do Açu, de forma vibrante e enfática frente à situação das enchentes naquele momento: “*Não há açude no Rio Grande do Norte que não esteja sangrando, e o que não estiver sangrando é que foi destruído pelas águas acumuladas. Não há estrada que não esteja danificada, e a que não estiver intransitável apresenta desvios parciais para o tráfego.*”

Ao rebater a pretensão de ressarcimento deduzida pelos autos, Hélio Galvão aponta a doutrina nacional - Clóvis Beviláqua, Whashington de Barros Monteiro, Serpa Lopes, Antônio Camarota - e estrangeira, nas lições de Georges Ripert, Ludwig Ennecerus, Jean Carbonnier, Colin, Capitant e La Morandière e Henri Lalou. E, na linha de seu pensamento em que sempre havia a percepção aguda e vinculação aos fatos sociais, com sua interpretação e repercussão, cita os jornais da época, suas manchetes e notícias: A Ordem, o Diário de Natal, O Poti, e a ata de reunião do Conselho Diretor da SUDENE em que o tema fora abordado.

E assim formula sua tese de defesa:

“Resultado do excesso das águas, estas por sua vez originadas de um inverno anormal e prolongado, a superenchente que inundou o Vale do Açu configura um fato da natureza, supe-

rior às forças humanas, acima do controle e da previsão comum. Com as enchentes regulares, nada houve. Com a superenchente, por sua extraordinária magnitude, houve a destruição, que não atingiu somente a salina dos a.a., mas, igualmente a da Ré, embora em proporções mais reduzidas. A força incoercível das águas acumuladas e cuja vazão estava sujeita ao regime das marés, foi a causa exclusiva da ruína do dique mal cuidado da salina (...).”

Mais uma vez, foram-se aliadas no texto de Hélio Galvão a força descritiva quanto aos fatos e a força argumentativa quanto ao direito alegado.

2.3. Caso BDRN

Na apresentação da publicação de peças processuais elaboradas na tramitação do caso, Hélio Galvão faz uma profissão de fé. É a afirmação da convicção do dever de defender a tese em que acredita. A afirmação do papel e da atuação do advogado:

“E os resultados do trabalho feito? Pouco importa. O que importa, sim, é desempenhar em plena consciência a missão recebida. E esta o foi, com sobrançeria e sem conveniências. O que era necessário dizer foi dito, sem falsas gentilezas nem fórmulas convencionais de oportunidade.

Entrando no processo, o advogado contrai uma obrigação de diligência e não obrigação de resultado. Cumprido o dever, esperemos que os outros com igual senso de responsabilidade cumpram o que lhes couber”.

O caso data de 1976. Na apresentação da defesa, chama a atenção a estrutura em que ela está formulada. Há a **Introdução**, em que o advogado Hélio Galvão assenta: “É preciso ter, em meio do alarido, uma palavra de ousada franqueza, que nasce da tranquilidade



posse da verdade.” Segue-se a **Preliminar**, em que aponta a quebra do princípio da unidade do processo e do julgamento consequente da conexão. Passa então ao capítulo **III – Levantamento dos fatos e sua cronologia** distribuídos em subitens : Contatos com proprietários de projetos; A Associação de Proprietários de Projetos; Viagem ao Rio de Janeiro; Regresso sem êxito; Viagem a São Paulo; Decisões de que o acusado não participou. Após, cuida de **IV – A denúncia e os fatos**, também distribuídos em subitens: Bases da denúncia; O mercado ‘por fora’; A operação de 11.6.73; Outro aspecto do mercado ‘por fora’; O Banco Central conhecendo e aprovando o ‘por fora’; Demonstração aritmética.

O cerne da defesa está no Capítulo **V – Inexistência de crime** que, também, se desdobra em subitens. Os dois ilícitos. Concussão: falta de tipicidade; nesse tópico, Hélio Galvão aponta a não presença do acusado no local do suposto delito, argumentando – “Encontrava-se, sim, na capital paulista, a 2.434 km de distância, via aérea, 3.080, via rodoviária. Convenha-se em que é muito grande o espaço para a vis compulsiva sobre lúcidos homens de negócios, ousados até a imprudência...” Segue-se o subitem c – Ausência de dolo. No subitem posterior, afirma, com a veemência que caracterizava sua palavra na lide forense, a ausência de ilícito penal: “27. Há ilícito penal? Não há. Não pode – e não pode haver violência à distância – nem corrupção, nem crime algum na conduta de alguém que, agindo às claras, não se locupleta, não espolia, não aproveita o cargo em prejuízo de quem quer que seja.”

Fala em seguida sobre o momento consumativo com o estilo marcado pelas referências literárias com propriedade ao caso formando um conjunto coeso e consistente. Hélio Galvão, na defesa prévia apresentada no caso, refere-se a ele como o processo zumbi, discorrendo

“31. Chegamos ao fim. Desfez-se o zumbi. Esfumou-se o gigante. Desapareceu o escândalo. O desfecho nem será um parto de montanha: não será expelido, das entranhas infecundas deste monstro, nenhum ser vivo. O sopro limpo da Justiça removerá o pó acumulado, para que reapareça a limpidez da verdade dos fatos, coincidente com as realidades legais.”

Hélio Galvão usa, na designação - O processo zumbi, situação e expressão da cultura popular. Em formidável encadeamento das peças processuais, retoma essa figura nas alegações finais. Encerra o ciclo do zumbi, dizendo, então “Este fenômeno de irrealismo é próprio do zumbi e de outros fantasmas. E este processo é, na crua expressão da verdade, apenas um zumbi.”

2.4. A plaquete “Dos efeitos patrimoniais em Mandado de Segurança” corresponde às páginas que “foram escritas para a informação que o Governo do Rio Grande do Norte prestaria no pedido de intervenção federal que o Tribunal de Justiça encaminhou ao Supremo Tribunal Federal para compeli-lo à infração do art. 204 da Constituição.”

O pedido de intervenção no Estado (IF 31/RN) foi julgado em 07/12/1962, pelo Supremo Tribunal Federal (publicado no DJ de 16/05/1963), tendo sido indeferido. O relator, Ministro Antônio Villas Boas, perfilhou o parecer do ilustre Procurador Geral da República, Evandro Lins e Silva e apontou na ementa do acórdão proferido que “A impossibilidade jurídica do atendimento da decisão afasta o caráter de desobediência judicial”. No parecer, constava: “Não basta que a decisão não tenha sido ainda cumprida. É preciso que atos indubitáveis demonstrem, pelo menos, o propósito de rebeldia da autoridade para o não cumprimento”. E no voto, o Relator apontava: ‘Saliento que a representação do ilustre Presidente do Tribunal de Justiça é de 24-4 e, pelo documento de fls. 21, se verifica que, a 1-3, muito antes, o Governador comunicava à S. Exa. que havia dirigido mensagem ao Poder Legislativo, pedindo a abertura do crédito especial de cinco milhões de cruzeiros para atender ao pagamento dos proventos vencidos até março de 1962.’

O pedido de intervenção confrontado aos fatos não levou à formulação, no Supremo Tribunal Federal, de tese jurídica, nem suscitou debates.

Entretanto, o trabalho jurídico em comento traz à baila os efeitos patrimoniais em mandado de segurança, no tocante à ordem de pagamento dos vencimentos do cargo, quanto aos meses já vencidos e aos subsequentes. A discussão, nesses casos, surgiu da execução dessas decisões pois o Governador do Estado expedia o decreto de



reintegração dos servidores, sem efetuar o pagamento dos atrasados. Diz o autor: “O advogado acumulava dia a dia uma derrota sobre outra. (...) Faço essa confissão sem amarguras nem ressentimentos. E proclamo a fé que ainda tenho na sobrevivência do direito.”

O Supremo Tribunal Federal recolheu a fidelidade do advogado às suas teses jurídicas e reconheceu a existência do direito ao processamento do agravo de instrumento por ele defendido com veemência, nos seguintes termos: “77(...) Se ao Supremo compete o conhecimento do agravo de instrumento do despacho denegatório do recurso extraordinário, e se o Presidente do Tribunal local impede, dificulta, indefere o agravo, então está atingida a integridade da competência do mais alto Tribunal do país.”. Ao julgar a Reclamação nº 514-RN (primeira), em 09 de março de 1964, Tribunal Pleno, por voto de desempate, deu-lhe procedência. Na ementa consignou os fundamentos:

“Reclamação. A lei não estabelece como condição para interpor recurso extraordinário o cumprimento da decisão recorrida pela autoridade coatora. Não pode ser obstado ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal matéria de sua competência, pela recusa de seu encaminhamento, requerido em termos legais. Ressalva do zelo e da preocupação da autoridade reclamada em defender as prerrogativas do poder judiciário e o prestígio das decisões da justiça. Reclamação julgada procedente.”

As questões do Estado do Rio Grande do Norte se avolumavam. Em julgados do Supremo Tribunal Federal, a ementa já noticia: “Matéria idêntica a numerosos casos do Rio Grande do Norte nos quais o Tribunal Pleno julga o extraordinário. Para melhor exame de recurso, dá-se provimento ao agravo.” (AI 16022/RN, Relator o Ministro Lafayette de Andrada, julgamento: 30/06/1964; órgão julgador: Segunda Turma; DJ 06/08/1964).

O mesmo ocorre no julgamento, em 30/06/1964, do AI 29488/RN, Relator o Ministro Victor Nunes, órgão julgador: Se-

gunda Turma (DJ 30/07/1964). No relatório, o Relator registra: “Mais um caso do Rio Grande do Norte, envolvendo a interpretação e aplicação, inclusive sob o aspecto constitucional, das leis estaduais 2.727/60, 3.806/61 e 2.677/61. O recurso extraordinário do estado foi indeferido, e a Procuradoria Geral da República opinou pelo não provimento.” O Relator, no seu voto reitera: “De acordo com os precedentes, dou provimento para que suba o recurso extraordinário, a fim de ser melhor examinado pelo Tribunal Pleno.”

No julgamento, em 21/09/1967, do RE 61342/RN, Relator o Ministro Eloy da Rocha, órgão julgador, Terceira Turma (DJ 08/12/1967), o voto do relator traz o histórico dessa matéria jurídica: as numerosas ações e recursos extraordinários às respectivas decisões; o insucesso inicial do Estado; e a posterior adoção de entendimento favorável à tese do Estado. Como se lê:

O Sr. Ministro Elói da Rocha (Relator) -Conheço do recurso extraordinário e lhe dou provimento, para cassar o mandado de segurança. Serve a indicação dos julgados de fls. 47-48, para conhecimento do recurso com base na letra do permissivo constitucional.

No mérito, o Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência sobre a constitucionalidade do Decreto nº. 3.886, e da Lei nº.2.677, respectivamente de 6 e 21 de fevereiro de 1961, do Estado do Rio Grande do Norte -acórdãos na Representação nº 512, de 7-12-62 (D.J. 29-8-63, no Recurso Extraordinário nº. 48.655, de 10-4--64 (D.J. 16-7-64). No Recurso Extraordinário nº.48.653, de 19-3-63 (D.J. 6-12-63, p. 4.282), por três votos contra dois, a egrégia Segunda Turma não conheceu do recurso, em caso semelhante. Mas, posteriormente ao citado Recurso Extraordinário nº.48.685, avolumaram-se os julgados favoráveis à tese do Estado do Rio Grande do Norte. Assim, nos Recursos Extraordinários nº.48.651, 49.278, 49.480, 49.664, 49.628, 49.683, 49.696, 49.892



e 50.218, de 13-4-64; 49.053 e 58.619, de 18-5-64; 48.714, 49.114, 49.120, 49.573, 49.733, 49.890, de 26-6-64, e, mais recentemente, no Agravo nº. 29.369, de 15-3-66, (R.T.J. 36/351-352), no Recurso Extraordinário nº 49.361, no Recurso Extraordinário nº. 49.735, ambos de 19-4-66 (R.T.J. 37/100-101 e 37/165), no Recurso Extraordinário nº. 54.108, de 21-5-66 (R.T.J. 33/494-495), nos Recursos Extraordinários nºs 61.193, 61.196, 61.197, 61.199. 61.201, 61.202 e 61.203, todos de 6-9-66, e nos Recursos Extraordinários nºs 49.286 e 49.572, de 27-9-66.

No Recurso Extraordinário nº 54.908, o Relator, o eminente Ministro Vítor Nunes, ponderou que, em seu entendimento, a Lei nº. 2.677, de 21-2-61, que tornou sem efeito as de nºs. 2.691, de 18-11-60, a 2.954, de 24-1-61 teve a conseqüência de extinguir os cargos em cujo exercício se encontravam os servidores, na condição de estagiários. A jurisprudência assentou que o estágio probatório não protege o funcionário contra a extinção do cargo (Súmula 22). Acentuou o voto, principalmente, que o Supremo Tribunal Federal se negou a declarar a inconstitucionalidade da citada Lei nº. 2.677.

Nada importa que a Resolução 033, de 5-12-61, da Assembléia Legislativa Estadual tenha determinado a suspensão da Lei nº. 2.677, em virtude da declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal de Justiça. Essa resolução é posterior ao ato impugnado e ao acórdão recorrido. Ademais, em 21-8-62, a Lei nº. 2.800 confirmou a Lei nº 2.677 e, em 7-12-62, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a representação de inconstitucionalidade.

Praticado em cumprimento à Lei nº. 2.677, de 21-2-61, é válido o ato administrativo impugnado, de 5-4-61. No entanto, em atenção

à eventual situação, resultante do acórdão recorrido, o que se prolongou por vários anos, ficam ressalvadas as vantagens patrimoniais acaso recebidas pelo impetrante, por efeito, já produzido, de decisão concessiva do mandado e em razão do fato do exercício no cargo, cuja criação foi anulada.

Nesse julgamento, uma particularidade merece registro: o voto do sr. Ministro Prado Kelly: após ressaltar que tem voto vencido na matéria, acrescenta que o faz “porque, se insistíssemos na discordância, o resultado do julgamento alteraria a linha seguida pelos precedentes, dada a presente composição da Turma” e conclui acompanhando o voto do relator. Ainda que fugindo levemente ao tema, registro a particularidade de que atuava, na defesa do funcionário, o advogado Hélio Santiago como se repetiu em outros casos, o que digo para salientar a amizade que os dois, Hélio Galvão e Hélio Santiago, sempre mantiveram.

Retornando ao trabalho jurídico em análise, observa-se nele o cuidado do autor de sinalar a atenção do historiador para registrar e guardar os fatos e casos forenses daquele período. Nas palavras do autor “Verifiquei depois que poderia haver algum interesse a sobreviver ao fim imediato e a publicação agora feita poderia ficar como documento de uma fase da vida jurídica potiguar.” Arguta observação, pois a leitura dessa notícia de história forense cotejada às decisões dos Tribunais dá mostra do pensamento jurídico nas questões constitucionais e administrativas, na época.

Explica, o autor, que colocou, na defesa da legitimidade dos atos do Governo Aluizio Alves, as seguintes teses: possibilidade de anulação pelo Legislativo de leis consideradas inconstitucionais; possibilidade de anulação dos atos de aposentadoria na via administrativa, constatada fraude no respectivo processo; possibilidade de transformação do sistema de remuneração dos servidores públicos; possibilidade de transformação da forma de provimento dos cargos de direção; inexistência de efeitos jurídicos nos atos administrativos consequentes de atos nulos.



Para sustentar suas teses, Hélio Galvão cita o pensamento de Caio Tácito e de Seabra Fagundes, alinhando Temístocles Cavalcanti e Pontes de Miranda. Faz o registro da jurisprudência, dizendo que sua tese lhe dá a convicção de que no assunto a direção jamais variou, conduzida inflexivelmente pelo Supremo Tribunal Federal, desde as primeiras aplicações do instituto sob a Constituição de 1934. Menciona a decisão do Mandado de Segurança nº 43, proferida em 24/04/1935, Relator o Ministro Aaulfo de Paiva e a decisão do Mandado de Segurança nº 156, proferida em 28/01/1936, Relator o Ministro Octávio Kelli, sempre sustentando que, no mandado de segurança não cabe o pagamento de vencimentos atrasados pois os estípidios vencidos serão buscados nas vias normais de execução, e a sentença proferida no mandado de segurança servirá de título à propositura da correspondente ação. Tem o cuidado de distinguir, desses vencimentos, aqueles vincendos, dos quais diz que eles não decorrem dos efeitos da sentença, mas do exercício do cargo. Demonstrando sua coerência intelectual e a compreensão sobre sua profissão e atuação, remata:

“37. Longe de nós, portanto, uma compreensão restritiva dos limites do instituto, um amesquinamento de seu emprego, uma limitação de seu uso: é tarefa dos advogados ampliar-lhe o raio de alcance, sem entretanto transformá-lo em remédio para todos os males, como em mais de uma oportunidade lembrou o Min. OROZIMBO NONATO, “sob pena de degenerar em aleixitério de todos os achaques jurídicos, subvertendo o sistema das ações (voto no Mand. Seg. n. 1.430, Arq. Jud. V. 102, pág. 399), mantido em suas raias limitadas que não podem “encerrar todos os pleitos” (voto no Mand. Seg. n. 1.177, Arq. Jud. V. 96, pág. 93).

2.5. Outras observações

Assinala-se também o memorial relativo ao caso MOBRASA, que envolveu Revogação de Isenção Tributária (Memorial forense

ao STF, 1958). Ao julgar o Recurso em Mandado de Segurança nº 5.071-RN o Supremo Tribunal Federal, Pleno, por maioria de votos, deu provimento ao recurso para conceder a segurança. O julgamento se encerrou em 16 de maio de 1958, sendo relator para o acórdão o Ministro Henrique d'Ávilla. No voto proferido pelo Ministro Antônio Villas Boas, ficou realçada a argumentação apresentada por Hélio Galvão fundada em julgamento na Suprema Corte dos EUA . Como se vê:

“9. Reputo o mandado de segurança meio idôneo para neutralizar o mal, pois que ele é deferido contra as ilegalidades e abusos de poder.

De resto, está em causa a inconstitucionalidade da Lei Municipal n. 548/56, por ofensa a direito adquirido.

No célebre caso Fletcher contra Peck a que se refere a recorrente, o Presidente Marshall, depois de firmar a correção do princípio de que uma legislatura não pode restringir os poderes da seguinte legislatura, concluiu, não obstante, que, “quando a lei é um contrato, quando direitos perfeitos são adquiridos, em virtude desse contrato, a revogação da lei não pode expropriar esses direitos, e o ato de anulá-los, quando legitimado, só deve ser pronunciado pelo poder aplicável a causas de todos os indivíduos da comunhão”, e com esse argumento, considerou contrária à Constituição dos Estados Unidos e, portanto, absolutamente inoperante, a lei revogatória do Estado de Geórgia.”

É o que ocorre na espécie: dado o benefício legal e transformado este em categoria jurídica irremovível, pela caracterização do direito adquirido, o poder da Câmara Municipal de Natal sobre a lei de concessão deixou de existir, e assim deve ser tido como frustrado ou írrito o seu



decreto revogatório, em face do art. 141, § 3º, da Constituição de 1946.”

Esse caso é referido para evidenciar a desenvoltura com que Hélio Galvão atuava nas diferentes áreas do direito, sempre guiado pela Constituição, que invocava e analisava em prol da pretensão que sustentava.

Outro traço a exigir registro é sua indignação, com palavras duras e incisivas, para criticar a falta de fundamentação de decisões proferidas em ações em que atuava. Assim disse:

“1. A sentença apelada é nula por várias razões; pedimos ao Egrégio Tribunal que nos seja escusada a veemência de uma ou outra palavra, ou de uma outra frase. É a reação igual e contrária da Lei de Newton, também aplicável no plano moral. Fizemos sobre nós mesmos um extraordinário esforço de contenção, mas nem sempre foi possível esconder no vocabulário a reação à estranha conduta da parte, a que associou-se a singular e deplorável colaboração do magistrado que tinha em suas mãos a direção do processo. Foram tantas as regras e normas processuais aviltadas que não é fácil estabelecer entre elas uma hierarquia para discuti-las.

Pedimos vênia também para uma ou outra expressão menos elegante: a sentença apelada está cheia de tantos erros, que ninguém poderá tapar essa urupema de crivos tão largos”

Em outra petição, em que postulava habeas corpus para um cliente que, estando sendo processado, solicitara passaporte e tivera a prisão preventiva decretada, disse:

“15. A prisão, portanto, é ilegal. Pesa sobre o paciente uma restrição intolerável, que já ultrapassa de quinze dias, à liberdade constitucional de

ir, vir e ficar. O despacho que decretou a prisão, produto de mero arbítrio, longo mas ôco, comprido mas vazio, é um simulacro de fundamentação, para usar a palavra do eminente senhor Ministro XAVIER DE ALBUQUERQUE. É uma fraude à exigência legal de fundamentação.”

3. Conclusão.

E assim recorde Hélio Galvão.

Se mais não digo é porque os autos de processos vão aos arquivos e se torna difícil resgatá-los da poeira que os anos depositaram sobre eles. Foi uma dimensão da vida de Hélio Galvão que o tornou afamado no país, mas a que não tem sido dada a mesma atenção com que são lidos e debatidos seus escritos na área da antropologia e sociologia. Suas Cartas da Praia marcavam os períodos de veraneio e férias em sua nação sentimental. Os seus escritos forenses são os períodos de trabalho profícuo e lúcido que constituem sua imagem de grande advogado, sua nação profissional.

Se mais não digo é porque o vi muito, nos afazeres cartorários quando ele ali chegava de forma simples. Nunca o vi alardear sua posição de grande advogado para atrair a atenção dos serventuários.

Se mais não digo é porque o tempo também caiu para a estudante que o ouvia encantada discorrer com o saber jurídico e o conhecimento de experiência feito, sobre terras e limites. Se mais não digo é porque suas múltiplas dimensões e sua grandeza prosseguem para além dos trinta e cinco anos transcorridos desde outubro de 1981.

Se mais não digo é porque é melhor e mais proveitoso ouvir o advogado Hélio Galvão sobre seu mister:

“Para o advogado a vitória não é apenas vencer a causa. A vitória é a liberdade de dizer o seu direito.”

REFERÊNCIAS:

ALVES, Aluizio. **O que eu não esqueci**: reminiscências políticas. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2001.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. www.stf.jus.br.

COSTA, Gilmara Benevides. **Hélio Galvão** – O saber como herança. Natal: Moura Ramos, 2007.

GALVÃO, Hélio Mamede de Freitas. **O caso da jazida estrondadeira**, Memorial dos réus por seu advogado dr. Hélio Galvão, 1958

GALVÃO, Hélio Mamede de Freitas. **Dos efeitos patrimoniais em mandado de segurança**, 1962

GALVÃO, Hélio Mamede de Freitas. **Calamidade pública e responsabilidade civil**. Rio de Janeiro. Edições do Val, 1967

GALVÃO, Hélio Mamede de Freitas. **Cartas da Praia**, Natal: Scriptorin Candinha Bezerra: Fundação Hélio Galvão, 2006

GALVÃO, Hélio. GALVÃO, José Arno. **Responsabilidade penal de diretores de sociedade anônima criada pelo Estado (caso BDRN)**, agosto de 1976.

GALVÃO, José Arno. **Hélio Galvão – Um advogado**. Discurso de elogio ao Patrono Hélio Galvão, cadeira número 28. Revista da Academia de Letras Jurídicas do Rio Grande do Norte, ano I, nº 01. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2012.

GUIMARÃES, Luiz Carlos (orelha). GALVÃO, Hélio. **Poemas da tarde**. Natal: Fundação José Augusto, 1994.

MEDEIROS FILHO, Olavo (dados biográficos da contra-capla). GALVÃO, Hélio. **Poemas da tarde**. Natal: Fundação José Augusto, 1994.

MELO, Veríssimo de. **Patronos e Acadêmicos**. volume II Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

Memória Viva de Aldo Fernandes e alt. Nossaeditora, 1987.

ONOFRE JÚNIOR, Manoel. *Hélio Galvão – O domador de palavras*. IN; **Salvados**. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

PERPÉTUA WANDERLEY é desembargadora e escritora

O pensamento cristão de Hélio Galvão

Padre João Medeiros Filho

É incontestável a influência do Centro Dom Vital, fundado em 1922 por Jackson de Figueiredo, na formação do laicato católico brasileiro. Suas ideias repercutiram na vida de muitos intelectuais cristãos, até o início da década de 60. Pioneiro no Brasil na adoção de um modelo de organização religiosa essencialmente leiga, não vinculada a nenhuma irmandade ou congregação. Concebido de forma diferente das tradicionais associações. Tinha por objetivo a liderança católica e a intervenção de seus membros na esfera intelectual, cultural ou social e não a prática de alguma devoção particular, como acontecia com as confrarias. Exercera papel relevante na organização da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – RJ, com decisiva colaboração de Tristão de Athayde. Era a construção de uma elite católica, não a partir do poder econômico, mas de sua intelectualidade. Nomes de projeção nacional pertenceram ao Centro Dom Vital. Podemos citar Alceu de Amoroso Lima, Sobral Pinto, Gustavo Corção, Vilhena de Moraes, Jonatas Serrano, Hamilton Nogueira, Eduardo Prado de Mendonça e tantos outros intelectuais brasileiros. “*Per transennam*”, vale lembrar que foi o embrião da Ação Católica, fundada pelo Cardeal Leme e confiada a Amoroso Lima, no final da década de 1920.

Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira foi escolhido patrono da entidade, não por causa da Questão Religiosa, mas pela sua forte liderança, determinação e lucidez. Impressionaram a Jackson de Figueiredo as palavras do antigo bispo de Olinda: “*Peçam-nos o sacrifício de nossas faculdades, de nossa saúde, do sangue de nossas veias... Mas, pelo santo amor de Deus, não nos peçam o sacrifício de nossa consciência, porque nunca o faremos*”. A formação da consciência de líderes católicos estava entre as principais metas e tarefas do Centro.

Desde cedo, vinculou-se ao Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro e de lá se espalhou para diversos rincões brasileiros, chegando também ao Rio Grande do Norte. Um exemplo concreto é a criação



em 1935 do jornal católico “A Ordem”, de propriedade da arquidiocese de Natal, cujo nome é o mesmo da revista editada por aquele importante movimento de renovação cristã. Não resta dúvida de que o Centro Dom Vital marcou época, inspirando muitas conversões, dentre elas, a de Dom Lourenço de Almeida Prado. Renunciou à sua carreira de médico e decidiu se consagrar a Cristo na vida monacal. Durante mais de quarenta anos dirigiu o Colégio São Bento, ícone da educação brasileira e da formação de futuros líderes católicos. Não podemos esquecer que Dom Marcos de Araújo Barbosa, também monge beneditino, renomado tradutor e membro da Academia Brasileira de Letras, teve sua conversão, influenciado pelo Centro Dom Vital, à época dirigido por Tristão de Athayde.

O movimento alcançou grande repercussão nos estados brasileiros. No Rio Grande do Norte, encontrou larga receptividade na Congregação Mariana de Moços. Esta fora, originalmente, uma instituição fundada pelos jesuítas para fortalecer o espírito católico entre os alunos dos colégios por ele dirigidos. Em seguida, admitiu-se a participação de outros membros. No Brasil, as congregações atuaram sob esse prisma, com a finalidade precípua de formar militantes católicos. Convém ressaltar que foi no bispado de Dom Antônio dos Santos Cabral, em 1918, que se dera a criação da Congregação Mariana para os Moços. Esta liderou a espiritualidade masculina dos católicos potiguares, dos anos 20 a 50. Atuava em três eixos: formação de técnicos, cooperativismo e imprensa. Cabe lembrar que dos dois primeiros objetivos cuidou Ulisses de Góis. Já Otto de Brito Guerra e Hélio Galvão, além do magistério e da advocacia, voltaram sua atenção também para a imprensa. É preciso ter em mente que o advogado Sobral Pinto, árduo defensor dos presos políticos e paladino da liberdade, influenciou estes dois últimos, que se dedicaram também a defender perseguidos, cassados e condenados.

A mística do Centro Dom Vital – e das congregações marianas brasileiras daquela época – fundamentava-se na trilogia: “reflexão, ação e oração”. E aqui aflora o pensamento cristão de Hélio Galvão. “*Refletir para agir e orar para sustentar ambos*”, pensava Tristão de Athayde. Convém lembrar que a influência do Mosteiro de São Bento, sede da Abadia Nullius de Nossa Senhora de Montserrat (com status de diocese), no Rio de Janeiro, foi muito forte tanto no Cen-

tro, quanto nas congregações marianas. O lema da ordem beneditina “*ora et labora*”, gravado na sua regra, inspirou a vida dos monges, oblatos e outros leigos cristãos, máxime dos membros do Centro Dom Vital. Acrescente-se a este esforço de vivência do cristianismo, o empenho para a renovação litúrgica, idealizada e propagada pelo referida abadia, a partir da encíclica de Pio XII: “*Mediator Dei*” (Mediador de Deus).

Imprescindível citar a presença de Jacques Maritain nesse contexto, considerado um dos pilares da renovação do pensamento católico no século XX e inspirador ideológico das democracias na América Latina. Entre os autores influenciados por suas ideias destacam-se intelectuais latino-americanos: Gabriela Mistral, Esther de Cáceres e Alceu Amoroso Lima. A sua obra “Humanismo Integral” repercutiu fortemente em Hélio Galvão, sedimentando suas convicções religiosas. As obras de François Mauriac, Paul Claudel e Léon Bloy – tantas vezes citadas em suas aulas de literatura no Seminário de São Pedro – acompanhadas de leituras de Jorge de Lima, Augusto Frederico Schmidt, Murilo Mendes e Tasso da Silveira, contribuíram para aprofundar o seu pensamento cristão e católico.

O jurista nasceu em Hélio Galvão da sua visão cristã do homem integral, imagem e semelhança de Deus. “*Qualquer atentado ao ser humano é uma agressão ao Divino*”. Tornou-se este um dos postulados do seu escritório. Inspirou-se muitas vezes no lema de Pio XII: “*Opus Iustitiae, Pax*” (“A paz é fruto da justiça”) para defender causas políticas com o intuito de restabelecer a paz. Não podemos negar que toda a sua vida, como advogado, professor, acadêmico, chefe de família, foi pautada numa visão cristã do mundo e da sociedade. As obras de Maritain, notadamente “Religião e Cultura”, “Da vida de Oração” e “Confissão de Fé” eram, à época, seus livros de cabeceira. Tivemos o privilégio de ler alguns, graças ao empréstimo do nosso inolvidável mestre.

Doutor Hélio Galvão tornou-se símbolo de intelectual fervoroso na luta contra as transgressões à lei, os abusos do poder (político, social, econômico e religioso) e a censura. Denunciou o que se abatia sobre a liberdade de pensamento, contestou toda forma de arbitrariedade. Defensor do homem e da democracia, nisso mostrou-



se verdadeiro discípulo de Cristo, que deu sua vida pela libertação do ser humano. Hoje, quando se fala tanto em cidadania, garantia e respeito aos direitos individuais, não se pode esquecer aquele que um dia pronunciou em sala de aula: “*A maior cidadania do ser humano, é ser filho de Deus. E isto me basta e me inspira nos tribunais*”. Justa e merecidamente São João XXIII, tendo em vista os seus relevantes serviços prestados à Igreja, o condecorou em 14 de outubro de 1960 e o agraciou com a comenda do grau de cavaleiro da Ordem de São Gregório Magno.

JOÃO MEDEIROS FILHO é sacerdote católico e escritor, autor de vários livros. Foi aluno de Hélio Galvão, em 1955-56. Membro da Academia Norte-riograndense de Letras.

Hélio, o ensaísta

Vicente Serejo

Dois ensaios marcam a presença de Hélio Galvão na revista *Sociologia*, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo: ‘Assistência Mútua entre as Populações Rurais do Nordeste Brasileiro’, embrião de ‘O Mutirão no Nordeste’, que saiu em 1959, edição do Serviço de Informação Agrícola, coleção onde também brilham Câmara Cascudo e Oswaldo Lamartine; e ‘Tipos de Povoamento no Rio Grande do Norte’, três anos depois, em 1953, para os leitores de todo o Brasil.

As duas publicações constam da bibliografia ativa de Hélio Galvão organizada por sua biógrafa Gilmara Benevides Costa - ‘Hélio Galvão, o saber como herança’, edição da Prefeitura de Natal, 2007. É o que há de mais completo sobre a vida e a obra do grande historiador da Fortaleza da Barra do Rio Grande, mas não basta. Hélio, principalmente nos ensaios sociológicos - ainda esparsos em revistas e periódicos - espera um bom estudo: o leitor, anotador e ensaísta primoroso que ele foi.

‘O Mutirão no Nordeste’, volume 15 da Coleção Documentário Rural tem não só a força das idéias pioneiras na ensaística nordestina, como a percepção de um fenômeno social que só seis anos depois ganharia o primeiro estudo de porte no Brasil, ‘Mutirão, formas de ajuda mútua no meio rural’, de Clovis Caldeira, volume 289 da Coleção Brasileira, da Biblioteca Pedagógica Brasileira, com as citações ao ensaio inicial de Hélio Galvão, além de Oswaldo Lamartine e Câmara Cascudo.

Hélio, a rigor, não precisa dessas informações como timbre de consagração, mas os detalhes servem para mostrar que suas ‘Cartas da Praia’, ao lado das cartas sertanejas de Eloy de Souza e das cartas do Seridó, de Paulo Bezerra, formam o maior e mais importante conjunto etnográfico epistolar sobre a civilização do litoral e do sertão. E ainda esperam por olhos atentos e seguros capazes de enxergar costumes e tradições de um mundo estóico e monástico erguido nos lajedos e na beira da praia, entre espinhos e flores, bichos e peixes.



Os ensaios de Hélio Galvão continuam dispersos, alguns de acesso difícil, outros perdidos nas páginas amarelas de jornais e revistas visitados apenas por pesquisadores. É preciso marcar seu centenário com a reunião, num só volume, guarnecidos por uma introdução circunstanciada e capaz de revelar não apenas a origem bibliográfica, como a importância de sua contribuição para os saberes da sociologia, etnografia e antropologia, ele que ergueu vários mundos culturais com a palavra segura.

Os dois ensaios divulgados na revista *Sociologia*, ambos na década de cinquenta, hoje estão distantes dos olhos contemporâneos mais de seis décadas. É preciso reavivar a ensaística de Hélio Galvão. Como a *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*, reeditado em 1999, e a reunião das suas *Cartas da Praia*, 2006. Reencontrá-lo não é soprar a poeira sobre idéias apagadas. É reacender a chama de um talento que o tempo não esconde no silêncio injusto do esquecimento provinciano...

VICENTE SEREJO é jornalista, escritor e professor, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Autor de “Cena Urbana”, “Cartas da Redinha” e “Canção da Noite Lilás”.

Recordando Hélio Galvão

Jurandyr Navarro

O cenário histórico do Rio Grande do Norte tem ofertado vultos admiráveis, no ângulo cultural, na passagem do tempo. Hélio Mamede de Freitas Galvão, foi um deles.

A convergência de sua ação social direcionou-se, principalmente, para a tríade: Religião, Direito e Literatura. A tendência para o espiritual, deu-se em plena adolescência, atraído que foi, pelo chamamento da fé católica, tornando-se, com o passar do tempo, cristão ardoroso, ao ponto de ser contemplado, na sua fase adulta, com o honroso título de Comendador da Santa Sé.

Láurea, a poucos concedida !

Desde jovem, pertenceu à Congregação Mariana de Moços da Catedral, órgão criado na gestão do 2º Bispo de Natal, Dom Antonio dos Santos Cabral, criador do jornal “ A Palavra”.

Hélio Galvão acompanhou a trajetória da geração dos sacerdotes da sua época, normalmente interessados pela educação e pela cultura. Assim conheceu de perto a ação católico-social do Monseñor João da Matha Paiva, do Cônego Luiz Wanderley e do Padre Luiz Monte, todos eles educadores, seus colegas de magistério de alguns colégios natalenses, apenas para dar alguns exemplos.

Acompanhou, também, Hélio Galvão, a direção eclesiástica, na então Diocese de Natal, sob o comando dos Prelados, Dom José Pereira Alves e Dom Marcolino Dantas, com os quais matinha relacionamento.

Um sacerdote, que Hélio Galvão admirava, pelo saber elevado e santidade, em vida revelada, era o Padre Luiz Monte. Em relação ao mesmo disse um dia ele, o Padre Monte “chegará à honra dos Altares”. Confidenciou, certa vez, que este sacerdote lhe afirmava, que “se quisesse, fotografaria um espírito”.

É que, dito religioso, perustrara todos os domínios do saber, e se adentrara, também, na doutrina do Espiritismo.



Outra vertente, por Hélio Galvão abraçada, foi a conducente aos superiores estudos da ciência social do Direito, elegendo a Advocacia, como profissão liberal.

E portou-se exemplar causídico na área cível, dos melhores do Rio Grande do Norte.

Aplaudidas as suas intervenções junto aos Juizados Singulares e às Cortes da Justiça, em reconhecimento à sua alta competência em matéria processual.

Concernente à Literatura, retratada em livros e escritos esparsos, tem ela recebido elogios da crítica em geral. Sua produção direcionou-se, também, para a pesquisa histórica, conquistando novos leitores.

Era ele conhecedor, por excelência, da língua pátria, da terra de Camões . Dele fui aluno do idioma do Lácio, preparando-me para o vestibular. Daí escrever bem o português, em suas questões forenses e literárias.

Lembro-me das suas aulas de Latim, cuja docência, bem aplicada, abria a inteligência do alunado.

A elevada dimensão da sua cultura literária, proporcionou-lhe condições para ocupar uma cadeira na Academia Norte-rio-grandense de Letras.

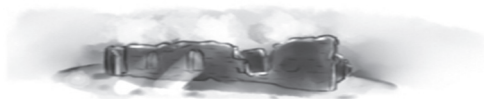
Com a sua posse, em 1949, a Arcádia natalense ficou mais enriquecida.

Conheci de perto a pessoa de Hélio Galvão, como aluno, admirador e seu colega de profissão. Portava uma personalidade recatada, um tanto retraído, no retiro do seu Escritório, por temperamento. O tempo, para ele, era por demais precioso. Razão de encontrá-lo, o mais das vezes, atarefado, ora lendo, estudando sempre, exibindo, usualmente, uma aparente sisudez.

Retratava, na face, o fenótipo psicológico, do homem sério e responsável.

O destino da casa de pedra de Pium no caminho de Hélio Galvão

Carlos Roberto de Miranda Gomes



(gravura de Carlos Victor)

No decorrer da sessão especial da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, realizada no dia 12 de julho do corrente ano de 2016, integrando as comemorações dos 80 anos da Academia, foi prestada uma homenagem a HÉLIO GALVÃO, no centenário de seu nascimento.

Fiquei atento às diversas exposições dos palestrantes e, na participação da escritora Gilmara Benevides Costa, a mesma registrou uma passagem a respeito da figura de João Lostau, ou João Lostão Navarro, que foi um importante donatário de terras e residia numa Casa Forte ou Casa de Pedra, onde armazenava os produtos dos seus negócios, assim denominada em razão do fato de que, até então as primeiras construções erguidas em nosso país eram de taipa e pilão e cobertas de palha, com existência efêmera, enquanto esta é de pedras:

“As paliçadas foram substituídas por muralhas mais eficazes de pedra e cal, e posteriormente as pequenas capelas foram reconstruídas em alvenaria e depois substituídas por igrejas... A Casa de Pedra de Pirangi, apesar de não ter relevância arquitetônica, representa um marco das construções sólidas em solo brasileiro nas primeiras décadas do seu descobrimento” (nisiafflestaporluiscarlosfreire.blogspot.com.br | terça-feira, 16 de novembro de 2010).



Em que pese a referência como Casa Forte de Pirangi, a correta localização dessa Casa é no lugar Pium, próxima ao rio Pirangi, daí a confusão de nomes, bem esse que pertence hoje à família do homenageado Hélio Galvão, adquirido do potiguar Silvino Lamartine.

Nesse site ou blog antes referido, há uma descrição que merece registro, em partes selecionadas em seguida:



“Apresenta um partido de planta retangular, com 23 m de comprimento e 14,69 de largura. Apesar de encontrar-se em estado de ruínas, ainda apresenta trechos inteiriços de paredes que mantém uma altura constante com um pé-direito de três metros. Supõe-se que sua cobertura tenha sido de quatro águas. A distribuição interna da casa é constituída de três amplos cômodos: salão dianteiro com 13,37m de frente por 5,13m de fundos, um salão intermediário com a mesma largura do primeiro por 10,15 m de fundos. No salão intermediário, há vestígios de alicerces de outras paredes que dividiam o cômodo ao meio, por uma circulação central.”

Esta construção de pedras, sem reboco, apresenta peculiaridades que merecem estudos mais profundos. É o caso de um determinado espaço, o qual os arquitetos denominam “seteiras”, os quais se afunilam da face externa das paredes até o interior, recurso bastante utilizado nas edificações antigas, principalmente na arquitetura militar, cujo objetivo era a defesa do prédio.

De portas largas (entre 1m a 1,10 m), a casa é vazada por muitas janelas e possui um nicho na parede dos fundos. Verifica-se

nessas seteiras a presença de arcos abatidos em todas as envasaduras, cujo emprego no Brasil somente verifica-se a partir do século XVIII.

Estive no local da Casa de Pedra e não encontrei resquícios de uma fortificação em seu sentido bélico, mas uma construção comum, com poucos cômodos, mas cuja visão é privilegiada em um ponto mais elevado, estrategicamente erguida de maneira a dar uma visão ampla de onde se descortina toda a orla marítima desde os contornos de Ponta Negra até os de Pirangi onde a vista alcança.

No século passado começaram a tirar parte das pedras que formavam as paredes do prédio para as obras da construção de uma capela, na localidade Alcaçuz, mas logo proibida pelo Doutor Silvino, então proprietário do Sítio dos Coqueiros.

Resistindo às incursões de vândalos e mesmo suportando as intempéries da natureza, a casa de pedra continua resistente à espera de quem lhe reconheça o seu valor, como primeira obra arquitetônica consistente do Rio Grande do Norte.

Em razão disso, resolvi fazer um modesto ensaio sobre o assunto, para posicionar a importância dessa casa, em ruínas e que deve merecer atenção do Poder Público para servir de ponto de referência histórica.

As controvertidas opiniões de pesquisadores me fizeram em 18/9/2015 publicar uma consulta pela internet: sobre a existência, também, de uma Casa Forte em Pirangi, distinta da já conhecida Casa de Pedra de Pium, pois interpelando velhos conhecedores de Pirangi os mesmos desconhecem a sua existência ali. Na mesma data recebo a resposta pela internet: “Até o presente, não temos conhecimento de outra Casa de Pedra ou Casa Forte naquela região”.

Acreditamos que deve ser a mesma construção, que por estar próximo a Pirangi, também recebeu essa denominação popular de ‘Casa Forte de Pirangi’, comungando com o pensamento do Grupo Onça Pintada – GOP, que enviou a resposta.

Não resignado, procurei o pesquisador e genealogista João Felipe da Trindade, que acrescentou alguns argumentos interessantes do que me fez melhor conhecer o assunto, complementado por outras publicações que relaciono no final.



Afinal, a Casa de Pedra de Pium fica bem próxima à paradisíaca praia de Cotovelo, fincada na parte pertencente a Nísia Floresta, onde facilmente se encontra a construção, parcialmente em ruínas, que teria sido edificada em tempos distantes, avistada na época em que os holandeses a chamavam “Praia do Porto Corado”, parte de uma primeira incursão da Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621.

As ruínas são de fácil localização, bastando entrar à direita da estrada Natal-Pirangi, na parte onde se localiza Pium, após passar o Cemitério e mais ou menos um quarteirão antes da entrada de acesso ao Presídio de Alcaçus, entrando à esquerda e logo se encontrará a Casa de Pedra de Pium, compartilhando com uma edificação moderna, certamente construída pela família de Hélio Galvão e que deve servir de apoio logístico ao velho monumento.

A descoberta do local, segundo alguns historiadores, ocorreu como ensaio na primeira exploração flamenga no Brasil datada de julho de 1625, sob o comando de certo Capitão Uzeel e a mando do Conselho de Guerra holandês, embora se saiba que desde 1580 e até 1640 os portugueses tenham intensificado a colonização no Brasil, mas de uma forma pouco apropriada, eis que tratavam mal os nativos (índios), gerando a indignação dos mesmos.

O que se sabe mais acertadamente, é que parte dessas terras teriam resultado de uma concessão feita por João Rodrigues Colaço, através de Carta de Data nº 15, de 1º de março de 1601 em favor do Senhor João Lostão (ou João Lostau de Navarra), patronímico acrescido pelo fato de ser originário do Reino de Navarra, que possuía outras sesmarias e a construção avalia-se datar de 1570, por iniciativa dos franceses, em pleno ciclo econômico do pau-brasil, local que chamavam de Porto de Búzios, com 338 m² para servir de depósito de mercadorias e que para tanto deveria ter sido atravessado o Rio Pirangi, a 3 km da orla.

Consta, também, em alguns relatos, que a edificação teria sido feita para servir de aquartelamento e armazenamento de mercadoria (penas de avestruz, âmbar, algodão, peles, pimenta, aves, essências, pedras preciosas etc.). O pau-brasil ficava armazenado em galpões, no pátio externo daquela casa de pedra. Contudo, pela sua solidez, também poderia servir como fortificação de defesa.

Depois foi ocupada por João Lostão - que residiu naquelas bandas no período de 1603 a 1645, explorando a pesca, sendo que o mesmo já possuía outras tantas sesmarias e morava pras bandas de Pirangi.

Nessa primeira incursão holandesa invadiram a Bahia em 1624 ou 1625 de onde foram rechaçados. Então, em 1630 partiram para uma segunda tentativa de invasão holandesa no Brasil, mais precisamente em direção ao Nordeste, chegando a Pernambuco em 1633 em razão da existência de produção de cana de açúcar, o que eles já sabiam, pois aqui estiveram em julho de 1625 no Engenho de Cunhaú, na condição de parceiros de Portugal para a tarefa de refino de açúcar, não podendo trazer nada em razão da distância, mas viram tudo.

No Rio Grande do Norte atacaram a Fortaleza dos Reis em 12 de dezembro de 1633 com 850 soldados, quando foi hasteada bandeira branca e negociada a rendição pelo Sargento Sebastião Pinheiro Coelho, uma pessoa estranha ao lugar, posto que foragido da prisão da Bahia, sem qualquer autoridade, considerado por uns como traidor, haja vista a recusa do Comandante Pero Mendes de Gouveia, verdadeiro comandante da Fortaleza, que ficou gravemente ferido.

Essa ocupação durou até 1º de fevereiro de 1654, quando tropa portuguesa, liderada pelo Capitão Francisco Figueiroa adentrou no Castelo de Ceulen ou Keulen (Fortaleza dos Reis Magos), a retomando com seus 850 soldados, mas não encontrando mais ninguém - estava deserta, silenciosa, danificada, fazendo subir lentamente ao mastro a velha bandeira que tremulava quando foi invadido em 1633.

De Pernambuco, onde reinaram por cerca de vinte e um anos (1633 a 1654), avançaram sobre outras Províncias vizinhas, e tiveram passagem novamente pelo Rio Grande, ocupando Natal (Ponta Negra em 8 de dezembro de 1633).

Na segunda metade do Século XVI os holandeses dominavam 50% do transporte de carga entre o Brasil e a Europa, inclusive através de contrabando.

Como antes esclarecido, durante o segundo domínio holandês em 1633 instalado, com sucesso em Pernambuco por Maurício de

Nassau (que esteve em Natal em 1637), incursões foram feitas nas províncias vizinhas e, no Rio Grande do Norte, para nosso lamento, só foi mostrado o lado negativo, com a intenção de combater os portugueses, contando com o apoio da população indígena que vinha sofrendo horrores dos portugueses, disso resultando massacres conhecidos como o de Ferreiro Torto (Macaíba) em 1633, com 67 mortos.

Em 1634 atacaram o Engenho Cunhaú surpreendendo o fortim dos portugueses que perderam 12 homens, gerando um pânico entre os moradores da região, que passaram a procurar locais mais seguros, um dos quais a casa de Lostão, que lhes deu guarida. Diante disso espalharam notícia de que esse proprietário estava organizando uma resistência, disso resultando um mandado de prisão no Castelo de Ceulen (Keulen), que corresponde ao Forte dos Reis Magos.

Acredita-se que a prisão não deva ter acontecido, ou possa ter sido por pouco tempo, posto que uma de suas filhas, Beatriz Lostau Casa Maior, era casada com o holandês Joris Garstman que chefiava o forte dos Reis Magos no período do domínio holandês. Outra filha, Maria Lostau Casa Maior, era casada com Manoel Rodrigues Pimentel que juntamente com Estevão Machado de Miranda eram escabinos (espécie de representante do Município) na época da invasão holandesa.

Essa conjectura tem lógica de assim ter acontecido, uma vez que no mês de setembro do mesmo ano de 1645, Jacob Rabbi (Johanns Rabe), com uma pequena força de Tapuias, brasileiros e mais 30 civis holandeses, ocuparam o Sítio de Lostão, onde assassinaram 15 ou 16 portugueses.

Completando a incursão sobre Cunhaú (Canguaretama) em 16 de julho de 1645, ali perpetraram um massacre de 70 famílias (35 a 69 pessoas) no momento em que assistiam uma missa dominical celebrada pelo Padre André de Soveral, contando com a participação dos Tapuias e Janduís, que tocaram fogo na plantação, sob a orientação de Rabbi.

Três meses depois do massacre de Cunhaú, nova investida aconteceu em Uruçu (São Gonçalo do Amarante), com mais 80 mortes. Nessa ocasião os prisioneiros da Fortaleza foram carregados, entre os quais João Lostão, local onde foi assassinado em (3 de outubro de 1645), situação organizada pelo mesmo judeu alemão Jacob Rabbi.

Rabbi, no entanto, também não escapou da ira dos vencidos que o assassinaram na noite de 5 de abril de 1646, com tiros e golpes de espadas por dois soldados. Alguns atribuem o fato a uma vingança familiar a mando do Capitão Garstman, genro de Lostão que, revoltado, decidiu se vingar, afirmando “que o mundo nada perderia se desembaraçassem de semelhante canalha”. Por isso chegou a ser preso e responder processo, que em nada resultou.

É uma passagem muito rica e interessante da nossa história e carece de uma descrição definitiva pelos historiadores!

Referências Bibliográficas

Blog HISTÓRIA E GENEALOGIA (Anderson Tavares de Lyra) – *internet*.

Blog DO INSTITUTO NORTERIOGRANDENSE DE GENEALOGIA (João Felipe da Trindade), (02-10-2011) - *internet*.

Blog (nisiaffleorestaporluiscarlosfreire.blogspot.com.br) *internet*.

Blog Grupo Onça Pintada – GOP – *internet*.

BLOG “Pelos Trilhas da História” (Maria Lúcia Amaral) - *internet*.

CALADO, Francisco Manuel. *O Valoroso Lucideno e triunfo da liberação*. São Paulo: Edições Cultura. (Carta do Capitão Lopo Curado Garro) - *internet*.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1984.

GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*. Natal/FJA/ Fundação Hélio Galvão, 1999.

HB – História Brasileira - *internet*.

HISTÓRIA DO RN, 2012 (Maria Auxiliadora) – *internet*.

LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado, vol 167, 2012.

MEDEIROS FILHO, Olavo. *Os holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal/RN: Instituto Histórico E Geográfico do Rn, 1998.

POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. RJ: Anuario do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1921.

PORTAL “TUDO DO RIO GRANDE DO NORTE” - *internet*

Professor JOTA BE – Ciência da Religião – *internet*

SOUZA, Itamar de. *Diário do Rio Grande do Norte*. Projeto ler do diário de natal. Natal: 1999.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte Colonial: 1597/1822*. Natal: Natal Editora, 1997.

_____ *História do Rio Grande do Norte*. Natal, Sebo Vermelho Edições, 2005.

TRINDADE, João Felipe da. Informações pessoais.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2015.

WIKIPEDIA, a enciclopédia livre – *internet*.

CARLOS ROBERTO DE MIRANDA GOMES é advogado, professor e escritor. Autor de “O Menino do Poema de Concreto” e outros livros. Presidente da Comissão da Verdade da UFRN. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Hélio Galvão e o folclore

Iaperi Araujo

Hélio Mamede de Freitas Galvão, nasceu em Tibau do Sul, no distrito de Pernambuco, em 18 de março de 1916. Filho de José Mamede Galvão Freitas e Isabel Genuína Galvão de Freitas. Foi alfabetizado em casa pelo pai e sentindo-se vocacionado para o magistério convenceu-o a se mudar para Natal em busca de maiores oportunidades de estudo.

Chegando em Natal em 1933 foi morar na rua Felipe Camarão na casa de Chico Comissário e logo foi matriculado na Escola Normal de Natal onde em 1941 concluiu o pedagógico apresentando como trabalho de conclusão uma monografia sobre Goianinha.

Fortalecido na religião católica, frequentou a Congregação Mariana dos Moços, e por serviços prestados a igreja, em 14 de outubro de 1960, foi agraciado pelo Papa João XXIII, com a comenda do grau de cavaleiro da Ordem de São Gregório Magno.

Hélio Galvão casou-se às escondidas com sua prima, Ilíria Tavares Galvão em 22 de setembro de 1936, contrariando a vontade dos irmãos. Desse casamento nasceram 14 filhos, dos quais Stella Maris, Ana Maria, Marta, Hélio Galvão Filho, Lúcia e Tarcísio já são falecidos. Sobreviveram ao pai Sani, Hilton, José Arno, Maria do Céu, Sebastião Sergio, Maria de Fátima, Dácio e Andréia Clara.

Em 1939 foi nomeado Tabelião do termo judiciário do município de Pedro Velho onde morou até 1947.

Entre as décadas de 1940-1950, ensinou Português, História do Brasil e Literatura Nacional, na Escola de Comércio de Natal; sendo um dos criadores da Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Norte. Hélio Galvão foi também professor no Seminário São Pedro, lecionando Português, História e Literatura Brasileira.

Bacharel em Direito, pela Faculdade de Alagoas, da turma de 1952, notabilizou-se no foro natalense, como advogado militante,

dos mais afamados do Estado.

Além de advogado até a década de 60, ensinou Pesquisa Social na Escola de Serviço Social; Antropologia Cultural na Faculdade de Filosofia e Sociologia, na Faculdade de Ciências Econômicas.

Atendendo convite do então governador Aluísio Alves, Hélio Galvão trabalhou de 1961-1966 como assessor jurídico do Governo, defendendo e ganhando causas de grande interesse para o Estado..

No jornalismo, Hélio Galvão, publicou artigos sobre a cultura popular na Revista Bando, por ele dirigida e em vários periódicos, de circulação local, como: o Cunhaú, Jornal de Natal, A Razão, A Ordem, Diário de Natal, Tribuna do Norte e A República. Publicou também textos e artigos em revistas de circulação nacional como Nordeste, e Tradição, ambas do Recife, Boletim do Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro, e Revista de Sociologia e Política, em São Paulo.

Criada a Fundação José Augusto, de início como uma instituição de Ensino Superior em 1963, Hélio Galvão foi indicado para dirigi-la na qualidade de seu primeiro Presidente. Posteriormente, com a agregação das Faculdades mantidas pela Fundação à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Fundação José Augusto assumiu unicamente o comando da política cultural do Estado.

Autor de uma importante produção intelectual, Hélio Galvão publicou trabalhos na área Jurídica, no campo da História, Folclore, Antropologia Cultural, Etnografia e Genealogia. Seus livros, Revo-gação de Isenção Tributária(1958); O Mutirão no Nordeste(1959); Estrutura Agrária do RN(1973); Sociedade Anônima criada pelo Estado(1976); História da Fortaleza da Barra do Rio Grande(1979), foram publicados quando ainda era vivo.

Quatro livros foram lançados depois de sua morte: Dix-Sept Rosado(1982); Derradeiras Cartas da Praia e Outras Notas Sobre Ti-bau do Sul(1989); Poemas da Tarde(1994) e Romanceiro: Pesquisa e Estudo(1994).

Hélio Galvão deixou várias obras inéditas: Goianinha; Estudo de Direito; Zabulon Fica à Beira do Mar(romance); O Fato Religio-so no Direito Brasileiro; e Terrenos de Marinha.

Hélio Galvão faleceu em Natal, no dia 20 de outubro de 1981, mas seu amor pela cultura, ainda está preservado pela Fundação Hélio Galvão, que a família instalou na casa onde viveu.

Quase toda a herança cultural de Hélio Galvão está ligada ao folclore e a cultura popular. Seus estudos sobre Tibau, verdadeiros tratados de etnografia desvendam as músicas e danças do zambê, um coco-de-praia característico daquela sua região, a tradição popular da pesca e seus mistérios e todo o folclore praiano com histórias e estórias do povo envolvendo o imaginário popular. Da mesma forma, seus estudos sobre o romanceiro ibérico no Brasil, registraram não somente as romancesiras de alcaçuz, mas nomes importantes da tradição oral como dona Militana e a memória do saber ibérico na preservação das estórias orais, tão bem documentadas, posteriormente pelo folclorista Deífilo Gurgel. Seu livro *Mutirão do Nordeste* (1959) registra o sistema de adjutório tão característico de nossa região não somente na restauração de roças, na construção de moradias e nos sistemas populares do abastecimento d'água e instalações sanitárias mas principalmente na solidariedade, sempre embasada na cultura popular da união que faz a força, trazendo de quebra as cantorias que mantêm os ânimos elevados no exercício do mutirão.

A escritora Gilmara Benevides (*O saber como herança*) reforça esse aspecto do folclore na obra de Hélio Galvão, inclusive no registro intelectual do folclore de Tibau e das ligações de sua obra intelectual com o saber cultural. O interesse da escritora sobre a obra de Hélio Galvão surgiu quando pesquisava a vida do cantador de côco Chico Antonio, coquista do município de Pedro Velho e que tivera seu talento divulgado nacionalmente pelo escritor Mario de Andrade (*O Turista Aprendiz*) na década de 20.

Buscando nos livros de Hélio os registros sobre o côco, Gilmara Benevides deparou-se com a impressionante figura de Chico Antonio que acabou originando o livro *O Canto Sedutor de Chico Antonio* que a aproximou da obra desse importante intelectual potiguar.

Seu livro sobre a Fortaleza dos Reis Magos se constitui, ainda, o mais completo documento sobre a fortificação que deu início a colonização do Rio Grande do Norte, embasada em importantes documentos coletados em arquivos portugueses e espanhóis.



Todo seu acervo cultural, à exceção dos livros técnicos de Direito está voltado para a cultura do seu povo, a história como princípio de cidadania, a genealogia como embasamento das tradições culturais e a etnografia como forma de entender a cultura do povo que se mantém única pelas peculiaridades regionais.

Além de Comendador da Santa Sé, Helio Galvão foi membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Estado.

IAPERI ARAUJO é médico e escritor, autor de ‘Canções da Terra’ (contos) e numerosos outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Nísia e Henrique*

Hélio Galvão

Ao transpor as portas desta Casa, onde vos albergais acolhedoramente, senti entre respeitoso e comovido, tôda a significação da investidura acadêmica com que me quisestes honrar. E eu vos quero dar, Senhores Acadêmicos, e por vós a essa Egrégia Academia, o testemunho mais alto do meu apreço pela obra que vindes realizando com obstinada e heróica persistência, em prol da cultura e das letras em nosso Estado.

Trazido para o vosso grêmio num Instante em que o descrédito abria fossos ao seu redor e o derrotismo armava ciladas ao vosso esforço benemérito, não vi outra forma de oposição no despreço pelo vosso trabalho, senão insistindo pela permanência da minha inscrição. A crise passou felizmente, e já agora pode V. Excia. dizer, sr. Presidente como na Academia Brasileira dizia Machado de Assis em 1901: “A Academia vive”.

E entro para a vossa Casa, Senhores, sob essa impressão do vigor e de vida. Melhores augúrios não poderia aspirar ao ingressar nesta instituição quem crê, como eu firmemente creio, nas realizações da inteligência. Passaram o descrédito e o derrotismo, mas não passarão as vitórias do espírito.

Assentam-se dentre vós, honrando com o seu saber a vossa Companhia, muitos dos meus antigos mestres. E em para aqui vindo, não me acreditei chegado às alturas a que subiram êsses mestres (que mestres ainda todos me são) mas para receber ao calor da vossa lareira as irradiações da vossa inteligência e as fulgurações da vossa cultura.

“Terra farta de poetas”, chamou Afrânio Peixoto ao Brasil. No detentor atual fica em solução de continuidade a tradição poética da cadeira nº 2, Poetisa a sua madrinha, poeta o seu fundador. De mim, porém, nunca perpetrei um verso, fracassado na primeira tentativa, nem mesmo aquêle soneto dos dezoito anos, infalível no rapaz brasi-



leiro, ao olhar para os olhos da primeira namorada. Creio entretanto na poesia, como manifestação da arte criadora, e quero muito aos poetas que apresentaram o difícil segredo de nos despertar as emoções mais profundas.

Porque não nasci poeta, convencido que estou de que o poeta nasce, nem mesmo quis dar-me ao trabalho de contabilidade silábica e nem me habituei ao manuseio do dicionário de rimas. Tenho horror instintivo, mórbido quase, ao verso puxado à força, arrancado a ferro, vazio de sentimento, espontâneo e artificial. A poesia só é poesia quando brota livre das fontes de inspiração, como o riacho que rasga a pedreira adusta ou corta o tabuleiro arenoso, mas amenisa e refresca o ambiente marginal, cantando nas grotas e deslizando suavemente no areial.

A cadeia, porém, continua inteira, sem que lhe falte um só elo, no culto da paisagem rural, no amor da tradição ancestral, na paixão da terra. Isto que em Nísia não passa de devaneio literário e em Castriciano é motivo de composições inesquecidas, tem sido para mim toda a razão da atividade intelectual. Outra coisa não tenho sido, se alguma coisa cheguei a ser, senão um enamorado de minha gente e da minha terra, amando com muito amor esses costumes e essas tradições, essa paisagem agrestemente doce, onde se me abriram os olhos para a glória humilde da vida campestre. Não sei de nada mais belo, não sei de nada mais encantador que a poesia do povo, das lavadeiras nas suas cantigas, dos moedores rodando a roda que tritura a mandioca, dos trabalhadores rurais nos seus improvisos, dos cantadores nos seus martelos, dos vaqueiros no seu abolo. Pensa também assim Castriciano:

E, quando o sertanejo, a larga fronte nua,
Voltada para o céu, de onde sorri a lua,
Diz, no cântico vago, o que a su'alma encerra,
Ah, nós sentimos bem que fala a nossa terra.

NÍSIA FLORESTA

De fato, a paisagem natal nunca mais se apagará da retina de Nísia, mesmo que mero convencionalismo literário, como queria Oliveira Lima, ou simples evocação lírica para extravasamento de um patriotismo romântico e inconsequente: Ela levará para o seu próprio nome sua aldeia o sua pátria, protesto antecipado e distante contra os que apagaram o nome de sua terra para dar-lhe o da escritora, que é sonoro e lindo porque ela própria o fez, em solidariedade sentimental com a “deliciosa Floresta”... O dinheiro lhe chega para as longas viagens transoceânicas, e depois para as viagens mediterrâneas. Não lhe bastará entretanto, para rever a província ou para uma visita breve ao sítio sombrio onde nasceu. Mas a visão das árvores, das lagoas, dos rios, da floresta, a acompanha por toda a parte, teimosa e insistente, onipresente e viva, vez por outra entra-lhe pela memória e lhe sai da pena, embora meio artificialmente, como naquele lance em que recorda banhos nas lagoas para onde conduzia o irmão. Outras vezes a reminiscência repona fiel e nítida, com um profundo vinco de realidade, lembrando as mangueiras e laranjeiras, então como agora abundantes e fecundas em Floresta e adjacências.

“Eu pensava em outro mar, mais vasto e mais majestoso, à beira do qual nasci e cresci. Inspirei-me ao murmúrio longínquo das suas vagas, sob o leque das altas palmeiras, em baixo de mangueiras gigantescas ou de jaqueiras folhudas, agitadas pela brisa vespertina, que me inebriava com o delicioso perfume dos bosques de laranjeiras.”

Papará transportada num instantâneo fiel, numa evocação de forte colorido, para as margens do Mediterrâneo. Vi outro dia Floresta, que não mudou na graça vegetal de suas árvores, do laranjal cheiroso, das jaqueiras sombrias, das mangueiras convidativas.



O FENÔMENO SE EXPLICA

Perguntam ainda hoje os historiadores e os críticos como explicar o fenômeno Nísia Floresta. Desde Constâncio Alves a Roberto Seidl, passando pelo nosso ilustre confrade Aduino da Câmara, sem esquecer o próprio Henrique Castriciano, é geral a surpresa. Gilberto Freyre espanta-se com essa mulher vigorosa, “exceção escandalosa” naqueles meados do século XIX. Ao sociólogo da nossa formação patriarcal surpreende o aparecimento de tão impressionante figura feminina, sobrepondo-se ao seu tempo e sinhasinhas dengosas. À parte a singularidade do seu autodidatismo, tenho para mim que Nísia não constituiu nenhuma surpresa para os que lhe conhecemos os precedentes de família. Seu temperamento impetuoso e ardente, seu sangue quente e sua vontade caprichosa, sua inteligência pronta e ágil, suas tendências de indisciplinada liberdade, tudo isso encontra explicação razoável e legítima se recolocarmos o estudo de sua empolgante figura no conjunto da parentela vasta e incontável.

Avô materno, de Nísia, o capitão-mór Bento Freire do Revoredo é um homem patriarcalmente influente e dominador, barão feudal de água-doce às margens do Jacu, fecundando a dinastia dos Jundiás. Tio da escritora é Bento José Freire do Revoredo, revolucionário de 17, político vivo a habilidoso, propulsor da criação do município de Goianinha, sabendo vir a palácio e falando cara a cara ao presidente...

Uma tia, dona Francisca Freire, é outra Nísia Floresta em primeira edição, comprando gado em vez de escrevendo livros ou educando meninas. Casada com Felix Ferreira da Silva, segundo do nome, morreu-lhe cedo o marido, mas as largas transações comerciais não o acompanharam na sepultura. Do Anacé a viúva comandava a nau. Dona Francisca Freire, mãe de três filhos, continuou-lhe vantajosamente os negócios, gerindo-os superiormente. Uma procuração por ela outorgada a 5 de Julho de 1797, na residência de seu pai, perante o tabelião Filipe Santiago Brandão de Barros, permite-nos uma idéia do vulto e extensão das suas atividades comerciais, constituindo procuradores o capitão-mór Cipriano Lopes Galvão e seu tio materno Miguel Pinheiro Teixeira, no Seridó; Luís Carlos de Abreu e o capitão Raimundo de tal, fiador que era do seu finado marido, em Oeiras; Antônio José da Silva, em Sobral; José Fidelis

Barroso e Pedro José da Costa, no Aracati; seus cunhados Bento José Fernandes de Barros e o ajudante Alexandre Felix de Figueiredo, em Arez; João Alves, em Goianinha; Antônio Alvares de Figueiredo e cinco outros na Bahia; o padre Francisco Lopes de Lima e outros, em Santo Antônio do Recife. Negócios imensos, latifúndio comercial, que faz lembrar um comprador de algodão, que vende babassu no Maranhão e cacau... O anedotário picaresco criado por dona Francisca Freire é maravilhoso de graça e de bom humor, revelando uma Inteligência soberbamente dotada, dominando as situações mais imprevistas com surpreendente presença de espírito.

Não menos coincidente com a vivacidade de Nísia, o gesto daquela sua prima, que ao experimentar as inesperadas revelações da maternidade e as surpresas do primeiro parto, promete perante a parteira e o bebê em gritos solenes, não mais voltar àquela situação vexatória, separando-se do marido...

As condições temperamentais de Nísia Floresta, enfrentando os princípios vigentes na educação doméstica do seu tempo, rompendo uma série de obstáculos contrários à satisfação de suas tendências, justapõem-se correspondentemente às de sua família. Entram num encadeamento natural, e gestos e atitudes por ela assumidos não são mais que legítimas hereditárias no inventário das qualidades e defeitos da sua gente.

À luz dessa experiência Nísia está explicada. Compreendemos agora porque deixou o marido e foi unir-se a um estudante de direito, com quem se teria casado após o nascimento do primeiro filho. Compreendemos também porque se fez precursora do feminismo, traduzindo o folheto de Miss Godwin. E alcançamos as razões e o sentido de suas viagens, idas e vindas, num nomadismo que tão bem a define e caracteriza. Nísia, portanto feminista, preceptora, enfermeira, jornalista, poetisa, conferencista, escritora, abolicionista, memorialista e moralista, é fenômeno para ser explicado no complexo da sua genealogia, na trama psicológica de sua família, onde referem três sangues borbulhantes...

Isto não diminui nossa grande conterrânea. Antes agiganta-a, aumenta-a, cresce-lhe a sedutora personalidade, desculpando-lhe os exageros, e os desvios da conduta moral.



A RELIGIÃO DE NÍSIA FLORESTA

Tema ainda não suficientemente abordado, mas nem por isso destituído de interesse, o da religião de Nísia. Ninguém ousará negar que foi católica. Nas cidades por onde passa tem predileção especial pela visita às igrejas. Entra na catedral de Aix-la-Chapelle, onde esteve diante do túmulo de Carlos Magno. Em Liége reza na igreja de São Tiago pela alma do marido. Edifica-se com a piedade dos católicos ingleses:

“Custa-nos a confessar que antes de irmos a Inglaterra, não havíamos sentido, ao entrar em um templo do Senhor, esse profundo recolhimento que inspiram a alma religiosa os lugares consagrados ao seu divino culto”.

Censura o costume, ainda hoje vivo e reprovável, dos grupos amontoados às portas dos templos, durante as cerimônias religiosas. Frequenta o bispo de Mondovi, na Itália, esse prelado adota nas escolas paroquiais os Conselhos a minha filha, propondo sem êxito à autora a supressão de certa passagem. Outro bispo pergunta-lhe pelos desregramentos do clero brasileiro, insinuação que Nísia repele com veemência. Acompanhada de três eclesiásticos excursiona a Pompéia, e são conhecidos os versos que compôs na portaria de um mosteiro beneditino, onde lhe não foi permitido entrar, por força das regras da Ordem. Faz a apologia das Irmãs de São Vicente de Paula e tem por elas tal respeito que sente desejos de ajoelhar-se “perante essas virgens modelos, e adorá-las”. Refere as pregações de um religioso francês, no Rio de Janeiro, em torno do catecismo.

Poder-se-ia objetar que aquelas visitas a mosteiros e catedrais Nísia as fazia por simples curiosidade. Sua conduta no Brasil não é diferente. O núncio apostólico no Rio de Janeiro, mons. Bedini, preside exames no seu colégio, onde também examinam vários sacerdotes. Ficou registrada sua intimidade com um padre, que Aduato da Câmara repõe no seu devido lugar, com argumento irrespondível. Seu catolicismo porém, era o catolicismo de Lammennais, tolerante e condescendente, aquele catolicismo liberal que Pio IX enfrentou e venceu, repondo-o na disciplina do dogma. Sua vida não é um modelo de virtudes cristãs, abandonando o marido, unindo-se ilegalmente a outro, que ela chamava de

“anjo”... A religião de Nísia era aquela muito em moda no seu tempo, sem consistência doutrinária, vazia de conteúdo, despida de convicções. Religião sem fé interior, sem adesão total do ser, que nos faz crer profundamente e transforma em suaves claridades as sombras dos mistérios e em consoladoras certezas as verdades sobrenaturais.

Nísia não teve essa fé. Suas idéias religiosas variam sem segurança de orientação, mescladas ao naturalismo de Rousseau ou ao positivismo de Comte... Seus pontos de vista refletem as deficiências da formação que revê, e sente-se vez por outra que ensina, mas não faz o que ensina... Chega a condenar o celibato eclesiástico. E proclama a inutilidade da pregação cristã, em prol do amor entre os homens:

“Não será a espada, mas o amor, que regenerará o homem, o cristianismo o prega em vão há perto de 1900 anos. Aguardamos que a religião da humanidade o realize um dia».

Até parece que se preparava para uma visita a Augusto Comte...

Noutro sentido, são também suas estas palavras, pregando um deísmo vago e inconsequente:

“O sentimento religioso é, sem contestação, a mais bela e mais santa expressão da alma para o Criador. Sob qualquer forma por que se traduza, esta expressão é sempre solene, quando parte de uma crença sincera”.

É de ver o ardor com que defende a educação religiosa da mulher:

“A religião é a cadeia indestrutível que liga a mulher aos seus deveres, a corôa mais preciosa que lhe cinge a fronte. A mulher sem religião assemelha-se àquelas lindas flores de nauseante cheiro, que se deve admirar de longe, sendo que o seu contacto infecciona o ar que respiramos. É a religião que fortifica e realça as qualidades feminis; é ela ainda que sustenta e consola todo indivíduo nas circunstâncias mais difíceis da vida, a bússola



invariável que lhe indica seus deveres, e o conduz ao exato cumprimento deles”.

Adianta uma censura aos pais e sacerdotes:

Entretanto, nada em nossa terra mais desprezado pelos pais e pelos párocos que o ensino da religião. “Onde, no Brasil, o assíduo cuidado de uns e de outros, de inspirarem à mocidade os salutares princípios da fé de Cristo”?

E fecha com estes conceitos sobre o ensino do catecismo:

“Podemos dizer, sem receios de que nos tenham por exagerada, que, em nenhuma paróquia do Brasil, a nossa religião é devidamente ensinada à mocidade. A explicação do catecismo, de que, com tanto interesse e assiduidade se ocupam os padres de França,... é de tal sorte desprezada no Brasil, que as nossas grandes meninas, hábeis nas etiquetas dos bailes e nos manejos para obterem a única conquista a que aspiram, fazem a primeira comunhão sem o conhecimento dos princípios da nossa santa fé”.

VIAGENS

É fácil reconstituir o mapa de suas viagens. Depois da revolução de 1817, Nísia acompanha seus pais que vão residir em Goiana. Dois anos depois a Floresta. Voltam a Pernambuco em 1824, demorando em Goiana, Recife e Olinda, até 1832. Nesse ano, acompanhando “o eleito do seu coração”, Augusto Américo de Faria Rocha, recém-formado em direito, vai residir em Porto Alegre, onde fica cinco anos. Em 1837 está no Rio de Janeiro. A saúde da filha, Lívia Augusta, é o pretexto para a primeira viagem à Europa em 1856, para voltar dezesseis anos depois, em 1872. Três anos mais, e volta outra vez à Europa, para não mais ver o Brasil. Cruza a Itália em todas as direções. Vai à Grécia, Alemanha, Inglaterra, França, Suíça, vindo a falecer em Rouen, na França.

Lembra Adauto da Câmara — de cujo livro nos temos servido, livro já hoje fundamental para o conhecimento da vida e obras da escritora — que Nísia não é “uma turista de vida folgada, com mania ambulatória, vendo as coisas sem as sentir, observadora impassível dos panoramas que se sucediam a seus olhos. Aplicou o seu tempo em estudar as várias facetas por que os cenários se apresentavam ao seu espírito. Nunca as viagens ajudaram mais decisivamente uma intensa insatisfeita vontade de saber”.

NÍSIA E CASTRICIANO

Elegendo Nísia para sua madrinha na poltrona por ele fundada nesta Academia, Henrique Castriciano prestou a derradeira homenagem à escritora conterrânea. Não chegou a fazer-lhe o elogio protocolar, de resto perfeitamente dispensável, porque já o fizera de antemão. Não quis fazê-lo em papel, porque as traças poderiam destruir ou o vento poderia levar. Fê-lo no granito e no bronze, em forma mais duradoura e eloquente na sua mudez. Quem foi, senão ele, o inspirador das grandes homenagens prestadas a Nísia em 1909? Que maior e mais formoso e mais durável elogio não constituem os dois monumentos erigidos em honra da escritora no sítio do seu nascimento e nesta capital?

Seu carinho pela memória de Nísia chegou a extremos. Procurou endereços, revirou livrarias, correspondeu-se com Lívia Augusta, adquiriu fotografias, comprou livros, tomou apontamentos. Romeiro de um culto que vinha do coração, ei-lo convalescente e dedicado, no cemitério de Rouen, visitando o túmulo onde repousam os restos da escritora.

Dizia-se que escrevera uma biografia da nossa conterrânea. Em carta a Adauto da Câmara, explicava Castriciano:

“A respeito de Nísia, poetisa medíocre, mas pensadora notável, a ninguém disse que estava escrevendo uma obra sobre ela. O que anunciei desde muito, é que andava procurando achegas para esclarecimento de sua vida, e neste sentido dei os passos que pude, infelizmente quase



infrutíferos quanto ao essencial, que era saber a extensão de suas relações com as grandes figuras do tempo, quase todas da escola romântica. Tudo quanto consegui saber de sua filha, depois de trabalhosa busca do paradeiro dela, é que se perdeu num naufrágio a sua correspondência com essas grandes figuras”.

Na verdade, tinha razão. Saber até onde chegavam as aproximações de Nísia com os notáveis vultos da cultura européia com os quais se relacionou, importa em averiguar se essas relações, cerimoniais ou íntimas, foram além de simples troca de cartas ou palestras de cordialidade com permuta de livros. Tem-se às vezes a impressão que era a curiosidade intelectual que impelia Nísia para essas relações, sem maiores vinculações de amizade, traços afetivos mais estreitos. Com efeito, qual o sentido de sua aproximação com Herculano, com Augusto Comte, com Manzoni, com Lamartine, com bispos, e até com o Papa?

Das investigações a que procedeu Castriciano, desvelada e cuidadosamente, resultou que Nísia ficou conhecida entre nós. Completou-as Aduauto da Câmara, orientando suas pesquisas pessoais para os anúncios de jornais, notas portuárias e fúnebres, riquíssimas fontes de informação histórica e já agora utilizadas para os estudos de sociologia.

Onde estarão as notas que ele coligiu sobre sua patrona? As cartas da filha da escritora, quem as guardará? Os livros, raros e caros, onde foram parar? Por que o desvelo do escritor pela escritora não lhe permitiu doar à Academia tudo o que possuísse a seu respeito? Por que Castriciano não escreveu uma biografia, conforme se anunciou ou se esperou?

São perguntas que alguém poderia tachar de impertinentes. Porque a verdade é que tudo ele fez por ela. Tudo, inclusive torná-la conhecida e fazer acessíveis os seus livros. Tudo, inclusive os dois monumentos. E tudo, inclusive o seu nome no patrocínio da poltrona que fundou nesta Academia. É com essas credenciais de benemerência que êle se apresenta. E não só com essas credenciais que por si

legitimariam estas homenagens que lhe prestamos, por sua destacada posição no cenário da nossa literatura provinciana, como elemento de renovação e centro de influência.

CASTRICIANO NA LITERATURA NORTE-RIOGRANDENSE

Tomo de empréstimo no nosso ilustre confrade Luís da Câmara Cascudo o julgamento de Castriciano. Fê-lo o historiador, quando ainda vivia o poeta, num livro que perigosamente conserva inédito, a História da Literatura Norte-Riograndense.

“A posição de Henrique Castriciano na literatura norte-riograndense é decisiva e alta. Êle foi o nome em redor do qual se agruparam os dissidentes do gongorismo que deixara de ser uma influência para ser uma função normal. Admirador de Martins Júnior e de Fausto Cardoso, amigo pessoal de Bilac, de Machado de Assis e de Clóvis Bevilacqua, leitor dos poetas alemães nevoentos e dos ingleses cantores da região dos lagos escocêses, irradiou continuamente a palavra de reação contra o verbalismo farfalhante, as imagens cheias de fogo e vazias de substância. Pertencendo à Tribuna, ao Oásis e a Revista, foi ele um elemento de articulação entre os diversos grupos literários. Com ele, Galdino Lima, Sebastião Fernandes, Francisco Palma deram orientação nova ao Congresso Literário, como no Grêmio Polimático, era Castriciano um contra-forte ao lado da disciplina mental de Antônio de Souza. Sem Castriciano Antônio Marinho voaria mais baixo e Ferreira Itajubá não teria uma só palavra de estímulo consagrador.

“Mentalmente a influência de Castriciano não fora menor. Poeta amargurado, sofredor, convulso, exaltado, não dava a impressão resignada e tristurenta de Francisco Palma, nem a doçura mística de Auta de Sousa. É um rebelde, um vociferador impenitente e feroz, apostrofando céus



e terras, perscrutando mistérios e dizendo palavras de negação e de orgulho. Essa poesia selvagem mostrou aos contemporâneos um caminho de altivez humana dentro da dignidade humilde do homo sapiens. Capaz dos menores detalhes e dos mais desmarcados remígios, vocabularista excelente, sabedor das correntes estéticas que corriam alheios continentes longínquos, Castriciano, com ou sem vontade, chefiou a mentalidade norte-riograndense na fase de renovação”.

LIVROS, DISCURSOS E ARTGOS

Fôssemos Julgar Castriciano pelos seus livros e diríamos que foi exclusivamente poeta. Um Julgamento parcial, sem perfeito conhecimento da espécie. 1892 é a estréia, com Iriações, a que se seguiu Ruínas, em 1898. Mãe é de 1899 e Vibrações o último, de 1903. Publicou também três peças teatrais: O Engeitado, A Promessa e Suprema Dôr, encenadas para a platéia natalense.

Não publicou nenhum livro em prosa. Um ou dois relatórios burocráticos, conferências e discursos, artigos numerosos na imprensa do Rio e de Natal, inclusive as notáveis Cartas Holandesas, publicadas em dezembro de 1916, na A REPÚBLICA, sob pseudônimo. Nesta série de ensaios, em que Castriciano se revela arguto observador social, estariam passíveis de revisão seus conceitos sobre os homens da monarquia brasileira. Dois romances foram anunciados: O Tísico e Os Mortos, de que publicou dois capítulos na “Revista do Centro Polimático”. Isto, o que sabemos, pois muito mais vasta e importante deve ter sido sua produção inédita. Lembro-me de que numa visita que lhe fizemos alguns estudantes em 1934, diante de um grosso masso de papéis ele me explicava: “alguns estudos, cuja oportunidade passou”.

O HOMEM DE LETRAS

Maior na prosa que na poesia, Castriciano é entretanto dos nossos grandes poetas. Suas poesias esparsas dariam um volume con-

sagrador. Costumava dizer que sua melhor poesia era A Estátua, que faz parte de Ruínas e inspira-se na atitude de Miguel Ângelo diante de Moisés:

Pasmo de si, do próprio esforço pasmo
Qual se de um outro aquela idéia fosse,
O velho artista, em doudo entusiasmo,
Ante o seu gênio, impávido, assombrou-se.

Questão de gosto, esse julgamento. Meu voto entretanto seria para O Aboio página emocional, de impressiva e rara beleza, reunindo toda a poesia da nossa vida rural:

Ah! como é triste o aboio, ah, como é triste o canto
Sem palavras — tão vago — a saudade exprimindo
Das selvas do sertão, no mês de junho rindo

Pelos olhos azuis das crianças enquanto
No tamarindo verde, asas abertas, trina
À beira dos currais, o galo de campina...

Castriciano como Nísia teve projeção internacional, figurando na *Litterature Brésilienne*, de Victor Orban, e na antologia sueca de Coran Bjorkman, da universidade de Estocolmo. Ambos os tradutores serviram-se de sonetos de *Vibrações*, o que autoriza a suposição de que tendo sido Castriciano que enviara esse livro para a Europa, nele estariam reunidas suas melhores produções.

Mãe é um poema que o autor dedicou à memória de sua progenitora, versos profundamente sentimentais, pessimistas, sem grandes motivos para a crítica. Num deles o poeta utilizou-se de belo tema de folclore cristão, o nascimento do menino Jesus, anunciado pelos animais, tema que Paul Lacroix registrou na França, com evidentes resquícios medievais:



A noite vai caminhando...
(ó mocho, porque tu choras?)
Um galo, de quando em quando,
Pergunta se já são horas...

Enfim um outro responde...
Soluça: Cristo nasceu
E o boi perguntando aonde
Alonga os olhos ao céu

Belém, Belém, o cordeiro
Bale na grama sombria.
Fitando longe o cruzeiro
Que a noite leva, tão fria...

Representante autêntico da reação contra o gongorismo de que Segundo Vanderlei foi expressão mais alta, não lhe fugiu entretanto a influência, nesta apóstrofe veemente, que faz lembrar Castro Alves:

Ó Cristo... Pai das criancinhas pobres
Ouve-me, Senhor, escuta esta oração...
É mais um grito que soluça errante
Na cúpula infinita da amplidão.
É mais um brado unido às dores tristes
Dos que sofrem na terra o que sofrete

Das almas compugidas que ainda orvalham

A cruz, o negro lenho onde morreste.

Prosador, Castriciano é senhor de um estilo invejável, dominando um vocabulário plástico e elegante, sem aquela adjetivação abusiva e sonora, tão em gosto nos começos do século. Nas festas centenárias da Revolução de 17 coube-lhe fazer o discurso de inauguração do monumento aos heróis daquele movimento republicano. O final dessa peça é uma amostra da sobriedade do seu estilo:

“Há quatrocentos anos éramos o caos: dentro da nossa alma havia somente a da floresta virgem, enquanto lá fora a cultura grego-romana esplendia na beleza eterna da Renascença. Não tivemos medo; seguimos o caminho traçado pelo gênio das raças que nos formaram.

Pouco a pouco, deixamos a sombra da selva primitiva, conquistamos nosso lugar ao sol.

Vamos subindo, embora lentamente. Tão cedo não galgaremos o cimo da montanha, mas, na altura a que chegamos, já podemos abrir os olhos à claridade dos horizontes e ver agradecidos os descobridores, os atletas anônimos dos primeiros dias, os bandeirantes, os guerreiros, os legionários da Independência, da Abolição e da República – sobretudo ver os mártires fuzilados ou pendurados nas forcas, como luminosos pontos de interrogação entre o passado e o futuro.

São quatrocentos anos de glórias, onde há cruces mas não vilezas a nos lembrarem neste momento, único na história do mundo, que pertencemos à humanidade e que esta, ainda agora, depois de milênios de lutas e sofrimentos, rotas e ensanguentadas as vestes, caminha, caminha...



.....

E voltemos desde logo ao civismo de nossos avós, deixando de vez a inexplicável descrença, de hoje, essa falta de fé em tudo, esse hábito de zombar das coisas mais santas, essas fealdades que estão soterrando o imenso tesouro de bondade do coração brasileiro”.

DUAS INSTITUIÇÕES CASTRICIANAS

Foram longas as suas peregrinações em busca da saúde. Não foi apenas o sertão riograndense. Não foi Angicos ou Nova-Cruz. Não foram somente as salas de hospitais. Foram também os Alpes, os ares sádios da Europa Central. Antes da viagem à Europa, donde voltou restabelecido do ataque pulmonar, ele havia cantado, desesperado de recuperar o bem perdido:

Ai, nas cidades recobrar não pude
A paz, a calma, a festival saúde,
Que há muito busco sem poder achar.

Dos sanatórios da Suíça o poeta voltava apóstolo. Estudou a organização das écoles menagères e vinha cheio de planos e sonhos. Celibatário, tem entretanto uma comovedora predileção pelas crianças e pelas jovens. Curiosamente, não escolheu um patrono na Academia, mas uma patrona... É que havia talvez em Castriciano uma esplêndida sensibilidade paternal, que encontrava naquelas preferências o seu derivativo mais eficaz.

A Escola Doméstica de Natal é a sua grande realização prática através da Liga de Ensino que êle fundou. Suas idéias a respeito, resumindo leituras e observações pessoais, estão numa conferência so-

bre a Educação da Mulher. Que o mais bonito poema de Henrique Castriciano é a Escola Doméstica, digam-no as centenas de jovens ali educadas, não apenas para os misteres da vida doméstica, mas numa completa formação humanística, correspondendo satisfatoriamente as esperanças do ilustre fundador.

Seu amigo pessoal, Bilac lembra-se dele na fase de pregação cívica do sorteio militar e do escotismo. Escreve-lhe sugerindo os meios de agitar o ambiente. Ajudado por Ponciano Barbosa, Castriciano funda a Associação de Escoteiros do Alecirm que tão assinalados serviços tem prestado à educação dos Jovens, continuada com devotado heroísmo e apostólicamente dirigida pelo prof. Luís Soares.

O IMPENITENTE

Tenho para mim que Castriciano morreu impenitente de um grande pecado, talvez daqueles a que os teólogos chamam pecados materiais. Foi o pecado da negligência intelectual. Quanta página de fulgurante beleza estilística está aí escondida em difíceis coleções de jornais? Quanto poema lhe saiu da pena e se perdeu inédito, roído pelas traças ou levado pelo vento, desprezadamente? Onde foram parar os originais dos dois romances que escreveu? Como reunir suas melhores poesias?

Nem o absolve a alegação da doença, dos achaques contínuos, dos desgostos profundos, dos desencantos, das desilusões... Não soube, ou não pôde, ou não quis o poeta escrever o poema de sua dor, talvez o seu melhor poema aproveitando as fecundas inspirações do sofrimento, as produtivas sugestões da dor, os férteis estímulos da tristeza...

Numa página de jornal, de treze anos atrás fui encontrar os versos que seguem:

Claro, o dia amanhece.

É de púrpura o céu. Um sussurro de prece

Vem casar-se ao rumor solitário das águas.

Não sei que voz do azul, enchendo o firmamento



Muda-se em cor e em som e transforma o
(lamento

Do mar, num cântico sem máguas.

Abro a janela ao dia

E o dia, entrando em jorros

Traz-me toda a alegria

Das árvores do morro.

Ó natureza, como és forte e és bôa,

O mais humilde ser, o sapo da lagoa,

A coruja da selva, a mãe-da-Lua,

Choraram toda a noite... E eis que agora flutua

No céu puro e lavado, a sonora alegria.

Dos pássaros do dia.

Recordando-me então

Dos poemas que compuz

Nas longínquas manhãs da mocidade,

Tento exaltar a luz

Só me resta a saudade

Dentro do coração.

Do matinal fulgor aos rútilos segredos,

Já não posso exprimir tantos sonhos dispersos

E sinto que me cai a pena dentre os dedos.

Quem me dera voltar aos meus primeiros versos!

Saudade, é o título deste poema, em que o poeta deixa cair vencidamente a pena, numa atitude estática, passivamente, sem disposições de transformar como desejou o seu próprio lamento num cântico sem máguas.

O resultado é que subtraíu-nos a nós — e mais do que a nós, subtraíu à mocidade contemporânea — o conhecimento da sua obra, o contato com o seu talento, com a sua cultura, com as grandes qualidades de sua prosa, expurgada dos defeitos que lhe imprimiram as leituras da mocidade. Os livros de versos que publicou, vimos que não reúnem senão produções dos primeiros anos, e mesmo assim se encontram esgotados. Iriações é de encontro impossível, e foi de um montão de velhos papéis destinados ao fogo num dia de limpeza, que salvei as primeiras páginas de um exemplar.

RUÍNAS...

A 2 de agosto de 1947 Adauto da Câmara proferiu na Federação das Academias de Letras uma conferência sobre Henrique Castriciano. Refere a visita que lhe havia feito, na Policlínica do Alecrim, em palavras que preferi reproduzir:

“Entrei cauteloso, sob uma angústia indefinível. Minha emoção se acelerou quando vi Henrique Castriciano sentado em uma cadeira de balanço, quase de costa para a porta, o olhar distante e parado. O enfermeiro advertiu-me: “ê ele chora quando vê os amigos”. Dando pela minha presença, esgazeou os olhos, tentou em vão estender-me os braços. Um sinal de júbilo se estampava naquelas faces torturadas, vindo do coração, que se sentira em sobressalto com a visita inesperada de um velho e constante admirador e amigo, cuja devoção nunca dependera das oscilações da fortuna política. Aquela cadeira era o seu leito. Já sem comandar os movimentos, totalmente desdentado, alimentava-se pela mão do enfermeiro, reduzindo-o à vida meramente vegetativa. A disartria implacável o impedia quase de se comunicar. O pior deste



quadro é que, sobre tanta desgraça, o espírito se conservava lúcido, através do brilho do olhar e das reações instantâneas da fisionomia...

Quando me inteirei de toda a extensão dramática daquela agonia pungente, daquele ocaso de um homem de pensamento condenado pelo destino a emudecer, tratei de falar com ele, monologando...

Veio um café, que eu lhe servi aos poucos, levando-lhe a xícara aos lábios. Entre um gole e outro, soluçava, os olhos fitos em mim, enquanto as lágrimas lhe inundavam o rosto..."

Está aí um momento que reclama insistente a presença de um pintor de ruínas. Também Matias Maciel contou-me de uma visita que fizera a Castriciano, quando fora transferido do Hospital Miguel Couto para a Policlínica do Alecrim. Propôs então o Poeta ao Genealogista, que, como sabemos perdeu a visão, morarem juntos, ambos solteiros que eram, um sem poder andar, o outro sem poder ver, emprestando-se mutuamente os órgãos que num faltavam mas no outro eram sadios. A morte sobrevinda não permitiu a realização da proposta.

QUANDO CASTRICIANO MORREU...

Quando Castriciano morreu foi Djalma Marinho quem me anunciou o evento, e puxando do bolso umas tiras de papel leu sobre o poeta uma formosa nota, escrita por Edgar Barbosa, havia pouco. Essa crônica foi publicada no dia seguinte, como matéria de redação, no Diário de Natal. Não a reli, mas experimento ainda o remorso que me causou, eu que não visitara o poeta na sua longa agonia. Duas ou três vezes somente visitei Castriciano, quando morou numa casa da rua Princesa Isabel, e suponho que na sua inveterada displicência morreu sem me conhecer. Sempre estive nos meus hábitos de estudante o aproximar-me dos homens de letras da nossa terra. Exclusão do des. Antônio Soares, cuja aproximação foi feita através de um dos seus filhos, ninguém me levou à casa de Câmara Cascudo. Ninguém me apresentou ao dr. Juvenal Lamartine, ao padre Monte,

ao des. Seabra Fagundes, a Matias Maciel, a Nestor Lima, a Edgar Barbosa, Aderbal de França ou Luís Torres. Procurei-os sozinho, para conhecê-los, e foi também assim que procurei Castriciano.

0 CRITÉRIO DAS SUBSTITUIÇÕES

Senhores:

Um Jornalista dizia, após conhecido o resultado do pleito, que permanecia vaga a cadeira de H. Castriciano. Nem por aderir às possíveis segundas intenções daquele confrade, menos ainda por exibir sentimentos de falsa modéstia, também vejo inocuada a cadeira em que assentou aquele insigne varão. E inocuada permanecerá ela, agora e sempre, seja quem for o seu substituto, poeta grande ou pequeno, prosador consagrado ou anônimo, jornalista profissional ou diletante, cronista assisado ou vesão. O critério das substituições acadêmicas se não é o da dignidade, ainda não será o da igualdade dimensional ou intelectual. As normas para fixação de tais critérios, impossíveis de codificação regimental, elásticas e adaptáveis às situações eventuais, sois vós senhores acadêmicos, que as estabeleceis. É vossa a responsabilidade das escolhas, e as críticas, feitas com boa ou má intenção, aos méritos reais ou fictícios dos eleitos, só aos eleitores devem ser encaminhadas.

Quem de nós é igual a Castriciano? Quem de nós subiu tão alto quanto ele em nosso meio? Quem ascendeu com ele o Cabugi da nossa planície mental? Quem escalou ao seu lado a montanha das musas? Quem possui uma página igual ao Aboio? Quem disputou a graça inatingida do seu estilo ou a beleza insuperada da sua poesia?

Se me fosse exigida a razão dessa substituição eu a explicaria não sob um suspeito critério de igualdade. Procurá-la-ia em motivos de compreensão cultural, de carinho, de zelo, de interesse e então tudo estaria explicado.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O final do discurso de Castriciano nas comemorações centenárias de 17 não foi aqui lembrado sem deliberado propósito. Não o fui arrancar do esquecimento porque constituísse um espécimen característico

do seu formoso estilo. Pesou também o sentido do apelo ali contido. Ouso repeti-lo, a vós que estais aqui, para que o repitais depois, com redobrada veemência, como ele o faria, se aqui vos estivesse falando, nesta linda festa que preparaste com requintada fidalguia:

“E voltemos ao civismo dos nossos avós, deixando de vez a inexplicável descrença de hoje, essa falta de fé, em tudo, esse hábito de zombar das coisas mais santas, essas fealdades que estão soterrando o imenso tesouro de bondade do coração brasileiro”.

*** Discurso de posse na Cadeira Nº 2, da ANRL no dia 26 de maio de 1949.**





OUTROS ENSAIOS E ARTIGOS



A paixão segundo Raduan Nassar

Nelson Patriota

*Understand yourself,
accept yourself, but
do not be yourself.*

Luke Rhinehart

Em seu romance “Mandrake, a bíblia e a bengala” (Nova Fronteira, 2005), Rubem Fonseca faz uma citação, surpreendente, do filósofo francês Blaise Pascal acerca das paixões. Diz ele: “Nada é tão intolerável para um homem quanto um estado de completo descanso, sem paixões; então ele sente solidão, desamparo, vazio”.

Rubem Fonseca é, como o sabem seus leitores, um pesquisador das paixões humanas, sobretudo daquelas que arrebatam seus personagens, levando-os a cometerem os maiores desatinos para satisfazê-las. A cupidez, a ambição, a luxúria, estão entre os principais móveis desses agentes. Homens cheios de paixões vivem à beira do crime, parece nos dizer o meticuloso Mandrake, dando eco às ideias de seu criador.

Não seria ocioso dizer que o advogado criminalista Mandrake explora a paixão dos seus investigados como caminho certo para desvendar seus casos. É que as paixões costumam opor os homens entre si. Dando um passo adiante nesse raciocínio pascalino e rubem-fonsequinino, o paulista Raduan Nassar chega ao requinte de suplementar às paixões humanas razões como que as justificando. Em outras palavras, para ele, a razão está a serviço das paixões, não o seu contrário, como já chegaram a pensar os iluministas e seus sucessores idealistas.

“Lavoura arcaica” (1975), romance, e “Um copo de cólera” (1978), novela, dois livros que deram nome e nomeada a Raduan Nassar, estão a merecer novas leituras, especialmente depois que o romancista ganhou o prêmio Camões, este ano, conquistando, assim, o amplo mercado lusófono para sua curta, personalíssima obra,

enriquecida, em 1997, com alguns textos curtos enfeixados sob o título de “Menina a caminho”.

Uma das leituras possíveis quer do romance, quer da novela, é justamente o predomínio das paixões sobre os personagens. O André de “Lavoura arcaica”, arde de paixão pela irmã Ana, e parece ser correspondido nessa pulsão incestuosa, tema tabu que poucas literaturas ousam tratar às claras, que todas as grandes religiões interditam e que todas as sociedades modernas procuram prevenir. No caso de André, porém, morador de um não lugar (indeterminado), trata-se de uma paixão avassaladora para a qual ele não vislumbra qualquer alternativa afora vivê-la. Essa decisão ele confessa ao irmão mais velho que foi buscá-lo em seu covil, estratégia que se revelou inútil, como fica implícito na sua decisão de voltar para casa.

E é com paixão – uma paixão intensa – que Nassar relata o drama sem solução, de seu desvairado André, lavrador afeito às coisas do campo, filho de pais cristãos – mãe devota, pai severo, irmãos obedientes e comedidos. As referências que André faz ao avô, revelam que os laços de família que os unem aos seus distam de muito longe, caracterizando sua família como uma família tradicional, obreira e temente a Deus.

Em “Um copo de cólera”, o narrador dirá, corroborando o que disse Pascal séculos atrás e que ecoa no Mandrake, de Rubem Fonseca: “a razão jamais é fria e sem paixão”. Mas, ressalta, “pra ver isso é preciso ser penetrante”.

A observação vale também para esse narrador porque, tal qual o André de “Lavoura arcaica”, ele é um instrumento da paixão – o acesso de cólera de que dá mostras nunca é totalmente cego, na medida em que seu agente o submete a cada nova etapa de seu ímpeto a uma análise fria e percuciente do seu próprio sentir.

Daí que é fácil deduzir que há razões não só no amor (“razões que a razão desconhece”, disse-o Pascal), mas também na cólera, e cada um reage à sua própria maneira a um e a outro. Vivenciar a cólera em toda a sua intensidade pode ser uma delas. O mesmo se passa com o amor: se é impossível ignorá-lo, então a alternativa que resta é tentar vivê-lo a qualquer preço. Por isso, entende-se por que nada consegue refrear o impulso cego, lascivo, que impele André a buscar



Ana, ou impedir que o narrador anônimo entorne o copo de cólera que lhe é servido por um pretexto banal. Em defesa de sua cólera, ele dirá que “alguém tinha que pagar, alguém sempre tem de pagar queira ou não, era esse o suporte espontâneo da cólera (quando não fosse o melhor alívio da culpa)”.

No caso de André, dão testemunho a sua decisão de voltar para casa – o que, nesse caso, equivale a voltar para Ana, a crer nas revelações que lhe faz o irmão mais velho acerca da transformação que se apoderou da irmã desde a fuga de André – o desespero a que este se entregou na tentativa de sufocar o impulso interdito, na certeza de ser um réprobo, até encontrar outro caminho e outro aposto. Antes, porém, ele confessa, no seu longo solilóquio, a título de autodefesa da culpa que confessará ao irmão Pedro, que sentiu “a força poderosa da família desabando sobre ele”.

Ressalte-se, ainda, que para uma narrativa que flui quase sempre em primeira pessoa, “Lavoura arcaica” se vale dos não lugares, dos ermos e sombras de uma linguagem onde sobressai a retórica do excesso, da reiteração que beira o desvario. A sua longa fala ao irmão Pedro é feita mais de perguntas do que de respostas, onde abundam insensatezes, metáforas obscuras, reiterações em profusão, em flagrante contraste com as lembranças desse mesmo narrador sobre sua convivência em família, nas quais avultam construções apuradas sobre o tempo graças à evocação dos sonoros toques do sino da igreja local. Antes, o jovem André, dezessete anos, embalado pelas revelações que faz pouco a pouco ao irmão, chega enfim ao motivo fulcral dos seus desatinos, na abertura do capítulo 19. Diz ele: “Era Ana, era Ana, Pedro, era Ana a minha fome”. E o capítulo não se encerrará sem que ele volte a esse tema, mas agora ancorado num preceito de ordem moral, quando refere ao “nome pervertido de Ana”.

Se nos voltarmos para os motivos que desencadeiam a violenta liça verbal travada em “Um copo de cólera”, não encontraremos terreno mais propício à razão, a menos que aceitemos que elas secundam as paixões.

Enfim, as torrentes da paixão que impregnam os dois livros de Raduan Nassar estão aí, desafiando o leitor de hoje, quarenta

anos depois de sua escritura. Envelheceram na aposta da retórica da repetição e de outros efeitos retóricos na busca de persuadir, ainda que, ao entornar o copo de cólera ou a taça da cobiça terminem por ocultar o outro? Seria justo conceder a este só uma nuga de razão?

Voltemos, então, ao refazimento dos começos: Se a literatura permanece um jogo que só se pode jogar na quadra das palavras, os dois textos longos de Raduan Nassar permanecem como dois experimentos que se avizinham tão de perto dos limites autorizados pelo código verbal que, só por isso, mereceriam uma releitura, embora ofereçam muito mais. E se isso nos surpreende, não deveria, se lembrarmos de que a literatura, pertencendo ao sistema das artes liberais, é, antes de tudo, gratuidade.

NELSON PATRIOTA é escritor e poeta, autor de *Uns Potiguares* e vários outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.



Das palavras ao mundo: brevíssimo (des)ensaio sobre Graciliano Ramos e Vidas secas

Guilherme Henrique Cavalcante

“Meu Deus, meu Deus
A seca terrível
Que tudo devora
Lhe bota pra fora
Da terra natá

[...]

Aquele nortista
Partido de pena
De longe acena
Adeus meu lugar”

Patativa do Assaré – A triste Partida

Graciliano Ramos, alagoano de pouco dizer, sintetizava a secura da terra com a secura das palavras. Elas deviam ser espremidas para exprimirem o máximo. As palavras de Graciliano não eram ouro, que deveria ser trabalhado para luzir, suas palavras eram material raro, avulso, em avançado estado de extinção. As palavras de Graciliano resguardavam no quase-não-dito a raridade do que muito se procura e é breve. Mas é fortuna. A terra de Graciliano era seca: Nordeste brasileiro, sertão. Pouca fartura, muito talento, dois casamentos, alguns filhos, quatro romances, uma prisão. O Velho Graça nos atravessa já tem mais de setenta anos.

Perpassa-nos porque é luzir de navalha cortante, palavra que brilha ao sol, nos abre um talhe fino: lânguido fio de sangue. Nos viola, violenta, nos põe em contato com o que de mais ancestral o nordestino tem: o chão. Assim como a sua literatura, Graciliano é! Graciliano nunca foi, mas é! O Velho Graça nos atravessa já tem mais de setenta anos. E, na sua obra, o chão nos chega aos pés por intermédio da palavra *graciliânica*; o chão do sertão, o barro seco e

arenoso do sertão nos calça porque é o elemento que mais nos forma, nordestinos que somos e que seremos pelos séculos dos séculos.

“Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes” (RAMOS, 2008, p. 11) e somos abruptamente lançados aos córregos secos de nós mesmos: *Vidas secas* começa. Os juazeiros, o sol – tão bem captado sob a direção de Nelson Pereira dos Santos, nos tempos do P&B – o solo, os retirantes. Retirada. Fuga. O chão que é conivente com a saída porque ele mesmo não é capaz de garantir a subsistência dos fugitivos. O chão sem chuva é apenas chão. E ele precisa de chuva. Assim como os retirantes, que precisam de chão, mas, principalmente, de chuva. Os retirantes que são do *Vidas secas*, que são vidas secas, que são do Graciliano. Mas, sobretudo, são nossos! E parece que a peleja deste ensaio não sai do lugar, mas este texto se delinea como uma grande retirada do sertão ao litoral: quando começa, parece não ter mais fim; quando começa, as únicas presenças certas são o sol e o chão. E a fome. Este ensaio, então, é o chão cúmplice da fuga, mas é o sol que açoita, que assola. Este ensaio é presença, pois as vidas secas, todas fugidas acovardadas, doem muito em mim porque são meus ancestrais e eu carrego o peso deles como se carrega um antigo carma. O carma dos nordestinos: o chão, o sol. E a fome.

Retiremos, pois. À frente, a família. Somos capaz de, apesar da luz solar incandescente, distinguir Fabiano e sua figura hirta, Sinhá Vitória esmorecida, o Menino Mais Novo escanchado na mãe, o Menino Mais Velho cabreiro, a pé. Ora, Baleia também segue, em sua mente canina muito se lamenta porque o chão é quente e suas patas receiam essa realidade. O papagaio já não se vê, infelizmente – foi dito aqui que a fome acompanha o nordestino. “Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se” (RAMOS, 2008, p. 11). E os retirantes com o passo ritmado, as sombras projetadas no chão, confundindo-se com as sombras dos garranchos da beira das estradas, das laterais das veredas. O passo é contínuo porque eles fogem da fome e isso significa fugir da morte. Baleia é a única que pensa em outra coisa para além da sobrevivência, o que não é muito comum para uma cadela. Baleia planeja: preás gordos, barriga cheia, brincadeiras, paz.



Vidas secas é desfiado por nós: passos rápidos, dedos ágeis na virada das páginas e na ânsia do temeroso porvir.

Fabiano curava no rasto bicheiras, acreditava em crendices – meu pai, certa vez, me contou que meu avô também sabia fazer esse tipo de cura: semelhante a Fabiano, abaixava-se perto daquela que imaginava ser a pegada do animal doente, cruzava dois gravetinhos e fazia uma oração – que eram constantes em tempos de seca e em tempos de inverno. Mas o tempo corre e o inverno chega para o chão e para o sol. E para a fome! Para Fabiano, o inverno é o tempo em que Sinhá Vitória ganha carnes, as roupas assumem contornos sobre a pele castigada; os meninos, como animais, engordam, avermelham, nutrem saúde. Baleia acua animaizinhos pelas coivaras nas capoeiras. A caatinga se muda em verde festa, doida alegria. Hoje, os Fabianos do meu lugar continuam cíclicos, pois no sertão, infelizmente, os homens ainda são regidos pelas forças da natureza e somente por elas é que predestinam suas existências. Homem e natureza, nos domínios do sertão, são irmanados e formam em comumhão um ser de estruturas que é algo entre mítico e humano. Esta constatação está em Euclides da Cunha, naquela frase que todos repetem: “O sertanejo, antes de tudo, é um forte”, mas antes dele isto já era posto e antes ainda, mas repete-se. Repete-se. Repete-se... e os Fabianos do meu lugar – e de outros lugares também, não sejamos inocentes – ainda não têm autonomia. Têm fome. Têm animais que também têm fome. E homens e animais, juntos pela sobrevivência, resignam-se aos designíos divinos transfigurados nos desmandos de mamãe Natureza.

Em *Vidas secas*, voltemos, tomemos chegada à casa de Fabiano e dos seus. Reparemos que “acorada junto às labaredas que serviam de tremepe, a saia de ramagens entalada entre as coxas, sinha Vitória soprava o fogo” (RAMOS, 2008, p.39). Silêncio, pois é preciso cuidado para nos determos sobre essa personagem. O menor deslize, um ruído de graveto estalando e tudo será perdido. Sinha Vitória é trêmula, mas é o norte desta família, desta casa. Sinha Vitória tem medo de pensar, por isso se ocupa com inúmeros afazeres, lembre-se dos despropósitos de Fabiano e do dinheiro perdido por causa do jogo e da cachaça, sonha com a cama de couro. Essa mulher é também regida pelos ciclos da natureza, predeterminada. Resignada.

Mas nada há de fraqueza ou de submissão nessa constatação, pois, apesar das poucas palavras, ela tem conhecimento. Sabe fazer contas, dar conta do que falta e do que sobra, sabe se encontrar em meio aos aperseios da retirada.

Sinha Vitória é mulher, carrega dupla sina. Vigia a casa, os bens, os seus. Ela sabe que pensar é despertar em si para si e por isso escolhe se manter vigilante. Não pode descuidar. Sinha Vitória *graciliânica* tem mais de setenta anos; mas antes dessa vieram outras, também mães e esposas de Fabianos; depois daquela vieram e vêm outras trilhando a mesma vereda incerta. Sinha Vitória é um eco de voz – sabemos que pouco se fala em *Vidas secas* –, mas é um eco insistente, vibrante. Considerar sobre essa mulher é reparar na bravura que as mulheres sertanejas têm, e só quem conviveu com elas sabe do que falo. Mulheres-cacto; mulheres-mandacaru. A vitória de Sinha não é uma apenas ironia do autor, mais que isso, é um tributo, um reconhecimento ao que se entende por mulher no sertão nordestino. Ecos.

Os Meninos pelas capoeiras, vadiando com Baleia, lambuzando-se nas areias, que no inverno transmutam-se em lama. Os Meninos e o mistério da palavra: inferno. Os Meninos e a infância-mistério. Filhos do sertão nordestino que “mandaria para a cidade homens fortes, brutos como [...] os dois meninos” (RAMOS, 2008, 128), que se espelham no pai, nos outros homens fortes e brutos e que sonham em montar cavalos bravos, perseguir bois nas capoeiras, casar com uma sertaneja e ter outros meninos como o são agora. Agora que invadem a casa com Baleia no encalço deles. Irmanados.

Bisbilhotar a casa da família que perseguimos é pouco para agora, pois este ensaio é pouco também. Não comporta a imensidão das vidas que são secas na denominação, mas são mananciais, vastidões na realidade. Perseguir as poucas palavras de Graciliano é seguir a trilha mirrada de famílias como essas que existem e resistem ao longo das veredas percorridas por Fabiano, Sinha Vitória, o Menino Mais Novo e o Menino Mais Velho.

Restam-nos, para além da literatura de Graciliano, como herança e presença imaterial, o chão, o sol. E a fome.

Referências

Ramos, Graciliano. **Vidas secas**. 106 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

A triste partida – Patativa do Assaré – Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/luiz-gonzaga/a-triste-partida.html>> acesso em 15 jun. 2016

Nota:

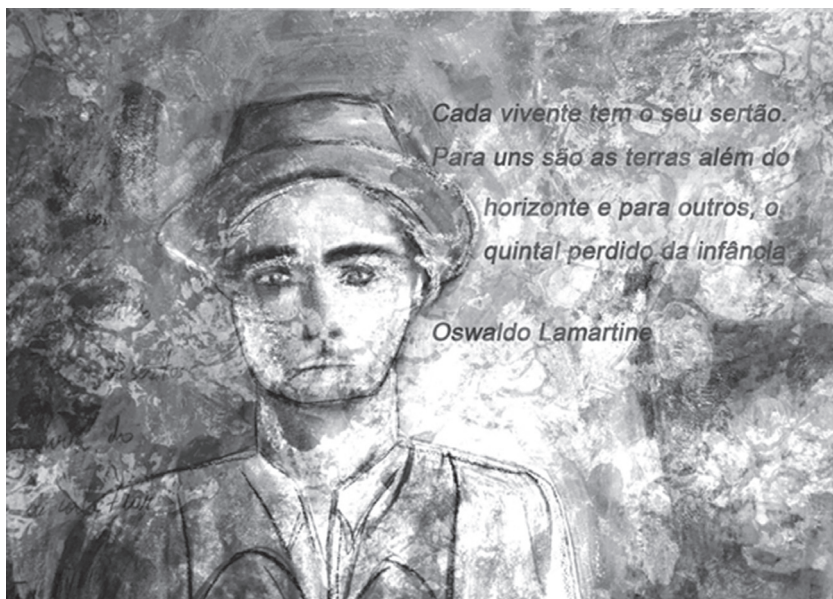
Este ensaio foi elaborado durante a disciplina de Literatura brasileira III (LET0446 – UFRN/DLET) ministrada pelo professor doutor Mauro Dunder, como avaliação para obtenção de média da terceira unidade.

GUILHERME HENRIQUE CAVALCANTE é escritor, autor da novela “A Imagem do Cão”, cursa letras na UFRN.

Um sertão em silêncio

Oswaldo Lamartine

Ângela Almeida



Eu tenho amalhado muito pouca experiência para falar sobre Oswaldo Lamartine. Li algumas de suas obras, porém, minha passagem pelos seus escritos sempre foram mais como pesquisadora do assunto sertão. De toda forma chegamos a nos conhecer.

Fico assim, mais à vontade de falar a partir de minhas impressões, de coisas aparentemente simples da vida, dos fragmentos de pouca convivência com ele, ou até mesmo as sombras dos rastros imaginados por mim.

Oswaldo Lamartine me parecia um homem completamente astucioso (no bom sentido), determinado, inteligente, intelectual como é comprovado pela própria obra e por seus estudiosos.

De toda forma, foi através de uma amiga em comum que nos aproximamos. Foi-se construindo assim uma amizade com laços de fragilidade, porém, ao mesmo tempo resistentes.

Ele conhecia algumas histórias de valentia e esquisitice de meu bisavô que corria sertão adentro. Um dia, ele me entregou por escrito uma dessas histórias e lembrava de um fato acontecido com ele (Oswaldo) que chegou a lamber a orelha de um defunto que foi entregue numa caixa ao seu pai por alguém da família do meu avô, como prova de uma vingança. Ele, curioso, foi testar do que se tratava e terminou lambendo a orelha de um morto. Se isso é verdade, só os mortos sabem.

Em seus últimos tempos de vida, parecia que vinha travando uma luta com a atualidade do mundo que vivia. Recusava insistentemente alguns hábitos e o uso ou funções das novas tecnologias. Passou assim a viver envolvido em memórias de um sertão arcaico, que ele mesmo denominava de “sertão de nunca-mais”. Intrigou-se com a velhice e astutamente se colocou à espreita, observando-a, acredito que não gostava de fazer parte dela. Talvez por isso adiantou sua ida, já cansado desse mundo que já não sentia seu e, como um sertanejo valente, deu cabo da dor.

Na cartografia de sua paixão pelo sertão estavam alguns assuntos mais recorrentes, por exemplo: as facas. Numa tarde, por telefone, ele me fez longa descrição sobre elas, não só como um pesquisador mas também como um apaixonado que fala sobre seu objeto de admiração e amor. Chegou a falar de uma faca que ele manuseou e que pertenceu ao meu bisavô e que estava incluída em um de seus livros.

Tinha também uma admiração pelos ferros de marcar gado, uma admiração estética e chegou a me sugerir que eu criasse trabalhos plásticos a partir dessas marcas. Curioso é que nesse dia ele terminou esse papo com a mesma expressão que depois eu a encontrei no livro “Em Alpendres d’Acauã”(2001-p 24), quando ele cita: “... essas figuras eu espio derna que me entendo de gente”.

Senti assim que a sua escrita e fala muitas vezes caminhavam juntas.

Nesse período, por intermédio dele, recebi de presente um livro maravilhoso, de autoria do seu amigo Virgílio Maia: “Rudes Brasões-Ferro e Fogo das Marcas Avoengas”(2004). Ele (o autor),

casado com a artista plástica Socorro Torquato (carinhosamente chamada por Côca), que desenvolve trabalhos com a cerâmica a partir de traços da pintura rupestre e o universo da heráldica. Os dois casais, Virgílio e Côca, Oswaldo e Natércia, a sua namorada na época, foram amigos. Natércia organizou o livro “Em alpendres d’Acauã – Conversas com Oswaldo Lamartine de Faria – 2001”. Ela, uma cearense envolvida com literatura e que morreu bem antes dele.

Prometi a ele que ia pensar sobre o projeto estético com os ferros de marcar gado. Entretanto, como ele mesmo dizia que eu não cumpria nenhuma promessa que fazia, estou mesmo até hoje adiando tal projeto. Ou ainda não amadureceu o suficiente para brotar como arte.

Oswaldo, quando o conheci, era fisicamente um homem frágil e muito magro, que murmurava já com dificuldade as palavras (tinha passado por uma cirurgia na cabeça), porém, tinha olhos extraordinariamente brilhantes e vivos.

Um dia, após conversarmos sobre livros, ele me entregou uma cópia digitada da “Carta da Seca” (2006) e me pediu para editar e cuidar esteticamente do livro. Sugeriu uma parceria com uma amiga em comum, já experiente para tal empreitada. Ele logo concordou. Os meses foram passando, minha amiga me enrolando e eu enrolando ele. No final, ela confessou que não ia fazer o trabalho. Peço, assim, a intermediação de outra amiga para contar a ele o desfecho. Ele xingou até a minha última geração e ficou prontamente, como diz o ditado popular, “de mal comigo”. Carreguei essa culpa. No entanto, depois fui perdoada. E ele entregou o livro a um editor da cidade.

No dia do lançamento do livro, ele escreveu carinhosamente no meu exemplar uma dedicatória que dizia assim: “Angela, A história e o assunto deste livro (de 1877), nós dois sabemos. Hoje, neste 2006, assino em nome dele (Targino)”.

Oswaldo, conhecia e admirava a produção de um livro, os cuidados com a programação visual, a impressão, a costura etc. Infelizmente, o destino não lhe deu o prazer de ver seus livros bem editados, como ele mesmo sonhou. Seus livros esteticamente (como objetos) tendem a ser mais brochuras.



Oswaldo havia resolvido morar sozinho, não sei os motivos, nossa amizade não tinha esse grau de intimidade. De toda forma, mesmo na correria do dia a dia, vinha, vez por outra, a lembrança e a vontade de visitá-lo, porém, ele já estava bastante fragilizado e eu sentia medo de incomodá-lo.

Mesmo assim, um dia fui visitá-lo. O apartamento era minúsculo e ele se apoiou no parapeito da varanda, curvando o corpo, apontou para além do rio Potengi e falou:

” ...daqui eu vejo quando está chovendo no sertão”.

Aquela espécie de murmúrio me doeu no peito. Um sertão que ele tanto amava e agora era apenas sonhado a distância, a partir de um espaço reduzido e fechado de um quarto de hotel. De lá, não só imaginava e via seu sertão como também tangenciava o mundo que acreditava não ser mais seu. Provavelmente, daquele mesmo lugar, ele mirou pela última vez o seu sertão, já silenciado e sem chuva (já era março de 2007).

A notícia de sua ida (desejo dele), como não haveria de ser, se estabelece em nós como paragens tão frias quanto o limiar de um fio da navalha ou o estopim de uma bala, nos polarizando entre a vida e o mundo da morte.

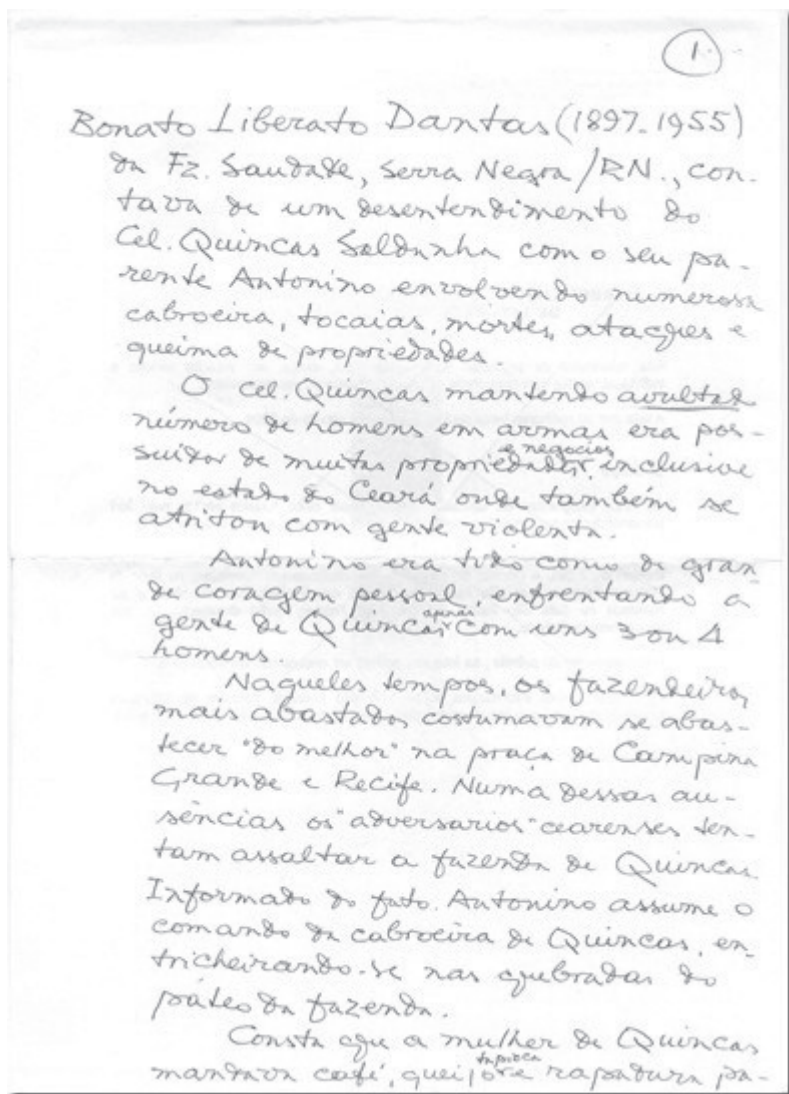
Referências:

Pereira, Targino P.- Carta da Seca/ organização e notas: Oswaldo Lamartine de Faria. Sebo Vermelho- Fundação Guimarães Duque- Fundação Vingt-Um Rosado. Natal- 2006.

Conversas com Oswaldo Lamartine de Faria / Natércia Campos (organizadora). – Fortaleza: Imprensa Universitária/ UFC- Natal: Fundação José Augusto, 2001.

Maia, Virgílio – Rudes brasões: ferro e fogo das marcas avoengas / Virgílio Maia. – 2ed.- Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

História escrita por Oswaldo sobre meu avô Antonino.



(2)

na eles e Antonino recusava

- Volta, que não como do fogão do Gato Ruivo (assim ele se referia a Quincas).

Com o regresso de Quincas, este reassume o comando dos seus homens, afirmando Antonino

- Tome conta da sua gente, vigie o que é seu porque eles eram de fora, dentro sangue! Mas a nossa presença continua... (x)

(x) P.S. As palavras podem não ser exatamente estas. Foi conversa ouvida nas eras de 40!...

ANGELA ALMEIDA é doutora em Ciências Sociais (UFRN), artista plástica, pesquisadora na área de artes plásticas, fotografia, estética e comunicação.

Alex Nascimento, 35 anos de literatura

Thiago Gonzaga

...Substituo o café por uma garrafa de whisky, sem gelo, e saio pronto para enfrentar o mundo. Como é belo enfrentar o mundo ! O carro não pega e eu convoco o pessoal da rua para empurrar. Como a galera é grande, aproveito e faço um comício.

Alex Nascimento

Para o ensaísta e crítico literário Afrânio Coutinho, em “Notas de teoria literária”, a Literatura, como toda arte, é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa, então, a viver autônoma, independente do autor e da experiência de onde proveio. O artista literário cria e recria um mundo de verdades que não são mensuráveis pelos mesmos padrões das verdades factuais.

Abordamos o assunto tendo em vista, de modo especial, a obra literária de Alex Nascimento. Em 1981, há precisamente trinta e cinco anos, começava a escrever o seu primeiro livro, “Recomendações a Todos”, publicado no ano seguinte. Alex Nascimento é um dos maiores talentos que a nossa literatura revelou ao Brasil. “Recomendações a Todos” foi suficiente para colocar imediatamente o escritor, nascido no bairro do Alecrim, entre nossos melhores produtores.

Espécie de romance em forma de crônicas (ou seria ao contrário?), o livro teve sucesso instantâneo, na verdade, um fenômeno local, como anotou o jornalista Woden Madruga em sua coluna na Tribuna do Norte, do mesmo ano. Conforme nos relata o escritor e pesquisador Tarcísio Gurgel, em sua obra “Informação da Literatura Potiguar” (2001), “Recomendações a Todos” foi o maior



acontecimento editorial da cidade, superando, na noite de autógrafos, lançamentos como o de Jorge Amado, que tinha vindo a Natal para lançar “Tieta do Agreste” e o de Henfil, com “Cartas da Mãe”. Cerca de quinhentos exemplares vendidos na noite de autógrafos, o que fez imediatamente o editor Francisco Alves preparar uma segunda edição.

O escritor e pesquisador Manoel Onofre Jr relata na obra “Ficcionistas Potiguares” (2010), que os capítulos do “Recomendações a Todos” podem ser lidos fora da ordem em que se apresentam, sem que com isto o leitor perca a compreensão. Na opinião dele, o livro de Alex Nascimento, seria um romance desmontável, sob outros aspectos muito mais próximo da crônica do que do romance. Mas, ressalta que pouco importa a definição do gênero, o que importa é constatar a qualidade do texto literário de Alex Nascimento. É ainda afirma que poucos no Brasil atual sabem colocar humor em função da crítica social, com tanta irreverência.

Repassado de muito humor e ironia, “Recomendações a Todos” tornou-se um clássico da nossa literatura; em seguida, o escritor continuou escrevendo, sobretudo crônicas em jornais, inclusive no Pasquim, espécie de jornal “contra-cultura”, que fez grande sucesso de meados dos anos 60 até início dos 90.

Passados dois anos da sua estreia, Alex Nascimento, surge com “Quarta Feira de um País de Cinzas” (1984). O escritor continua com a mesma qualidade da obra inicial. O livro não teve, na mídia, o mesmo impacto do primeiro, mas, acreditamos que a qualidade seja tão boa ou quiçá melhor, num texto que se aproxima muito do gênero crônica.

Firmado na prosa, Alex Nascimento publica no início da década de noventa, “Alma Minha Gentil” (1992), esse que talvez seja o livro de sonetos mais bonito e bem trabalhado, nascido em solo potiguar. Não deixa nada a desejar, se comparado, por exemplo, a “Rosa de Pedra” de Zila Mamede. Caso duvide, caro leitor, o desafio a ler a obra, que é rica em figuras de linguagem, intertextualidades e outros recursos linguísticos. “Alma Minha Gentil” é um daqueles livros de que nos orgulhamos por ser da nossa terra, obra máxima do autor, que se quisesse não precisaria publicar mais nada. Como

bem afirma o poeta, crítico e pesquisador Assis Brasil, o autor tem “um forte domínio técnico do chamado soneto inglês”:

Abaixo um soneto do livro “Alma Minha Gentil”

O amor é uma cura sem doença,
É um landau vermelho sem pneu,
É uma face oculta em camafeu,
É um rezar de tanto não ter crença.
É nunca perceber a diferença,
É ser cristão contra um leão orfeu,
É não cair diante da sentença,
É não lembrar de quem nunca esqueceu.
É tanger os limites da conduta,
É confundir plateia e direção,
É coquetel de vinho com cicuta,
É ser original e imitação.
Patogênico amor que bem disputa
Pau a pau com o enfarte o coração.

Para Constância Lima Duarte e Diva Cunha, em “Literatura do Rio Grande do Norte, antologia” (2001), Alex Nascimento possui uma prosa fragmentária e pós-moderna, e o seu livro de sonetos, atesta a sua cuidadosa leitura de Camões. Além disto, destacam as pesquisadoras, a ironia ágil e desconstrutora dos textos do autor que segundo elas introduz uma nota originalíssima no conjunto da literatura potiguar.

Alex Nascimento, que cursou Engenharia Civil e trabalhou durante vários anos como servidor público estadual, publicou, também, “A Última Estação” (1998), “Almas de Rapina” (2001), “O

Amor e Outras Mentiras” (2005) e mais recentemente “Um Beijo e Tchau” (2015), obras igualmente notáveis, as quais voltaremos oportunamente a enfocar.

THIAGO GONZAGA é pesquisador, especialista em literatura potiguar pela UFRN e mestrando em literatura comparada pela mesma universidade.

Francisco Fausto:

ensaísta e memorialista

Francisco Martins

Francisco Fausto herdou do avô homônimo o dom de escrever bem, diz Diogenes da Cunha Lima. Pena que tenha nos deixado tão pouco, sua obra impressa consta de dois livros: “O vinho negro da paixão” (1998) e “Viva Getúlio – as areias brancas da memória” (2004).

No primeiro, o autor trata, nos capítulos, iniciais sobre a história da libertação dos escravos em Mossoró, luta que teve seu ápice em 30 de setembro de 1883, depois segue sua reflexão, sempre fazendo referências a outros escritores, fruto de suas leituras, sobre o racismo. Sobre isso assim escreveu o poeta Luís Carlos Guimarães: “Partindo do viés da situação da sua cidade, em nosso Estado, chega às suas origens no tempo e no mundo”. O livro tem ilustrações de Dorian Gray e possui 61 páginas.

No segundo livro, bem mais extenso, 550 páginas, Francisco Fausto dá-se ao leitor com a coragem de um filho que pula da mesa aos braços do pai. “Este livro, pois não é a minha vida; não pretendo escrever autobiografia nem memórias; ele é a minha alma” (MEDEIROS, 2004, p. 19). É bom lembrar que o título do livro é uma lembrança do autor que em sua infância ouvia o papagaio de dona Ercília, em Areia Branca, gritar “Viva Getúlio”.

Somente homens extremamente sensíveis têm a capacidade de abrir a alma, e agindo assim, o escritor Francisco Fausto nos leva a conhecer a sua infância, juventude e fase adulta. Lê-lo será não apenas conhecer sua vida até 1998, data em que terminou o livro, mas também saber o quanto ele era leitor. “Viva Getúlio” está repleto de intertextualidade, com frequência vamos encontrar textos de poetas e prosadores, esses amigos que habitam as estantes da sua biblioteca, com quem ele tanto conversava.



Francisco Fausto foi membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, sendo o quinto ocupante da cadeira 15, que tem como patrono Pedro Velho, como fundador Sebastião Fernandes e na sucessão Antonio Pinto de Medeiros (eleito e depois renunciou); Eloy de Souza e Umberto Peregrino. Francisco Fausto teve sua eleição em 14 de dezembro de 2004, tomou posse em 27 de abril de 2006. No Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte tomou posse em 31 de agosto de 2004 , com mandado até 2010 e foi reconduzido em 24 de agosto daquele ano, em seu segundo mandato, com prazo final em 24 de agosto do corrente ano.

Partiu o homem que afirmou: Não, não vivi a vida como ela teria sido: inventei a vida. Ficou a obra, que tenha alcançado seu desejo: “ Lá, na mansão dos mortos, onde revendo na serenidade da paz os meus entes mais queridos, espero ver ao lado deles a face de Deus” (Idem, p. 550)

Natal-RN, 1 de agosto 2016

MEDEIROS, Francisco Fausto Paula de. **Viva Getúlio – As areias brancas da memória.** Rio de Janeiro: Lidador, 2004

FRANCISCO MARTINS é escritor e poeta, autor de “Contos da Nossa Terra”, “Degustando Poesia”, “Crônicas Sensoriais”, “Seis Faces do Encanto” e outros livros.





CRÔNICAS



O bobo é sábio

Diogenes da Cunha Lima

Chame JPS! Então, vocês não conhecem Jota Pê Esse? Foi pergunta que ninguém sabia responder ao Governador. José Augusto Bezerra de Medeiros (1884 – 1971), educador pela palavra e pelo exemplo, bem-humorado, gostava de colocar apelidos que acrescentassem qualidade positiva. O apelidado era feio, manco, rezador, dizia piadas e verdades irônicas ou sarcásticas que desagradavam. Os seus desafetos diziam ser “Piolho de Político”. João Pedro da Silva (JPS), logo passou a ser o confidente preferido do dirigente máximo do Estado. Seria uma versão potiguar dos bobos da corte.

A sabedoria popular identifica o “sabido com cara de bobo”, designando o esperto, simulador, não o sábio.

Os bobos eram profissionais do riso, faziam mímicas, trejeitos, cambalhotas, truques. Eram mestres da ironia, das revelações sutis e tinham o privilégio de serem verdadeiros amigos do rei. O bobo mais famoso da história viveu nos reinados de Luís XII e de Francisco I (1494-1547), o rei, que implantou o absolutismo na França e que estabeleceu a língua oficial do País. O bobo que entrou para a História foi Triboulet. Ele fez jus ao significado latino do seu nome *atormentar ou agitar*. Com estilo ilimitável, confrontava todos os poderosos, inclusive o seu Mestre real a quem chamava de “primo”. Apontava vícios e fazia rir.

Na Idade Média e até no Renascimento, os bobos da corte divertiram os reis. As suas vestes multicoloridas, decoradas com sininhos, pareciam aos curingas do baralho. Com seus risíveis chapéus e bastão faziam paródia cômica da coroa e dos cetros reais. O prestígio desses personagens chegou a ponto de aparecerem em pinturas de Velasquez e de Bruegel, na literatura de um Musset, de Victor Hugo, com Alexandre Herculano foi tema de um romance histórico e Edgar Allan Poe descreveu-o com tons trágicos, em ópera de Verdi.

O rei da França e Triboulet eram como se fossem uma única pessoa, andavam juntos na mais absoluta intimidade. O bobo atuava com humor e inteligência. Tinha imunidade para a crítica e atos injuriosos. Uma vez,

chegou a lançar um fidalgo distraído dentro do rio. Em consequência, o injuriado afirmou que iria lhe tirar o couro. Ameaçado, o bobo pede a proteção do rei que lhe promete: “Se ele te fizer mal, *quinze minutos depois* ele será enforcado” e Triboulet, diz: “Primo, não poderia mandar enforcá-lo *quinze minutos antes?*”. Uma única coisa o rei lhe proibiu: fazer graça à rainha. Certo dia, o rei entra nos aposentos, surpreende a consorte sorrindo com as tiradas de Triboulet. Não valeu a desculpa: “Sinto muito, é que eu não o reconheci, confundi a rainha com vossa Majestade.” A consequência foi a imediata condenação do engraçado à morte. O povo pediu clemência ao Rei, Francisco I foi visitar o prisioneiro e concedeu que escolhesse a forma de sua morte. O bobo assegura-se de que palavra de Rei não volta atrás, e depois intenta com novo tratamento respeitoso: “Majestade, eu quero morrer de velho”. E assim foi.

Nas peças de Shakespeare, o bobo é presença frequente. Está em Otelo, A Noite dos Reis, Timão de Atenas. Entretanto, é de o Rei Lear o personagem mais expressivo. Com bom senso e sabedoria, improvisando poemas, o bobo funciona como uma espécie de alter ego do rei, um espelho que reflete com exatidão crítica. Tempos passados, lembrei-me de contar esta tragédia a um cliente rico que me procurara para que o orientasse na doação de todo o seu patrimônio aos três filhos. Ele sentia-se velho e *não precisava mais de nada*. Tentei persuadi-lo a não fazer, dizendo que era o fruto do trabalho, de toda sua vida, que ele poderia precisar do seu patrimônio, ou dar uma outra destinação. Não adiantou. Então, relatei o destino do rei Lear que transmitiu os seus reinos às duas filhas bajuladoras. Logo, dele retiraram tudo, o cetro, os serviços, as honras, a coragem, o juízo. Traído e expulso, sob tempestade o rei se confessa “escravo, pobre, enfermo, fraco e desesperado”, e ainda sofre pelo bobo que lhe era único solidário. O bobo lhe disse: “Tú não devias ter ficado velho antes de ter ficado sábio.” Arrematei a história ao meu cliente-amigo, dizendo-lhe que eu não era tão sábio para ser o seu bobo, mas o aconselhava que fizesse apenas um testamento. Shakespeare ajudou-me a convencer o cliente.

Os bobos da corte sobrevivem como clowns e palhaços de hoje em dia. E como estes não são bobos.

DIÓGENES DA CUNHA LIMA é poeta, escritor e advogado, autor de “Os Pássaros da Memória”, “Câmara Cascudo – Um Brasileiro Feliz” e outros livros. Presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, ex-reitor da UFRN e ex-presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Fausto*

Vicente Serejo

Convivi alguns anos com o ministro Francisco Fausto nas reuniões semanais, às terças-feiras, do Conselho Estadual de Cultura. Falava pouco. Interferia nas horas indispensáveis, quando chamado a opinar. Nem por isso, deixei de admirar a solidez de sua cultura geral, e de gostar de sua conversa elegante e bem humorada. Era nosso maior memorialista, um dos mais belos textos desta província. E parecia ter escrito suas memórias só para salvar as saudades do grande naufrágio no mar do silêncio.

Quando se aposentou como ministro do Tribunal Superior do Trabalho queria voltar a viver em Natal, seus verões diante do mar de Pirangi. Nem um escritório de advocacia montado ao lado de sua casa despertou o entusiasmo. Para aceitar se candidatar a uma cadeira na Academia de Letras foi preciso que Diógenes da Cunha Lima insistisse. Para vencê-lo, combinamos uma notícia aqui, na coluna, como um fato consumado. E sua nomeação para o Conselho de Cultura saiu quase à revelia.

Fausto gostava do mar. Nasceu em Areia Branca e, por isso, carregava seu mar aonde fosse. Uma vez, lhe falei sobre o grande ensaio, um clássico, 'O Território do Vazio', de Alain Corbin, traduzido e publicado no Brasil pela Companhia das Letras, hoje um livro raro e caro no mercado de livros esgotados. Corbin olha o mar como uma ausência da paisagem. Consegui um exemplar - ainda estava à venda - ele leu, gostou muito, e comentou, lavando as palavras com aquele seu riso discreto.

Fausto, poucos sabem, deixa o gesto de uma grande herança. Estava presidindo o TST, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, quando é informado que havia numa gaveta de Brasília uma proposta de extinção da Justiça do Trabalho. Não lembro se disse o nome do autor. Mas a proposta estava nas mãos do então chefe da Casa Civil, o hoje senador Aluizio Nunes. Num encontro casual com o presidente, Fausto revelou a preocupação e as consequências que a decisão poderia provocar.

FHC ouviu atentamente. Fausto argumentou que num país de desigualdades tão profundas, extinguir a Justiça do Trabalho e destinar as suas decisões à Justiça comum, seria contribuir para o desequilíbrio na arbitragem entre fortes e fracos. Era deixar na orfanade aqueles que buscam na justiça especializada a garantia dos seus direitos. O presidente chamou Aluizio Nunes, indagou sobre a proposta e garantiu a Fausto: no seu governo a extinção da Justiça do Trabalho não sairia da gaveta.

Talvez - deve ser coisa de cronista lírico - Fausto, neto de historiador e um jurista cerebral - guardasse nos olhos e na própria alma aquele mistério do encantamento. Aquele olhar luxuosamente belo e amoroso sobre as coisas da vida que faz da retórica a arte e o engenho dos homens de espírito. Sem eles, no seu encanto, tenho impressão, o mundo seria pobremente comum. Porque Fausto sabia ouvir a beleza dos sinos quando derramam o sinal de Deus sobre o telhado das aldeias distantes...

*Publicada originalmente no Novo Jornal, edição de 02.08.2016

VICENTE SEREJO é jornalista, escritor e professor, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Autor de “Cena Urbana”, “Cartas da Redinha” e “Canção da Noite Lilás”.



O jargão jurídico

Armando Negreiros

Um dos pontos mais importantes para se compreender bem um idioma é o estudo dos prefixos e sufixos greco-latinos. A lista é imensa, mas vale a pena se dedicar ao assunto, pois, a partir daí, podemos deduzir o significado de diversas palavras com as quais nunca havíamos nos deparado antes. Há também os prefixos e sufixos franceses, ingleses, portugueses, africanos, árabes, etc.

Ao iniciar a faculdade de Direito, passei a anotar algumas palavras com significados totalmente diferentes daqueles aos quais estava habituado. A palavra **exceção**, por exemplo, em vez de ser simplesmente *aquilo que se exclui da regra*, significa *forma e meio de defesa* (Código Civil, Art. 281. *O devedor demandado pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais e as comuns a todos; não lhe aproveitando as exceções pessoais a outro co-devedor*).

E aqui vai uma história verdadeira para ilustrar a hermenêutica. Um funcionário, que viajava a serviço da sua empresa, na hora do almoço solicitou uma cerveja. Advertido por uma colega, que já conhecia a sua sovínice, de que bebidas alcoólicas não estavam incluídas, ele rebateu mostrando as regras: “Refeições e bebidas incluídas, exceto bebidas alcoólicas”. Vitorioso, argumentou:

- Está vendo? Bebida alcoólica pode. *Exceto*, quer dizer que pode. Quando você vê no trânsito uma placa dizendo que é proibido entrar à esquerda, *exceto* ônibus, significa que ônibus pode. Assim, *exceto* bebidas alcoólicas, quer dizer que é permitido.

Entendia por **tradição** a transmissão de valores através de gerações; o conhecimento ou prática resultante de transmissão oral ou de hábitos. No Direito significa *ato de entrega real ou ficta da coisa que é objeto de contrato*.

A palavra **preparo** é rica em significados: arte de preparar, de aparelhar; o conjunto das providências capazes de determinar as melhores condições possíveis para a realização dum empreendimento;

conjunto de condições físicas adquiridas por treinamento, e que se exigem de um atleta; pode até, no popular, se referir à castração de animais. No Direito é o *pagamento das custas dentro dos prazos fixados em lei*.

Exigível é aquilo que pode ou deve ser exigido. Mas, no Direito, quer dizer que já venceu: *diz-se da obrigação que, vencida e não prescrita, pode ser reclamada imediatamente em juízo*.

Conhecer do recurso é admiti-lo: *acolher o juiz uma causa por considerar-se competente para julgá-la*. Para nós, mortais, conhecer é ter noção, conhecimento, informação, de; saber; ser muito versado em; conhecer bem.

Repetir foi a que mais me impressionou. Além do sentido que conhecemos: tornar a dizer ou escrever; repisar; tornar a fazer, a usar, a executar; reproduzir (sons, imagens); cursar pela segunda vez. É utilizada no Direito como *devolver (coisa ou dinheiro); restituir*. (Art. 882 do CC: Não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível. Art. 883: Não terá direito à repetição aquele que deu alguma coisa para obter fim ilícito, imoral ou proibido por lei). Pelo jeito deriva de *petire* – pedir e *re* – repetição, ou seja, pedir novamente, pedir de volta, pedir em devolução.

Denunciar, todos conhecemos como fazer ou dar denúncia de; acusar, delatar; dar a conhecer; revelar, divulgar; publicar, proclamar, anunciar; dar a perceber; evidenciar. Do ponto de vista jurídico temos duas definições. Uma, com o mesmo significado anterior que é *oferecer denúncia contra (alguém)*. E outra que, para alguns pode ser uma novidade: *promover a denúncia de; declarar findo*. Destarte, **denunciar** um contrato é declará-lo findo.

Outra palavra curiosíssima é **prescrição**. Em medicina é sinônimo de receita. Normalmente é utilizada como ato ou efeito de prescrever; ordem expressa e formal; norma, preceito, regra; indicação exata; determinação, ordem. Do ponto de vista jurídico é ***perda da ação atribuída a um direito, que fica assim juridicamente desprotegido, em consequência do não uso dela durante determinado tempo***. Diferencia-se da **decadência**, entre outras coisas, por esta ser a **extinção de um Direito**. A prescrição é a maneira pela qual se extingue a

punibilidade do autor de um crime ou contravenção, por não haver o Estado exercido contra ele no tempo legal o seu direito de ação, ou por não ter efetivado a condenação que lhe impôs. Vem do latim *praescriptione*, que quer dizer pré-escrito, escrito antes.

A lista é grande e continuaremos posteriormente para não cansar os leitores. Aceitamos colaboração.

ARMANDO NEGREIROS é médico e escritor, autor de “Na Companhia dos Imortais”, “A Folga da Dobra” e outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Valeu a pena, a alma não foi pequena

Valério Mesquita

Semana passada fui me reencontrar com os meus pais em Macaíba. Não, apenas, no velho cemitério de São Miguel na praça da Saudade. Mas, principalmente, na residência antiga da rua Francisco da Cruz, 39, hoje, Casa da Cultura “Nair de Andrade Mesquita”. Visitei-a com os meus filhos. Naquela manhã, constatei que o passado não morre. Ele persiste em cada ambiente, em pessoas que reví e ruas que cruzei. Os seus netos não o conheceram em vida. Enquanto visitavam os compartimentos, quedei-me em reflexões sobre a vida pública, percebi que guerreiros são pessoas tão fortes, quanto frágeis. Com toda carga política do seu tempo sobre os ombros, no fundo do peito era um menino nos momentos de remanso e de turbulência. O sonho perfeito que sonhou para Macaíba consubstanciou-se, certa vez, no amor que dedicou a uma ave presenteada por amigo e que passou a criá-la ali no jardim.

Era uma asa branca que obedecia a sua voz. Inexprimível emoção sentia ao chamá-la, sentado na sala de visita para lhe oferecer alpiste. Longe de ser um fato superficial, aquilo se revestia na busca do silêncio e da serenidade. Nada além do que desejava sentir e sofrer. O pequeno animal lhe arrancava uma luz especial que refletia sobre o homem político que enfrentava lá fora o imensurável e o irracional. Alimentá-la e acariciá-la significavam a gratuidade e a correspondência confortadora de gestos que não achava, algumas vezes, no trato político com os humanos.

Numa tarde que caía devagar, voltava de sua granja nos arredores de Macaíba. A pé, cigarro na boca (que tanto lhe fez mal), deparou-se no jardim com a tragédia devastadora e o rigor do susto: a asa branca despedaçada, jazia no pedestal da estátua Minerva. Um gato cruel e sorrateiro fora o protagonista do “avicídio”. Essa dor, despontou como uma ferida desaguando no sofrimento que definiu nele – contraditoriamente - a beleza do seu sentimento.

Deduzi naquela manhã de novembro, que um guerreiro também chora. De outra feita, na última batalha que travou, enfrentando



o poder e a riqueza dos adversários, mas, sem dinheiro e sem bens para custear a campanha, foi visto chorando no quintal da casa de um comadre gravemente enfermo. Alfredo Mesquita havia constatado que não dispunha de recursos para salvá-lo. Manoel Dantas de Medeiros e Pedro Luiz de Araújo (ainda vivos), testemunharam aquele momento insuportável de aflição e indignação. Quero afirmar que a tristeza da vida pública de qualquer um não termina com a morte ou com o pretenso fracasso eleitoral. A síntese da vida que prevalece é a dimensão do amor à terra e as imagens nítidas que não se esgotam, tanto nos relatos das vozes que ecoam, como nos olhos úmidos das revelações repentinas. Dele nos sobrou o exemplo. O empobrecimento paulatino de sabê-lo livre e isento. Modelo que muitos não conseguiram no universo político de escolhas: a capacidade de ser honesto.

Por isso, sobre ele, ousou afirmar, que apesar de tudo, doou-se para ser feliz. A firmeza do seu temperamento e das atitudes assumidas, muitas vezes, ocasionaram-lhe danos e perdas políticas e patrimoniais. Viveu mais na oposição do que na situação. Em 1950, para o governo do estado ficou com Manoel Varela que perdeu para Dix-Sept; em 1955 apoiou Jocelyn Vilar derrotado por Dinarte Mariz; em 1960 acompanhou Djalma Marinho vencido por Aluizio; e em 1965, permaneceu com Dinarte suplantado por Walfredo Gurgel. São raríssimos no Rio Grande do Norte os políticos que tiveram a coragem imutável de sobreviver a tantas adversidades políticas. O sofrimento, sangrava mas não se curvava ao governo. O sonho mais que perfeito foi Macaíba. Nasceu, viveu e está sepultado lá, ao lado de sua companheira de toda a vida Nair de Andrade Mesquita, no túmulo dos seus pais, com os irmãos Paulo Mesquita e Amélia Násia Mesquita Meira, além do filho Carlos Mesquita. “Tudo vale a pena quando a alma não é pequena”. A frase de Fernando Pessoa imprime não a lápide fria no campo dos mortos mas a memória viva da história política de Macaíba construída com grandeza de caráter. Dia 23 de maio, assinala o seu nascimento. Por isso o relembro no tempo e no espaço, onde hoje residiu. Homenagem aos aniversários de Alfredo Mesquita Filho e Nair de Andrade Mesquita, ambos no mês de maio.

VALÉRIO MESQUITA é escritor, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e Ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Autor de “Notas de Ofício”, “Poucas e Boas” e outros livros.

31 de março

Paulo Caldas Neto

Quinta-feira. Meu derradeiro dia. Hora de voltar para Natal depois de mais uma semana de trabalho na Instituição de Ensino a que estou vinculado. Minha ansiedade de costume não me deixa sossegar um só segundo, não gosto de esperar. O moço do carro de lotação chegará daqui a duas horas. Precisa levar no máximo quatro passageiros para assegurar o pão de cada dia, porém, acho que ele demorará hoje, porque tivemos uma discussão política acalorada num momento anterior, e desconfio de alguma retaliação. Antes fosse. É comum essa demora, mas tantos cinco anos viajando a serviço já estão me esgotando. Ainda bem que é meu último dia no câmpus de locação atual, pois, no mês seguinte, remanejar-me-ei para outro município que integra a região metropolitana de Natal, em que há também um câmpus da referida instituição, facilitando e tornando menos penosos os deslocamentos semanais.

Nesta data, faço anos. Apesar de terem colocado na parede da sala dos servidores um aviso sobre os aniversariantes do mês, ninguém tomou a iniciativa de desejar-me votos de felicidade a não ser uma aluna minha. Normal, se for esquecimento. Como não tenho contato com todos os servidores administrativos e docentes, e até aqueles com quem eu tenho um leve contato estavam ocupados com o fechamento de diários e notas, relevei; até eu mesmo já perdi a memória, na atribuição do dia a dia, passando em branco datas a serem comemoradas. Além disso, outro fato havia roubado o “brilho” (mais adiante, leitor, você entenderá o porquê das aspas na palavra) do dia: o partidarismo. Infelizmente, ele está presente até mesmo nas instituições de ensino, maculando a essência delas, desviando-as de seu verdadeiro compromisso que é ensinar, pesquisar e estender o aprendizado para a prática cotidiana, sem ferir a liberdade de pensamento, opinião ou informação. Promove-se, assim, doutrinação ideológico-partidária. Nunca apoiei essa atitude a qual considero antidemocrática e ditatorial. Um exemplo como esse, por parte de educadores, conduz a

imagem de que a Educação Brasileira não possui como parâmetro a Constituição Federal, nem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que não especificam em seu texto a obrigatoriedade do posicionamento político-partidário, o que é vergonhoso e merece uma profunda reflexão, uma vez que, ao se trabalhar com adolescentes, por exemplo, seres ainda em processo de maturação crítica, faz-se necessário um discurso neutro, imparcial em sala de aula. E não venham dizer que neutralidade é sinônimo de estagnação, os dicionários da língua portuguesa estão aí para não me desmentirem. Desde quando cultivar a imparcialidade é o mesmo que sucumbir ações?! Antes, trata-se de se ser justo, não se deixando levar por tendências na hora de se julgar. Acusam parlamentares, chefes de Estado de “rasgarem” a Carta Magna, no entanto, fazem igual.

Dói bastante tudo isso. Não deveria ser assim, porém, eis o Brasil. Os erros estão em nós mesmos. As distorções só os massificam. Por isso, merecemos os governantes que temos. Por isso, merecemos o nosso passado, o nosso presente, o nosso futuro. Há quem pense que essa visão é pessimista e pouco progressista, porque a nação melhorou na última década. Contudo, não estamos mais em tempo de confundirmos otimismo com sonho; chega o momento de enfrentarmos os nossos medos. O Brasil passa por um período de sua história em que se clama justiça, e que a política se renove. A questão é que nunca vi tanta divisão político-partidária, tanta guerra ideológica, tanto egoísmo, tanta baixeza por se acreditar numa causa já gasta e perdida. Aliada a essa questão, uma crise ética e moral, a qual, a meu ver, é a que mais pesa. Eu sou muito sensível. Não sinto vergonha alguma de expor as minhas ideias, os meus sentimentos, muito embora hoje em dia até uma desenfreada inversão de valores morais tente provar que o certo é fazer o errado. Qual a lógica? Sabe-se que o certo e o errado são conceitos relativos quando colocados em prática, mas uma relação entre ambos não existe, nunca existiu.

Hoje, as minhas convicções histórico-políticas não são mais as mesmas, e o sentimento de repulsa a uma data como a das minhas primaveras principiou, em parte, a sedimentar-se em mim. Eu já não sentia tanta veemência por festejar mais um ano de vida, porque já não sou mais criança, e o caráter lúdico há muito me deixou para eu ainda acreditar no fulgor que ainda possa colorir o último dia do

mês de março. Para mim, é só um dia em que o tempo vem para me lembrar que eu, como todo mundo, vou morrer. É claro que também há a mudança, pois você nunca mais é quem foi. E neste ano de 2016, composto por este triste cenário sociopolítico, marcado por forte polarização social, sinto-me cada vez mais isolado por meus posicionamentos. Nunca imaginei que o Brasil chegaria a esse ponto; nunca imaginei que conhecidos e amigos fossem ligar o significado histórico desta data a qualquer tipo de movimentação golpista no país. Perdoem-me alguns, todavia, vai de encontro aos meus princípios ético-morais processar tal desvirtuamento. Estou farto de sentir vergonha de mim mesmo e daqueles em quem confiei a minha vida toda (professores, orientadores pedagógicos etc.) a formação que tenho. Fui doutrinado a pensar que a verdadeira democracia viria ao poder com o pensamento de esquerda, e a decepção foi geral. O 31 de março e o que veio depois naqueles idos de 60, 70, 80 continuam sendo alvo de deformidades, e o mais triste é que alguns se alienam diante de um governo que já deu provas de que enganou a todos com o seu populismo, travestido de desenvolvimentismo. Triste é saber que faço aniversário justo numa data histórica ainda cheia de controvérsias e de respostas que ainda não foram totalmente esclarecidas e estão lacunadas. Triste é saber o que as futuras gerações experimentarão nos bancos escolares e universitários todas elas e demorarão a tirar as suas próprias conclusões, evitando cometerem o erro que a minha geração cometeu.

Em 31 de março, pela primeira vez na vida, a sensação é de insulamento. E só não é total porque, ao chegar a Cidade do Sol, após 1h30min de viagem pela BR 406, encontro os familiares que haviam preparado um pequeno jantar de comemoração. Por outro lado, o trânsito está um caos por causa de manifestações nas ruas a favor de um governo prestes a naufragar, a menos que um milagre aconteça. Tudo é possível. O que aumenta a minha angústia é também qual será o desfecho dessa história e quando será. Desisto do trajeto e, de novo, perco uma aula de reposição de Pilates, voltando de carro para casa. Lancho qualquer coisa dos quitutes encomendados, tomo banho, visto-me com discreta elegância e, em meio à tribulação nas avenidas, pego outra vez o carro e saio para o encontro com a noiva, única pessoa a representar nesse instante o bálsamo que preciso para escapar, por

segundos, à insensatez dominante. No meio do caminho, uma pedra (com sua licença poética, Drummond!...): meu carro, adquirido há apenas dois meses, novamente me faz passar por um constrangimento numa rua estreita quando estava perto da casa da minha futura esposa. O veículo, um Fox de cor cinza platino, estancou e não quis pegar. Moradores foram solidários no auxílio a que ele recobrasse as forças do motor, e eu conseguisse seguir viagem. Deu certo depois de várias tentativas sem êxito. O aborrecimento se plantou em mim, de modo que até esse fato apagou a chama de esperança por dias melhores. Eu já tinha levado o carro três vezes à concessionária para avaliações que não foram suficientes. Minha confiança estava praticamente minguando, e eu já me encontrava no olho do furacão.

Nem uma deliciosa pizza e a companhia de Jaciane bastaram para que o eu menino renascesse em mim, mesmo que por algumas horas, o turbilhão de pensamentos e preocupações incomodavam a minha cabeça. O dia seguinte para ir pela quarta vez à concessionária prestar outra reclamação sobre o mesmo motivo; contas para fazer; o planejamento financeiro para um passeio de férias ao Litoral Norte do Estado; as economias para as despesas em meio a uma forte recessão econômica que não tem hora para passar... Os ânimos e as cobranças de todos nós que também não param de aparecer acuam um governo incompetente até para conservar-se em pé. Uma aflição generalizada como a própria corrupção que acabou ainda mais se institucionalizando domina a cena. Fomos jantar, é claro, no carro de Jaciane, e a pizza acabou consumida, sem que seu sabor merecesse uma degustação à altura. Temeroso de que o meu veículo me desse um novo trabalho para funcionar, precisei contar com a solidariedade do meu futuro sogro e da minha futura esposa, que no carro desta, condescendentes, acompanharam-me até o meu lar. Em casa, por fim, a torta de morango, encomendada, foi o que restou de um dia que ficará na história. Na minha rede social, alguns amigos e conhecidos não deixaram passar despercebida a data, mesmo, como falei antes, associando-a a falácias de que o governo, ideologicamente de esquerda, não será golpeado, numa referência descabida à queda de João Goulart (Jango) e à quebra da ordem constitucional. Uma lição aprendi ao longo desses 14 anos: o proselitismo alimenta a utopia. A minha crença agora se concentra na ânsia de que se faça a justiça, de que as pessoas acordem de uma

miragem que já desapareceu; os antigos mitos se foram para sempre. Resta-me agora o que tenho ainda para viver e sofrer, até que minhas primaveras acabem e não seja preciso o outono para regenerá-las, marcando um novo ciclo. São os votos que eu desejo a mim mesmo, lamentavelmente, num 31 de março.

PAULO CALDAS NETO Escritor e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Autor dos livros *No ventre do mundo* e *Do picadeiro ao céu: o riso no teatro de Ariano Suassuna*.



Devaneios de um anotador de poemas

Lívio Oliveira

Nas noites frias em que acordamos atordoados, observando a pintura da parede e imaginando que há afrescos antigos escondidos, tudo pode retornar à mente esgotada, de tanto se procurar explicações para os fatos da vida. Muitas vezes é preferível voltar ao sono, posto que a vigília não sabe ainda se estabelecer e guardar diferenças. O sono e o sonho ao menos nos dão a permissão para o delírio e o delito sem culpa.

Trago a senha comigo e decido o reingresso. Durmo resíduos que sobraram da incompletude do mármore esculpido. Sou estátua contida na inércia em que a aprisionou o escultor. Mesmo assim continuo o sonho interrompido e me oriento pelos sons do trompete de Chet Baker, desmancho nuvens com os dentes e a saliva que ferveu. E invento, moto-contínuo, mais um poema que remeto ao chão. Depois, recolho-o, desamasso-o, colo-o ao mural desgastado da memória e me recosto ao sofá, vencido pelo tempo etéreo e pelo sereno que se abre lá fora.

Vou reescrevendo os fragmentos que me chegam à garganta. Nada é fácil quanto aos cacos que se precisa engolir. Quanto aos sapos com dorso áspero que se arrastam na língua mordida, fico estático. É o vento que se aproxima e me diz que a hora é de silêncio. Ainda traço esboços na carteira escolar de madeira pobre. Já não vejo nela o meu nome e é estranho isso. Somente os ancestrais estão lembrados naquelas marcas, como naquelas fotos ovais e em preto e branco na penteadeira da minha mãe. Quando os homens vestiam “diagonais” de linho e as mulheres faziam pose de ausentes. Ouço esses dias assoviarem lá longe, chamado das eras partidas.

Todas as estradas percorridas amadurecem o senso de existir. Teimo, assim, em investigar outras, palmilhando cada pedaço de chão desconhecido e inóspito, chegando a mares em que empreendo navegações distraídas, sem bússolas ou outros apetrechos de segurança e direção. A direção é a vela que dá. Sigo conforme o estado dos

ventos, meus guias cantarolantes. Vou para onde não houver fim, que é o que dita a imaginação e a ponta do lápis. E chego. E não chego. E fico e pouso. E corro e voo. O salto vem após, diante do mundo todo lá embaixo, com as asas que se juntam ao meu corpo antes do início do baile em pleno ar.

Quando as palavras se amansam e deitam sobre a página, cabe retomar os olhos que vagam e lhes entregar nova tarefa. As rotas são sempre sinuosas e se estreitam e se alargam, indefinidamente. Não vale o esforço de construir calçadas para o descanso seguro. Nada é seguro, tudo é risco e esforço. É sempre intensa a luta e a dor, antes da criação, que se faz aos gritos, lancinantes urros que emergem do peito e da mente rasgados. Até o fim da página é esse o caminho único. Melhor seguir nele sem fazer todas as perguntas. As respostas aparecerão nas encruzilhadas e nas entrelinhas. É só ter coragem diante da aparição. É só seguir o ditado da velha professora ausente. É só erguer e jogar o lápis em direção à página. É só o caminho.

LÍVIO OLIVEIRA é Procurador Federal, poeta e escritor, membro do IHGRN e da UBE/RN. Autor de “Telha crua”, “Teorema da feira” e outros livros.

Um inesperado envolvimento

Elder Heronildes

Caiu-me às mãos, aliás, não me caiu pura e simplesmente às mãos, busquei – o em um sebo, local das minhas predileções para encontrar livros velhos, e às vezes até novos.

Outro dia, lá se vão tempos, procurava em Natal, aleatoriamente, como ocorre sempre, movido por um irresistível impulso de contato com livros do meu agrado ou não, pois a definição de aceitação, do sim ou do não, vem a “posteriori”, após compulsar avidamente tantos e tantos; quando me deparei com um exemplar que tinha como autor, Gustavo Corção

Por si só aquele “A Descoberta do Outro”, justificaria a aquisição do volume, que há tempos buscava para leitura.

Gustavo Corção em determinada quadra da vida nacional pontificou, juntamente com o grande escritor Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athaide) como um fervoroso líder católico, após a conversão, movida por Chesterton, e não Maritain como diriam alguns, constituindo-se, a exemplo do outro, um autêntico filósofo do cristianismo. Em que pesem as profundas divergências entre os dois, cada qual exerceu um papel digno de nota no desenvolvimento da doutrinação cristã, através de ensaios os mais ardentes, profundos e de conteúdo sociológico e político, propriamente dito.

Um pensador lúcido e corajoso que deixou gravado na consciência de todos os brasileiros o valor de um intelectual, de um romancista profundo, criativo e de um pensador respeitado e aplaudido, embora não possa esconder, honestamente, a inclinação às posições mais progressistas, mais abertas e livres de Alceu Amoroso Lima.

Não vai nisso nenhum desejo, nem de longe, de formalizar uma análise profunda, ou mesmo superficial, da obra de Corção ou de Alceu, inclusive no campo do ministério corajoso e arrojado, repita-se, do segundo, numa autêntica teologia da libertação.

Gustavo Corção surgiu de inopino, diga-se, por um detalhe. Na verdade pensava em adquirir o livro dele, mas impeliu-me a tanto e sem titubear, sem ao menos pestanejar, o fato de estar lá escrito, com a sua letra inconfundível, característica e flagrantemente personalizada, com a sua maneira de escrever o seu nome, Jaime H Dantas.

Não resisti, pois a emoção já me dominara e contagiara todo o ser. Qualquer que fosse o livro e qualquer o autor eu o compraria sem, sequer, saber o preço. Parece-me, lembro-me ainda, que o vendedor percebeu a emoção e as contrações lábio-faciais, a ponto de cobrar um valor bem acima do que seria normal. Acrescentando: “o senhor pelo visto é um grande admirador do escritor Gustavo Corção.”

Comprei o primeiro volume de “Dois Amores Duas Cidades” de Gustavo Corção, com a assinatura, como uma espécie de autógráfo, de Jaime Hipólito Dantas.

Tive a audácia de colocar, logo em cima do nome de Jaime a dedicatória, que sem dúvida ele o faria: “Para “seu” Elder, filho de seu Darico e Dona Tita, oferece Jaime H Dantas.”

Jaime gostava de me chamar, carinhosamente, de “Seu Elder”, filho de seu Darico e Dona Tita.

A audácia foi perpetrada e concluída com a maior satisfação. Senti-me bem, após o autógráfo de Jaime H Dantas.

Reporto-me ao fato porque, sem querer, remexendo em alguns livros, pus os olhos em “Dois Amores Duas Cidades”, de Gustavo Corção.

Aliás, ao contrário da gente, eu e Dorian, Jaime H Dantas era visivelmente simpático às idéias, ao pensamento vivo e o desenvolvimento do ministério do líder católico Gustavo Corção. Nós éramos mais, muito mais Alceu Amoroso Lima, inclusive, vale a lembrança de que ele era compadre de Dorian Jorge Freire.

Trata-se de um livro essencialmente maravilhoso em tudo por tudo. No profundo estudo do homem, na vida da humanidade, na busca incessante de Deus e o reerguimento de uma contextura moral com uma abrangência impressionante.



Fica-se encantado com a leitura e mais do que admirável pelo valor intelectual, de verdadeiro humanista, de fervoroso líder católico e filósofo do cristianismo, com lições que serviram no passado e estão presentes como caminhos a serem seguidos, fazendo emergir com toda força a grandeza de Gustavo Corção.

Tive dois prazeres: ler o autógrafo de Jaime H Dantas e penetrar no maravilhoso e sensível mundo de Gustavo Corção.

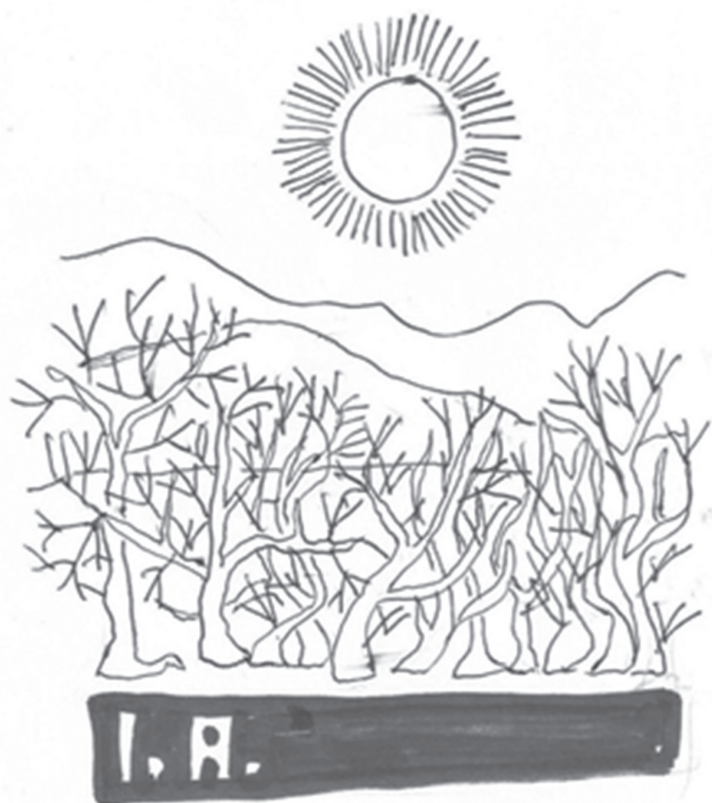
Valeu a pena, principalmente, se a alma não é pequena, com a licença de Fernando Pessoa.

ELDER HERONILDES é escritor e professor, autor de “A Rua de Jaime” e outros livros. Presidente da Academia Mossoroense de Letras e membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.



A grayscale artistic photograph of water splashing, with a black banner at the bottom containing the word 'POEMAS' in white capital letters. The water is captured in mid-air, creating a dynamic and fluid scene. The banner is positioned at the bottom center of the image, with a white border around it. The word 'POEMAS' is written in a bold, sans-serif font, centered within the banner. The background is a light gray, providing a soft contrast to the darker water and the black banner.

POEMAS



Memorial das secas

a cesta básica

Iaperi Araújo

Breve, a memória executa o ermo.
Por pouco mais ou menos a fome é saciada
no feijão com sal, arroz de baixa categoria
às vezes farinha e óleo prá fritar nada.
Um pouco de fubá de milho, às vezes charque
de custo duvidoso, origem mais ainda
prá domar o homem, seu destino, sua fome,
sua miséria e essa coisa, vida.

As esmoladas surtem efeito na mídia
no meio, no perdão, mas duram pouco
e logo mais tarde, a fome se aprofunda
na mente pobre como a memória insatisfeita
de momento em que assomam dos casebres
o perdão e a caridade sempre rarefeitos.

(5 de maio de 2002)

IAPERI ARAÚJO é médico, escritor e artista plástico, autor de “A medicina popular” e outros livros. Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Poema

Sônia Faustino

Onde está minha Poesia?
No verde da folha infinita
Onde o vento ba lan ça
E não alcança.
Onde está a minha vida?
Na varanda da janela
Onde o azul da vista se lança
E alcança.
Onde está a sua vida?
Na minha poesia
Na folha de papel
No alcance do céu.

SÔNIA MARIA FERNANDES FAUSTINO é professora e escritora, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Autora de “Rosa la France” e outros livros.



NOVOS ACADÊMICOS



Saudação ao Jornalista Cassiano Arruda Câmara pelo acadêmico Vicente Serejo

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Acadêmicos,

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Confesso - pra que negar? - hoje tenho medo de mexer nas minhas saudades. Não arrasto mais o destemor de antes. Já sou passageiro daquele navio que começa a chegar às águas mais distantes, e a deixar, em cada porto, a carga das certezas e convicções absolutas da juventude. Se ser humano é ser divino, e se fomos feitos à semelhança Dele, o tempo há de ser a presença de Deus a nos preparar para a beleza das dúvidas, com a pedra e a cal dos dias e das noites e ao lado dos amigos.

Por isso, agora, faço como Gilles Lipovetski, o moderno filósofo francês, teórico da leveza, ao receber o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Sherbrooke, em Quebec:

__Não escondo toda a alegria e toda a emoção.

Mas, também confesso, esta alegria e esta emoção guardam - e escondem - em algum lugar, um tempo imenso de vida. Talvez tenha caído nos campos da alma, pesadas como os grãos sobre a terra, as palavras que um dia li num texto da psicanalista Lívica Garcia-Roza:

__Mora no passado uma solidão para toda a vida.

Não venho hoje a esta casa, a Casa de Manuel Rodrigues de Melo, apenas para anunciar a chegada de um novo imortal à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Desculpem o jeito, mas receber novos sócios é do seu mister intelectual.

Não bastassem os velhos laços da admiração e dos gestos, em quase cinco décadas de convivência, entre navegações e naufrágios, o instante é por si só, único e singular: aqui está, saudando o novo acadêmico, o foca que há 45 anos, aos 21 anos de idade, entrava por suas mãos na redação de um jornal para com ele aprender as primeiras lições de jornalismo.

Venho para cumprir a honrosa, mas, sobretudo, a justa tarefa de todos quantos subiram a esta tribuna e iluminados pela palavra elevaram o espírito e a voz para falar sobre a vida e a obra dos que aqui chegaram, todos unguídos pelo voto consagrador da maioria.

Justa, porque venho para apresentar e saudar Cassiano Arruda Câmara, um homem que há mais de cinquenta anos fez da palavra o seu ofício.

O que de mais nobre e mais autêntico poderíamos exigir, se esta é a Casa da Palavra? A palavra que corta e cicatriza, grita e susurra, agride e consagra, enternece e apascenta?

Somados os tempos e observadas as simultaneidades dos anos, somamos, ele e eu, um século de jornalismo nas páginas grandes e soltas desse livro efêmero que é o jornal. Ele, aos 54 anos de atuação profissional, e este foca com 46, desde fevereiro de 1970, na velha Rádio Rural.

Não faz muito tempo, entrevistado por uma televisão local, e indagado sobre as boas origens do seu jornalismo, Cassiano, numa síntese perfeita definiu aquela velha redação da Av. Deodoro, 245:

— *O Diário de Natal foi uma escola.*

E foi, Senhor Presidente.

Ali - para citar os maiores - Cassiano era o editor; Sanderson Negreiros, o chefe de reportagem; e Djair Dantas, o copidesque. Conduziam uma bela equipe de redatores e repórteres profissionais. Tão profissionais no ofício da palavra que quatro deles já integram esta Academia, por ordem de chegada: Sanderson Negreiros, o mais culto de todos nós; Paulo Macedo, este arremedo de orador, e o repórter e memorialista político, João Batista Machado. E agora chega o quinto nome, Cassiano. O tempo, sem servidão, vai atestando a grande escola.

O Diário de Natal fez o melhor jornalismo do seu tempo sob a liderança forte e a coragem pessoal de Luiz Maria Alves. E ele não foi mantido anos e anos pelo comodismo administrativo e distante dos Diários Associados, mas porque venciam os limites do homem apenas comum.

Sem formação superior, só tinha o primeiro grau completo, e sem experiência jornalística anterior ao Diário, onde foi seu grande repórter policial, Alves era um homem genial. Um pêndulo, entre o amor e o ódio, mas também um metrônomo a assinalar o ritmo da vida.

Telegrafista da Western Telegraph anos e anos, chegou a gerente geral. Com os ingleses, e por força da sobrevivência, aprendeu a falar, ler e escrever inglês com toda fluência britânica.

Nas madrugadas do seu plantão de telegrafista, naquela casa da Av. Duque de Caxias, na Ribeira, onde depois foi construída a sede da agência Dumbo, foi lendo tudo que encontrava na pequena estante de livros do diretor inglês. E, assim, conheceu muitos clássicos da literatura inglesa, o que um dia espantou a Mário Moacir Porto.

Ouvi, muitas vezes, no melhor inglês de Sua Majestade, e com aquela voz que escandia as palavras, dizer de cor trechos inteiros do *De Profundis*, de Oscar Wilde. Repetir a alegria dos versos da *Canção da Primavera*, de Katherine Mansfield. Hoje, onde estiver, sou eu que repito para ele, um agnóstico implacável, o verso da Balada do Velho Marinheiro, de Samuel Taylor Coleridge, como se estivesse no alto de uma gávea, olhando o mistério da vida:

—Velho Marujo! Deus te salve dos demônios!...

Faço a digressão, mais longa, talvez, do que a paciência exigiria, para afirmar: Cassiano, como repórter, redator, editor, colunista, publicitário e professor, é filho legítimo de um tempo marcado pelo timbre rigoroso da linguagem jornalística. Aquela fixada nos grandes manuais ingleses e norte-americanos, traduzidos no Brasil, e que nos moldaram o jeito de escrever para jornal sem abrir mão da emoção e da coloquialidade próprias da dicção brasileira.

Foi o tempo da objetividade e da universalidade, pressupostos que sustentavam a concisão e a clareza. Quando os textos palavrosos e as adjetivações copiosas davam pruridos.

Os americanos e ingleses - mais pragmáticos do que nós - com sua capacidade de síntese, inventaram a Técnica da Pirâmide Invertida. Ao invés da narrativa ter o curso natural da ordem cronológica dos fatos como aconteceram no tempo real, passaram a ser narrados a partir do desfecho de maior intensidade. E a velha técnica do 'Era uma vez...', que tínhamos nos ouvidos desde as nossas fábulas, cedeu lugar a um disparo forte, capaz de fisgar os olhos do leitor.

Era assim o exigente jovem editor com quem aprendi e convivi. Tinha o hábito de ficar atrás da cadeira dos repórteres quando estes escreviam as notícias e reportagens. Jogava seu olhar no primeiro parágrafo, e ali, em segundos, se constatasse frouxidão na tensão que poderia ser dada ao texto, pedia para sentar. Puxava a lauda do rolo da máquina de escrever - que saudade das nossas velhas Olivettis e Remingtons! - colocava outra, e fazia um novo lead que era como se chamava a cabeça da matéria, o primeiro parágrafo, criado pela influência ianque.

Lembro de uma vez quando tentava descrever, com todo esmero, a sujeira de uma fábrica de bolos e doces numa ruela miserável que desaguava seus esgotos no riacho das Quintas, um quintal onde conviviam as pessoas e os bichos. Ele veio, viu a descrição muito arrumada, num estilo quieto, e pediu para sentar. Com uma frase curta, foi escrevendo, como um soco na boca do estômago, mais ou menos assim, e cito de memória:

'Barba de bode, pelo de cavalo e de porco, baba de cachorro e restos de comida, são alguns dos ingredientes dos bolos e doces vendidos, aos sábados, na feira do Alecrim'.

Mas, a técnica não o dominou a ponto de fazê-lo escravo do tecnicismo. Nele venceram o talento e a sensibilidade, traços determinantes dos bons formuladores da notícia e da opinião. Formador de equipes, e foi assim como editor e dono de jornal, Cassiano teve sempre um traço fundamental no seu perfil de jornalista profissional, o que explica e sintetiza toda a sua trajetória vitoriosa: nunca teve medo da inteligência. Cercou-se, sempre, dos melhores e mais talentosos redatores e repórteres que pôde convidar e contratar.

De bem com a vida, nasceu livre daquele medo que amesquinha e empobrece e, por isso, nunca precisou enxugar com o lenço da inveja a baba raivosa do despeito.

Quando realizou aquele que é o maior sonho de um jornalista profissional, fundar seu próprio jornal - o Novo Jornal - foi buscar os jovens mais talentosos do mercado, sem esquecer os antigos companheiros, e destinando, a cada um deles, um espaço para livre expressão de suas idéias e opiniões.

E cuidou, na parede maior e mais larga da redação, de fixar o mural com a frase de ferro de Luiz Maria Alves, posta como uma lembrança da escola e um sinal de luta:

O jornal não é guardião da honra de ninguém.

Repórter, nunca teve fronteiras intransponíveis. Apertou a mão de Fidel Castro e de João Paulo II, entre o profano e o sagrado, e ergueu um texto na poltrona de um avião, no vôo inaugural de Milão até aqui, sem precisar de fontes - descrevendo a chamada de embarque para o destino Natal, a decolagem, as pessoas e as coisas, os gestos, os ruídos, os silêncios.

É exemplar, como técnica narrativa, a longa reportagem que escreveu na viagem a Cuba, em 1977, incluída na seleção de textos do primeiro livro - 'Um Repórter na Roda Viva, do tipo móvel ao notebook'. Ele sabia que estava diante de um instante único. A ilha do Comandante Fidel, ainda tão longe de reatar relações com os Estados Unidos, resistia ao bloqueio comercial sustentada por seu líder em longos discursos - o ideal de um povo que teve em Sierra Maestra sua libertação, a escolha do seu próprio destino, herdando a fortuna de ser livre e a pobreza do isolamento por preferir a independência.

Não estava ali para glorificar ou condenar, mas não negou ao seu leitor a grande sensação de conversar com um mito. Fez o que um repórter deve fazer, mesmo quando é personagem da história que vive e, principalmente, se é verdadeiro o privilégio de vivê-la. Foi um documentador a registrar a terra e a gente, o modo de vida e de trabalho, a casa e a comida, os sonhos, as frustrações, ou, como ele mesmo escreveu, olhando 'o luxo como arma contra a pobreza'.

Ele percebeu que a Ilha de Fidel, depois de 40 anos, naquele 1977 da sua visita, se ainda vivia da produção do açúcar e do

fumo, caminhava, decidida, na direção da Biotecnologia, e buscava desenvolver-se como polo turístico que, apesar do bloqueio, parecia fazê-lo - para usar suas palavras - 'dentro das regras da globalização'. É uma clara e aguçada antevisão.

A reportagem ocupa 62 páginas do livro, sem deixar o leitor abandonar a leitura. Um texto circunstanciado, impresso no relevo das fortes sensações pessoais, e talhado com o olho perscrutador diante daquela ilha, daquele povo, daquele jeito de viver.

O primeiro livro marca os trinta anos de Roda Viva, em 2002. O segundo é lançado sete anos mais tarde, em 2009. Nasce de um envelope reencontrado numa gaveta doméstica. Já amarelado pelos anos e guardando as cartas que enviara e recebera da prisão. O 'Hotel de Trânsito' é um livro graficamente bonito e escrito sem a amargura de um homem injustamente preso, mas sem calar diante do travo da injustiça. Desta vez, é o repórter de sua própria história. Do mistério que foi a publicação de duas notas usadas por um general, durante a ditadura, quando os borzeguins e as baionetas feriam a democracia. O arbítrio usou as notas do jornal, que não eram suas, e arrancou sua liberdade.

Não há como, num discurso de alguns minutos, refletir a riqueza de informações, pintar o retrato de corpo inteiro de alguns dos personagens e a caricatura grotesca de outros mais. Sobretudo, o grande, belo e emocionante papel de D. Joanita, a mãe-coragem que em plena luta para libertá-lo, escreve ao filho e pede que resista a tudo e a todos, sem rendição.

Faz tempo. Foi numa tarde de setembro de 1978, há 38 anos. Vi nascer a coluna Roda Viva na velha redação do Diário de Natal. Um dia, a notícia: Sanderson Negreiros faria um curso em São José dos Campos e voltaria para assumir a direção da TV-Universitária que dava seus primeiros passos, ainda vinculada ao Instituto de Pesquisas Espaciais. Perdia o Diário o grande cronista da coluna Quadrantes. A solução, como Cassiano não era cronista, foi lançar uma coluna informativa e opinativa, forte e ágil. Nasceu Roda Viva. No rastro do sucesso do título da canção de Chico Buarque de Holanda, como se fosse a trilha sonora das suas palavras.



Se o mercado põe e dispõe, e se submete qualquer espaço jornalístico assinado ao teste implacável do leitor, Roda Viva tem inegável consagração com sua longevidade, a atestar sua credibilidade de 38 anos de circulação diária, desde 1978.

Se fosse preciso um referencial histórico para contextualizá-la, bastaria lembrar que a mais importante coluna do jornalismo norte-rio-grandense, a Acta Diurna, de Câmara Cascudo, circulou de 15 de setembro de 1939 a 28 de setembro de 1960, 21 anos. Roda Viva, sem que se precise comparar universos e estilos, hoje é quinze anos mais velha, daí a tradição de liderança constatada nas pesquisas de leitura de jornais ao longo dos anos e por vários institutos. Faz parte da vida da cidade. Como seu rio, seu mar, seus morros. E é a segunda mais longeva, depois do Jornal de Woden Madruga, com mais de cinquenta anos pregado nos olhos dos seus leitores.

Aguçado, foi ele que percebeu as raízes natalenses do Menino Carlinhos, aquele que teria sido sequestrado e nunca apareceu. Aqui morava a sua avó, na subida da Av. Rio Branco, e fui o repórter destacado para fazer a matéria, em 1973. Este ano, 43 anos depois, o dramaturgo Aguinaldo Silva incluiu como um dos capítulos do seu livro 'Turno da Noite', na seleção de suas grandes matérias como repórter policial, no Rio, onde houve o sequestro, texto que publicou, originalmente, nas páginas do jornal *Opinião*.

Quem é Cassiano Arruda Câmara?

É isto ou aquilo, como diria a poetisa Cecília Meireles para jogar o jogo da multiplicidade de sua atuação profissional na comunicação. É um Mestre no ofício do texto jornalístico.

É dele, em abril de 1968, há 47 anos, a entrevista 'O Caçador de Cultura', com Câmara Cascudo, na Manchete, um texto que não envelhece porque é melhor apurado do que aquele publicado quatro anos antes, na mesma revista, em fevereiro de 1964, por Pedro Bloch.

No mesmo ano, 1968, escreveu um encarte especial para a revista 'Fatos e Fotos', em cores, com fotos do grande fotógrafo Sebastião Barbosa, com 16 páginas, e lançou: 'Natal, a cidade do sol'. Quem fez antes?

É aquele professor concursado, titular da cadeira de Publicidade e Propaganda do curso de Comunicação da UFRN, hoje aposentado, que tinha o rigor, ao longo de mais de trinta anos, de nunca faltar às suas aulas e de ministrá-las com as boas doses do saber e do saber-fazer.

Se tivesse caído nos olhos de Pierre Reboul, professor da Universidade de Estrasburgo e autor do livro clássico, ‘O Slogan’, talvez ele tivesse incluído nos exemplos aquele que Cassiano lançou na gestão do prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues, quando era assessor de comunicação o jornalista Antônio Melo. É a singeleza da objetividade elevada à perfeição. Sem adjetivos, universal, verdadeiro, persuasivo, e com um alto poder de empatia: ‘Sua Cidade é Você’.

Feito de mel e fel, como um silogismo amargurado e a la Emil Cioran, é dele a lâmina afiada na pedra da vida vivida: ‘Em Natal, se gasta duzentos para o outro não ganhar vinte’.

Foi o primeiro a usar notebook na redação e a entregar sua coluna em forma de disquete. Trouxe de uma viagem aos Estados Unidos, quando aqui ainda não chegara computador portátil.

Mas, já é tarde. E é preciso não zombar do velho Machado de Assis quando dizia que palavra puxa palavra e, com elas, se faz um livro, um governo ou uma revolução. E não foi isto que desejei, apesar de uma conversa tão demorada.

Quem sabe, talvez tivesse sido bem melhor revelar o homem na sua dimensão humana, naquilo que ele tem de mais eterno, o que faço agora:

Apresento, em nome desta Casa, Cassiano Arruda Câmara, 71 anos. Nascido em Nova Cruz, filho de D. Joanita e S. Lauro Arruda Câmara. Irmão de Marluce, Paula Frassinete, Laurita, Leonardo, Cid, Domício e Lauro Filho. Marido de Nilma. Pai de Jacintho, Arturo e Laurita. Avô de Luisa, Cassiano Neto e Lourenço, Antonio e Anita, Maria e Arturo Filho.

Obrigado a todos.

Discurso de posse do escritor Cassiano Arruda Câmara

Decidi concorrer ao honroso lugar nesta Academia, como uma forma de homenagear o meu antecessor, Agnelo Alves, jornalista como eu e companheiro de muitas jornadas, encontros e desencontros; ele também um profissional da palavra.

Estou me apresentando para tomar posse nesta Academia Norteriograndense de Letras confessando, em primeiro lugar, nunca ter tido a veledade de sonhar em fazer parte do seu quadro de associados, embora em mais de 50 anos de vida profissional – profissional da palavra – tenha acompanhado sua trajetória e aprendido a admirar o seu papel, reconhecer sua importância e a valorizar o trabalho dos seus integrantes.

Com satisfação redobrada, na hora em que me coloco para ter a honra máxima de me incorporar entre os notáveis da cultura no nosso Rio Grande do Norte, me apresento a Diógenes da Cunha Lima, seu Presidente, como eu menino que percorreu os meandros do Curima-taú e do Bujari em nossa Nova Cruz, minha primeira referência.

Ao lado de Agnelo, vivi – como coadjuvante – um momento histórico que marcou nossas vidas e precisa ser lembrado para nunca mais se repetir: - A deposição de um Prefeito de Natal eleito legitimamente por uma autoridade militar, sem ter acusação definida, culpa formada ou direito à defesa e apresentação do contraditório. A generalidade da acusação de que teríamos atentado contra a segurança nacional dispensava maiores explicações, naquele dia 16 de maio de 1969.

Desse episódio, emerge a figura maior em minha vida. Falo de d. Joanita, que, lá de Nova Cruz, ao saber das circunstâncias da prisão apressou-se em mandar uma mensagem ao filho prisioneiro que pode se resumir a duas frases: “ 1 - Seja homem; 2 - Não esqueça dos amigos”. Naqueles tempos de obscurantismo o uso da delação vinha sendo muito valorizado (como agora). Na aplicação do mesmo raciocínio de que o fim justifica os meios, máxima fascista e imoral adotada – geralmente – por regimes que defendem interesses inconfessáveis.

Lauro Arruda, o complemento de um casal indivisível decidiu atuar em outra frente, veio para a capital para encarar o general carcereiro do filho, e quando ele quis abreviar a conversa dizendo se tratar de “ato revolucionário”, Lauro emendou: - Pois sou revolucionário desde 1817 – numa referência ao cientista Manoel de Arruda Câmara, um dos principais líderes da Confederação do Equador. Depois desse encontro foi permitida uma primeira visita.- Para minha noiva, evidentemente....

Foram 49 dias de prisão e um julgamento na Auditoria da Sétima Região Militar, no Recife, resultando na absolvição; e na imperiosa necessidade de recomeçar uma carreira que já tinha seis anos e algumas conquistas, nada espetaculares, mas, o bastante para definir os caminhos do futuro, sempre na área da comunicação.

Para contar a história completa é preciso registrar o desencontro com Agnelo. Uma briga pública. O foi reencontro promovido por um amigo comum que lançou as sementes de uma confraria, que se reúne às sextas-feiras, onde se tratou seriamente, pela primeira vez, da hipótese desta candidatura acadêmica. Tudo por obra e graça de Álvaro Alberto Barreto, neto de Elias Souto, um dos nossos patronos.

Aqui chego como um repórter, profissão e compromisso de toda uma vida.

Me apresento para tomar posse na cadeira nº 4 desta Academia, que tem Lourival Açucena como patrono e havia tido, apenas, três ocupantes: Virgílio Trindade, Enélio Petrovich e Agnelo Alves. Joaquim Eduvirges de Melo Açucena, o Lourival Açucena, era compositor, cantor e poeta, nascido em Natal em 1827. Como poeta dividiu-se entre o Romantismo e o Academismo. Presença marcante nos serões boêmios de Natal do final de Século IX. Ele escreveu para vários jornais. Em vida não chegou a lançar um só livro. Após sua morte, um grupo de amigos reuniu vários dos seus poemas num livro chamado “Poliantéia”. O primeiro ocupante da cadeira, Virgílio Galvão Bezerra da Trindade, era poeta e jornalista. Humorista e teatrólogo, nascido em Natal em 1887 e falecido em 1969. Seu sucessor foi o advogado Enélio Petrovich, autor de mais de 20 livros, alternando História e Direito Previdenciário. Enélio foi, por várias décadas, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Agnelo Al-



ves, o último ocupante da cadeira, publicou, entre outros, “Crônicas de Outros Tempos e Circunstância”, “Parnamirim e Eu”, “Carta ao humano”, além de ter sido uma presença diária, por mais de 40 anos, no jornal Tribuna do Norte, muitas vezes (sobretudo em tempos de crise), se multiplicando em diferentes funções.

Ao ser admitido nesta casa, não posso. deixar de fazer uma referência ao seu fundador, Luís da Câmara Cascudo, de quem tive a honra de ser – literalmente - seu menino de recados, entre os anos de 1963 e 1964, quando trabalhei na *Vésper Propaganda*, de Fernando Luís, seu filho. Entre as atribuições a mim confiadas, a missão de levar sua correspondência ao Correio, e retirar o material de sua caixa postal. Isso me credenciou na função de repórter a explorar muito essa amizade, numa época em que não existia “Google”. Transformei mestre Cascudo no meu “Google” particular...

Muito honrado, me integro a esse seletto grupo de homens e mulheres notáveis, que, na palavra do seu Presidente, prestam serviço ao Rio Grande do Norte sem outra remuneração que não a do espírito. E o faço agradecendo a todos os acadêmicos que possibilitaram a realização de um sonho que começo a viver a partir deste momento. Na minha mente passa o filme da minha vida, das primeiras letras no Colégio Nossa Senhora do Carmo, a vinda para Natal aos sete anos de idade, interno no Ginásio Sete de Setembro, a transferência no ano seguinte para o Colégio Marista onde permaneci até 1961, e uma mudança inesperada para a Bahia, onde meu pai esperava que eu me fizesse médico. Não consegui.

Na volta para Natal, com a Medicina excluída do meu futuro, o destino colocou o Jornalismo no meu caminho. O governador Aluizio Alves havia criado em Natal, a segunda Escola de Jornalismo do Brasil, a Faculdade de Jornalismo Eloy de Souza, dentro da estrutura da Fundação José Augusto. Concorri no seu primeiro Vestibular, tendo ao meu lado um velho companheiro de estudos, desde o Marista, o hoje acadêmico Cláudio Emerenciano. Depois de quase 15 anos, consegui concluir meu curso de graduação em Jornalismo para, logo em seguida, fazer concurso para Professor de nossa Universidade Federal, onde permaneci por mais de trinta anos em sala de aula, lecionando a cadeira Comunicação Publicitária.

Entre a teoria e a prática, talvez equivocadamente, optei por priorizar a segunda alternativa na Tribuna do Norte, no Diário de Natal, no RN Econômico, Rádio Poti, Tv Ponta Negra, Tv Tropical, na revista Manchete e no do jornal o Globo (como correspondente), além de atuar como redator publicitário na Dumbo Propaganda. Tornei-me um operário da palavra e é nesta condição que aqui chego. Foi trabalhando a palavra que consegui manter a minha família estruturada com sete netos, três filhos maravilhosos sob o comando da minha companheira, Nilma, que dedicou toda sua vida a formação, estruturação e encaminhamento desta família – o meu maior orgulho.

Também na condição de trabalhador da palavra que, demitido do Diário de Natal, onde mantive, por mais de 30 anos, a coluna diária Roda Viva, aos 65 anos de idade ainda tive forças e coragem para buscar a utopia. A utopia de criar o meu próprio jornal, o Novo Jornal, que consegui manter por cinco anos, até encontrar um grupo empresarial mais capacitado a prosseguir com o projeto, que me mantém participando dele na condição de colaborador. Como operário da palavra.

Este fato é uma prova que sempre existe espaço para o sonho. - O Novo Jornal foi esse sonho utópico e irrealizável, tendo o propósito de isentá-lo de todos os defeitos que identifiquei e reclamei por toda uma vida, me tirando de uma tranquila zona de conforto para disputar o mercado com grupos muito mais fortes e tradicionais.

É com essa capacidade de continuar a sonhar que chego à Academia norte-rio-grandense de Letras. Desde que fiz a opção pelo jornalismo tenho procurado ser jornalista. Nada mais do que jornalista, uma profissão que exige atenção, dedicação e persistência, sobretudo no nosso Rio Grande do Norte, onde a quadrinha de antigamente ficou só como a lembrança distante da nossa realidade presente:

- Rio Grande do Norte

Capital Natal

Em cada rua um poeta

Em cada esquina um jornal



Saudação ao escritor Jarbas Martins pelo acadêmico Manoel Onofre Jr.

Desnecessário dizer o quanto esta Academia se engrandece com a posse de Jarbas Martins na cadeira nº. 20. Valor reconhecido por gregos e troianos, Jarbas Martins forma na linha de frente da intelectualidade potiguar. Mas, a sua presença, nesta casa, reveste-se de especial significado: ele é, antes de tudo, um poeta, e a Academia, mais do que nunca, anda a carecer de poetas em seu quadro de membros efetivos. Isto, aliás, evidencia-se com a simples constatação de que apenas sete das quarenta cadeiras, atualmente, são ocupadas por cultores das musas.

Temos entre nós – acadêmicos – ilustres escritores, verdadeiros expoentes nos campos da ensaística, da crônica, da memorialística, da historiografia, da biografia, do jornalismo... Mas, não seria interessante que tivéssemos também, na mesma proporção, poetas e ficcionistas? Afinal, esta é uma academia de letras...

Não devo, porém, alongar-me no trato dessa questão, cabendo-me, presentemente, saudar, como é de praxe, o novel acadêmico, encargo a que me disponho com muita honra e satisfação.

Reza o art. 26 do Regimento Interno desta Casa, *in verbis*:

“O acadêmico encarregado de saudar o novo empossado apreciará, em nome da Academia, a personalidade e a obra literária do recipiendário.”

Vejamos, pois, em primeiro lugar, de modo sucinto, a indispensável nota biográfica.

José Jarbas Martins (ele encara, com a devida complacência, esse “José”, homenagem ao santo padroeiro de sua terra) nasceu na cidade de Angicos, sertão potiguar, no dia 28 de junho de 1943. Aos sete anos de idade, veio, juntamente com a família, morar em Natal, e aqui tem vivido até hoje, mas nunca largou Angicos, que sempre leva para onde vai, na memória e no coração de sertanejo.

Concluindo o curso secundário, ingressou na Faculdade de Direito de Natal, onde colou grau, integrando a Turma da Liberdade

de. Corria o ano de 1967, e o nome da Turma, que teve como patrono e paraninfo, respectivamente, o ex-presidente Juscelino Kubitscheck e o professor Edgar Barbosa, era um protesto contra a ditadura militar, que infelicitava o Brasil.

Tive o privilégio de ser colega de Jarbas, juntamente com outros jovens intelectuais que, como nós, aprendiam o Direito, mas primavam por serem amigos dos livros. Deífilo Gurgel, Pedro Simões, Ney Lopes de Souza, Eudes Galvão, todos da mesma classe, e, ainda, Nei Leandro de Castro, Carlos de Miranda Gomes, Valério Mesquita, Assis Câmara, de outras classes. Editamos – eu, Jarbas e Deífilo – dois números da revista “Rumos”, órgão do Diretório Acadêmico “Amaro Cavalcanti”, com a colaboração de Moacy Cirne, no primeiro, e de Ney Lopes, no segundo.

Em 1966, Jarbas, já iniciado como poeta, participou do grupo “Dés”, que lançou a Poesia Concreta em Natal. Era o ano em que se comemoravam os dez anos desse movimento em São Paulo, com certa repercussão no Rio de Janeiro, sob a liderança dos irmãos Campos e Décio Pignatari. Jarbas, porém, não abandonaria a poesia discursiva, embora tenha cometido alguns poemas visuais, já no caso do Poema/processo, movimento que sobreveio ao Concretismo.

Seu primeiro livro – “Contracanto” – foi concebido na terra dos poetas, a cidade de Assu, onde, recém-casado com Lúcia e recém-formado em Direito, ele exercia o cargo de Promotor de Justiça. Com a obra ganhou o Prêmio Fundação José Augusto de Poesia/1978, garantindo a publicação da mesma no ano seguinte. “Contracanto” foi, desde logo, sucesso de público e de crítica, nos meios literários da Província. Com grande poder de síntese e, portanto, sem desperdiçar uma palavra sequer, em versos de impactante beleza, o jovem autor causou forte impressão.

“Contracanto” – belo título! – começa com um poema antológico – “Soneto Imaginário para Novembro” – e termina com um haicai igualmente antológico, que vale como definição da escrivência jarbiana:

“raro escrevo. Vivo.
escrever é um verbo
intransitivo.”

De permeio, enriquecem o livro, outras peças do mesmo quilate, como o poema “O Nome”, perfil, em tons elegíacos, de um legendário ícone da esquerda mundial. Por ser “poema em voz alta”, ele se presta melhor que qualquer outro, para declamação. Vejamos as duas estrofes finais:

“Meteorito clandestino,
Vagava serra obscuras,
Selvas espessas e trincheiras.
Miravam-te a CIA, o assassino
Mercenário, as ditaduras.

Mas, nas ruas do mundo, entre
Canaviais, minas e fábricas,
Presente-te o proletário.
A Revolução está no ventre
Do século. CHÉ, o placentário.“

Este poema foi escrito em 1968.

Fazendo graça, Jarbas se diz preguiçoso e dispersivo. No entanto, os fatos desmentem essa sua *boutade*. A certa altura da vida, como se não bastassem as suas atividades no Ministério Público, ele resolveu abraçar o Magistério, tornando-se professor da UFRN, aprovado em primeiro lugar na disciplina de Ciência Política. Depois de nomeado, e já ensinando, veio-lhe “a ideia de se mudar pra São Paulo”, como ele mesmo disse em entrevista concedida ao escritor Thiago Gonzaga (“Impressões Digitais”, vol. I. Natal: Offset Editora, 2013). E foi fazer o mestrado em Direito, mas, aconselhado pelo escritor Haroldo de Campos, ingressou no mestrado de Comunicação e Semiótica, da PUC. Não o concluiu, mas fez, em São Paulo, coisa bem melhor: uniu-se a Irani, companheira e musa inspiradora, que lhe deu um filho, Lucas.

No exercício do cargo de Promotor, Jarbas nunca demonstrou empolgação; limitava-se ao estrito cumprimento dos deveres funcionais. Logo que completou o seu tempo de serviço público, aposentou-se. Sua verdadeira vocação é a Poesia; é na Poesia que encontra a sua razão de existir – perdoe-me, senhoras e senhores, a frase lugar-comum, a qual, no entanto, expressa fielmente a verdade.

Vale dizer que ele não só escreve, mas também vivencia a Poesia. É um ser poético.

Trabalhamos, durante algum tempo, na 6ª. Vara Criminal da Comarca de Natal; ele, Promotor e eu, Juiz de Direito. Certa vez, participávamos de mais uma audiência, no Fórum, para inquirição de testemunhas em um processo-crime. Quando iniciei a tomada de depoimentos, ele, que já estava sentado à mesa dos trabalhos, rabiscava, absorto, algo que logo percebi serem versos. Em dado momento, levantou-se, calmamente, e saiu sem dizer nada. Não voltou. E a audiência teve de ser suspensa, dada a ausência do representante do Ministério Público. No dia seguinte, perguntei-lhe por que se conduzira daquela maneira, e ele me disse: “E era audiência?”

Eis aí, senhoras e senhores, um exemplo de total entrega à poesia. Perdeu-se a audiência, aliás, sem maiores contratempos, posto que continuada dois ou três dias depois, mas a Literatura Potiguar ganhou mais um belo poema.

A partir de..., aposentado no cargo de Promotor, Jarbas teve mais tempo e disposição para produzir como poeta e escritor, tendo publicado outras importantes obras: “14 Versus 14 – Itinerário do Soneto Norte-rio-grandense“, antologia crítica, com substancial introdução, do autor (Natal: Boágua Editora, 1994); “Antielegia para Emanuel Bezerra – Um Nome por Fazer“, poema apresentado graficamente em forma manuscrita, sobre o militante esquerdista, assassinado pelos esbirros da ditadura militar (Natal: Sebo Vermelho Edições, 2008) e “44 haicais“ (Natal: 8 Editora, 2014). Com este último livro, Jarbas Martins alinhou-se junto a Luís Carlos Guimarães, Diógenes da Cunha Lima e Lívio Oliveira e outros cultores potiguares do poema minimalista, de origem japonesa, modalidade que teve em Guilherme de Almeida – a nível nacional – um dos autores mais importantes.



Abrindo o livro ao acaso deparei-me com esta miniatura cheia de graça e humor:

“apressada e serviçal
a aurora esfrega a janela
xom o seu próprio avental “

E mais outra:

“sim escrever assim
como quem reza uma missa
sem saber latim“

Cada haicai desse pequeno / grande livro flagra a beleza e a sabedoria da vida, naquele “fino instante exato“, de que nos fala João Cabral de Melo Neto em um dos seus mais belos versos.

Afora os livros citados, Jarbas tem inédito, pronto para publicação, “Estação Angicos“, prosa poética em tom memorial, já divulgado parcialmente na Revista Préá. E o poeta, agora também prosador, continua a escrever. E não pretende “pendurar as chuteiras“ tão cedo. Boa resposta aos que consideram comodista esse anti-burguês incendiário. Por falar em chuteiras, Jarbas morre de amores por futebol; até planeja enfeixar em livro as crônicas que escreveu e publicou n ‘O Jornal de Hoje sobre a arte de Pelé e outros ases. Enquanto não se resolve, trabalha e retrabalha os originais da segunda edição de sua antologia de sonetos potiguares. Garante que, um dia, sai. E quando chegar a vez, faz questão de ir para Angicos, porque é lá que quer botar o ponto final no trabalho que tanto o absorve. Angicos é sua Pasárgada. Sua Itabira. Natal, o pouso definitivo, onde chegou a ter três domicílios: o próprio e os das filhas Talita e Thais, do primeiro casamento.

Pelos três se dividia, generosamente. Hoje,habita o seu “bunker de violetas“, como ele próprio o chama, e todo fim de semana, “nos dias de Irani“, alteia-se num décimo-nono andar, de onde, entre afetos, contempla o mar de Ponta Negra.

Essa é a figura humana admirável, a quem abro a porta desta Casa, dizendo-lhe, em nome de todos os, acadêmicos:

- Entra, Jarbas. Você não precisa pedir licença.*

- Paráfrase ao verso final do poema “Irene no Céu” de Manuel Bandeira

Discurso proferido no dia 21 de julho de 2016

Discurso de posse do poeta e escritor Jarbas Martins

Sr. Presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, Diógenes da Cunha Lima, professor, yoguin – o haijin de Nova Cruz como amigavelmente o apelidei

Demais componentes destra egrégia mesa, onde reinou, há oitenta anos, o meu ex-professor Luís da Câmara Cascudo – o mago que fundou esta casa.

Mestre Manoel Onofre Jr., escritor amigo que me saudou há pouco – ofício de que se incumbiu com engenho, arte e sinceridade, de mãos dadas com a altivez dos sertanejos da Serra de Martins.

Amigos e amigas, senhoras e senhores.

“Só os que cantam contentes são poetas”

Um decassílabo de Jorge Fernandes

Aprendi a escandir versos nos meus dez anos. Ouvindo e vendo os cassacos trabalharem, em uma das muitas, muitas janelas do casarão do meu avô Antônio Martins Sobrinho em Angicos. O sol lá fora fervendo a 42 graus !!! Eu contemplava o trabalho dos cassacos a quebrar um rebanho de pedras, que se perdiam pelas poucas e magras ruas da cidade. Tém, tarém, tém, tém, tém, tarém, tém, tém. Guardei no ouvido automaticamente a medida acentuada desse decassílabo, seu imbricado de ritmos e onomatopéias. E pronto: logo, logo, seria apresentado ao decassílabo anárquico de Jorge Fernandes. Enquanto isso os cassacos, embrutecidos pelo trabalho escravo, já tinham construído a Estação Angicos e concertado mil e uma vezes os tortuosos trilhos que chegariam a Lajes, Jardim de Angicos, Pedra Preta, Baixa Verde, Ceará-Mirim, Natal. E mais fariam, se lhes exigissem seus malvados patrões, atingindo, quem sabe, às esplendorosas ferrovias da lua.

Agora, um corte cinematográfico à Stanley Kubrick. Tela do cinema Nordeste, em Natal – terra de Jorge Fernandes, autor de decassílabos, neoparnasiano enrustido, viajante da alegria, encantando-se pelas veredas do sertão. Ponho em primeiríssimo plano Sanderson Negreiros nosso poeta maior, *primus inter pares* (valha-me o latim provinciano). Ocupante da cadeira 4 desta casa, sua poesia nos ilumina nesta hora, abre janelas desconhecidas como o fervor do poeta que foi aos 16 anos , vestindo a máscara de Rimbaud; dialoga e adere à poesia mais radical no campo da vanguarda poética do país – o poema/processo. E revela, para conhecimento de todos nós, a poesia mística e ecumênica de José Hermógenes de Andrade Filho, o professor Hermógenes, introdutor da yoga no Brasil. Outro corte montagístico.

É verdade que a poesia científica não é nenhuma novidade no país. Existiu na época de nosso Henrique Castriciano e do parai-bano Augusto dos Anjos. Em seus livros, atualizando essa união, o par misticismo/ciência, ou melhor, poesia (avatar da religião) e ciência, o professor Hermógenes trava um diálogo com a neurociência, de atualíssima repercussão nos dias atuais. Prosador fluente, não hesita em uni-la com o poema, que é a poesia assumindo o seu corpo, e escreve a Canção Universal, corpo e alma, poesia e poema, simbiose, união humana e divina.

E a dança, a arte dramática, o esporte, renascem. Reinventa a arte do riso, esquecida desde os tempos do grego Píndaro, que exsurge na poesia desse hedonista místico. Cria a arte de rir , a risoterapia, exposta em seus livros terapêuticos. A alegria, a medicina da alma, cantada numa ode grega, viu-se retomada na vitalista arte de José Hermógenes e na poesia de Jorge Fernandes.

A Sanderson Negreiros, o leitor criativo que é, devo o conhecimento tardio da poesia do professor Hermógenes. Que tenho, neste momento, a honra de sucedê-lo, ocupando a cadeira 20 desta Academia. Minha bela destinação de poeta que não perdeu o último trem da Estação Angicos.

Discurso proferido no dia 21 de julho de 2016

Situação em setembro de 2016

Cadeira	Patrono	Primeiro Ocupante	Sucessores
1	Padre Miguelinho	Adauto da Câmara	Raimundo Nonato da Silva, Sylvio Pedroza, Claudio Emerenciano.
2	Nísia Floresta	Henrique Castriciano	Hélio Galvão, Grácio Barbalho, Ernani Rosado.
3	Cons. Brito Guerra	Otto Guerra	José de Anchieta Ferreira.
4	Lourival Açucena	Virgílio Trindade	Enélio Lima Petrovich, Agnelo Alves, Cassiano Arruda Câmara.
5	Moreira Brandão	Edgar Barbosa	Ascendino de Almeida, Manoel Onofre Jr.
6	Luís Carlos Wanderley	Carolina Wanderley	Gumercindo Saraiva, João Batista Pinheiro Cabral.
7	Ferreira Nobre	Antônio Soares	Mariano Coelho, Nestor dos Santos Lima
8	Isabel Gondim	Matias Maciel	Walter Wanderley, Nilson Patriota, Nelson Patriota
9	Almino Afonso	Nestor Lima	Cristóvão Dantas, Humberto Dantas, Peregrino Junior, Dorian Gray Caldas.
10	Elias Souto	Bruno Pereira	Paulo Macêdo
11	Padre João Maria	Januário Cicco	Onofre Lopes da Silva, Miguel Seabra Fagundes, Fagundes de Menezes, Paulo de Tarso Correia de Melo
12	Amaro Cavalcanti	Juvenal Lamartine	Veríssimo de Melo, Oswaldo Lamartine de Faria, Paulo Bezerra.
13	Luís Fernandes	Luís da Câmara Cascudo	Oriano de Almeida, Anna Maria Cascudo Barreto, Eulália Duarte Barros.
14	Joaquim Fagundes	Antônio Fagundes	Raul Fernandes, Armando Negreiros.

15	Pedro Velho	Sebastião Fernandes	Antonio Pinto de Medeiros, Eloy de Souza, Umberto Peregrino, Francisco Fausto.
16	Segundo Wanderley	Francisco Palma	Rômulo Wanderley, Maria Eugênia Montenegro, Eider Furtado de Mendonça e Menezes.
17	Ribeiro Dantas	Dioclécio Duarte	Aluizio Alves, Ivan Maciel de Andrade.
18	Augusto Severo	Waldemar de Almeida	D. Nivaldo Monte, Pe João Medeiros Filho.
19	Ferreira Itajubá	Clementino Câmara	Nilo Pereira, Murilo Melo Filho.
20	Auta de Souza	Palmira Wanderley	Mário Moacir Porto, Dorian Jorge Freire, José Hermógenes de Andrade Filho. Jarbas Martins.
21	Antônio Marinho	Floriano Cavalcanti	Luiz Rabelo, Valério Mesquita.
22	Côn. Leão Fernandes	Côn. Luiz Monte	D. José Adelino Dantas, Côn. Jorge Ó Grady de Paiva, Côn. José Mário Medeiros.
23	Antônio Glicério	Bezerra Júnior	Othoniel Menezes, Jaime dos G. Wanderley, Iaperi Araújo
24	Gothardo Neto	Francisco Ivo Cavalcante	Antídio Azevedo, Antônio Soares Filho, Tarcísio Medeiros, Sônia Fernandes Fautino.
25	Ponciano Barbosa	Aderbal de França	Inácio Meira Pires, João Wilson Mendes Melo.
26	Manoel Dantas	José Augusto Bezerra de Medeiros	Diógenes da Cunha Lima
27	Aurélio Pinheiro	Américo de Oliveira Costa	Vicente Serejo
28	Padre João Manoel	Paulo Viveiros	Jurandy Navarro
29	Armando Seabra	Esmeraldo Siqueira	Itamar de Souza
30	Mons. Augusto Franklin	Manoel Rodrigues de Melo	Aluísio Azevedo, Diva Cunha.
31	Padre Brito Guerra	José Melquíades	Pedro Vicente Costa Sobrinho, Leide Câmara.
32	Francisco Fausto	Tércio Rosado	João Batista Cascudo Rodrigues, João Batista Machado.
33	Tonheca Dantas	Oswaldo de Souza	Hypérides (Peri) Lamartine, Carlos de Miranda Gomes.
34	José da Penha	Alvamar Furtado	Lenine Pinto.
35	Juvenal Antunes	Edinor Avelino	Gilberto Avelino, Ticiano Duarte, Woden Madruga.
36	Benício Filho	João Medeiros Filho	Olavo de Medeiros Filho, José Augusto Delgado.
37	Jorge Fernandes	Newton Navarro	Luís Carlos Guimarães, Elder Heronildes.

38	Luis Antônio	José Tavares	Vingt-un Rosado, América Rosado, Benedito Vasconcelos Mendes.
39	Damasceno Bezerra	Raimundo Nonato Fernandes	Marcelo Navarro Ribeiro Dantas
40	Afonso Bezerra	Sanderson Negreiros	

Offset
Gráfica e Editora

Este livro foi impresso em cartão Duo Design 250g. (capa) e
Pólen Bold 90g. (miolo) pela Offset Editora, Natal/RN, em setembro/2016.

www.offsetgrafica.com.br